

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

BRUNO DANTAS MUNIZ DE BRITO

**TURISMO DE RESORTS E O
DESENVOLVIMENTO DO LITORAL SUL DA
PARAÍBA**

CAMPINA GRANDE – PB
2011



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

BRUNO DANTAS MUNIZ DE BRITO

**TURISMO DE RESORTS E O
DESENVOLVIMENTO DO LITORAL SUL DA
PARAÍBA**

CAMPINA GRANDE – PB
2011

BRUNO DANTAS MUNIZ DE BRITO

**TURISMO DE RESORTS E O
DESENVOLVIMENTO DO LITORAL SUL DA
PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Dilma Simões Brasileiro

CAMPINA GRANDE – PB
2011

BRUNO DANTAS MUNIZ DE BRITO

**TURISMO DE RESORTS E O DESENVOLVIMENTO DO
LITORAL SUL DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de mestre.

Aprovada em 26 / OUTUBRO / 2011.



Prof^ª Dr^ª Maria Dilma Simões Brasileiro / UFPB
Orientadora

Profa. Dra. Luzia Neide T. M. Coriolano / UECE
Examinadora



Prof. Dr. Júlio Cabrera Medina / UEPB
Examinador

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

B862t

Brito, Bruno Dantas Muniz de.

O turismo de resorts e o desenvolvimento do litoral sul da Paraíba [manuscrito] / Bruno Dantas Muniz de Brito, 2011.

208 f. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, 2011.

“Orientação: Prof. Dra. Maria Dilma Simões Brasileiro, Departamento de Educação Física.”

1. Desenvolvimento local. 2. Turismo na Paraíba.
3. Jacumã – Paraíba. I. Título.

21. ed. CDD 338.479

DEDICATÓRIA

A minha esposa, Marcela, e as minhas filhas, Laryssa,
Giovanna e Maria Clara, pelo amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, soma de todos os elementos no universo, pelas inúmeras bênçãos nessa vida, muitas das quais obtidas a custo e sacrifício, mas que contribuíram para dar o valor necessário a este trabalho.

A professora Maria Dilma Brasileiro, por suas palavras seguras e firmes, as quais contribuíram significativamente nesta orientação.

Aos Professores Cidoval Moraes e Marcionila Fernandes, por toda dedicação e empenho na condução deste importante programa de mestrado.

A todos os professores do Mestrado em Desenvolvimento Regional, a quem saúdo na pessoa do Prof. Luis Henrique Cunha, pelas leituras sugeridas ao longo do curso e pela dedicação enquanto docentes.

A CAPES, pelo apoio ofertado à condução do trabalho.

A grande amiga Carmen Porto, pela ajuda e suporte inestimáveis na obtenção de documentos e dados oficiais do Município do Conde.

Ao meu Irmão Frankie Muniz de Brito, minha cunhada Katharine Hluchan e a minha linda sobrinha Lara Hluchan Muniz, pelo apoio e carinho em todos os momentos, felizes e difíceis, de nossas vidas.

A minha avó Ana Dantas Muniz, pelos inestimáveis momentos de força, amor e contribuições, essenciais para enxergar uma nova perspectiva na vida.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe, pelos momentos de amizade e cumplicidade nesta caminhada.

O vento é o mesmo, mas sua resposta é diferente em cada folha.
Cecília Meireles

RESUMO

O contexto em que vem se desenvolvendo a atividade turística no litoral sul da Paraíba destaca-se pela chegada de grandes empreendimentos hoteleiros instalados na localidade. Este estudo tem por objetivo analisar as implicações do turismo de resort no desenvolvimento do distrito de Jacumã. A metodologia da pesquisa compreendeu uma pesquisa hemerográfica junto aos principais portais de notícia do estado que repercutem sobre as ações efetuadas pelo turismo na área de estudo, além da realização de entrevistas junto aos agentes envolvidos no desenvolvimento do turismo na localidade. Os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados obtidos com base nas categorias de análise “Desenvolvimento Turístico de Jacumã” e “Turismo de Resorts em Jacumã” demonstram que o turismo de resorts não trouxe relevante nível de desenvolvimento local, haja vista que os problemas encontrados na infraestrutura de Jacumã não foram mitigados ou mesmo discutidos em busca de uma solução. O estudo conclui que apesar de se constatar o crescimento do turismo na região os discursos apresentados pelos agentes hegemônicos locais assumem um viés cíclico, pois se percebe o despertar para o turismo, existe a consciência de que é necessária a mudança do panorama atual, no entanto não existem ações a médio ou longo prazo que possam solucionar os entraves e dificuldades vividas pela população e necessárias a ampliar o desenvolvimento, por parte do trade local. Nesse sentido, acredita-se que os interesses estão basicamente ancorados na perspectiva de crescimento e não desenvolvimento local por meio do turismo.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento local. Turismo de resort. Desenvolvimento Turístico. Distrito de Jacumã.

ABSTRACT

The context in which the tourist activity has been developed stands out for the arrival of large hotels on the southern coast of Paraíba. This study aims to examine the implications of tourism resort about the development in the Jacumã district. The survey methods included a researched with leading sites in order to find out the news on the actions taken by tourism in the study area, as well as interviews with those involved in tourism development in the locality. Data were analyzed using content analysis technique. The results based on the categories of analysis "Jacumã Tourism Development" and "Tourist Resorts in Jacumã" show that the tourism resorts has not brought significant level of local development, considering that the problems encountered in infrastructure have not been mitigated Jacumã or even discussed seeking a solution. The study concludes that although it would appear the growth of tourism in the region the speeches made by local hegemonic agents assume a cyclical bias, because they realize the awakening to tourism, there is awareness that is necessary to change the current situation in. However, there are no actions in the medium or long term that may solve the obstacles and difficulties experienced by the population and needed to expand the development by the local trade. In this sense, it is believed that the interests are primarily anchored in the perspective of growth and not local development through tourism.

KEYWORDS: Local development. Tourism resort. Touristic development. Jacumã District

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FOTO 1 –	Complexo Costa do Sauípe.....	102
FOTO 2 –	Distrito de Jacumã, Conde – PB.....	105
FOTO 3 –	Praia de Tabatinga.....	108
FOTO 4 –	Vista aérea da Rodovia Ministro Abelardo Jurema – PB 008.....	119
FOTO 5 –	Área destinada ao Mussulo Resort.....	127
FOTO 6 –	Vista aérea com destaque para a construção do resort.....	128
FOTO 7 –	Vista aérea do Mussulo Resort.....	128
FOTO 8 –	Visão da piscina e do restaurante Rio Zaire.....	129
FOTO 9 –	Visão do Beach Club, na Praia de Tabatinga.....	131
FOTO 10 –	Visão da área do Mussulo Resort.....	133

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 –	Localização do Conde no Estado da Paraíba.....	106
MAPA 2 –	Município do Conde.....	107
MAPA 3 –	Caracterização das potencialidades do Conde.....	114
MAPA 4 –	Localização da APA Tambaba.....	115
MAPA 5 –	Rodovia de acesso ao litoral do Conte.....	118
MAPA 6 –	Zoneamento da área da Praia de Tabatinga.....	123

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	– Loteamentos aprovados pela PMC.....	108
QUADRO 2	– Vantagens apresentadas aos potenciais investidores.....	142
QUADRO 3	– Promoção turística do Conde na mídia.....	146
QUADRO 4	– Promoção turística regional do resort.....	151
QUADRO 5	– Conflito entre comunidade e poder público envolvendo resort.....	153
QUADRO 6	– Qualificação da mão-de-obra em Jacumã.....	156
QUADRO 7	– Aspectos da segurança pública em Jacumã.....	157
QUADRO 8	– Infraestrutura de acesso à Jacumã.....	159
QUADRO 9	– Presença de estrangeiros em Jacumã.....	160
QUADRO 10	– Ações de promoção turística de Jacumã pelo trade local.....	161
QUADRO 11	– Problemas na infraestrutura de Jacumã.....	162
QUADRO 12	– Lançamento das obras do Mussulo Resort em Jacumã.....	164
QUADRO 13	– Litoral de Jacumã é visto como a “bola da vez” para o turismo....	165
QUADRO 14	– Equipe técnica e operacional do Mussulo Resort.....	166
QUADRO 15	– Gestores buscam ampliar vôos entre a Europa e a Paraíba.....	166
QUADRO 16	– Projetos fortalecem o cenário turístico de Jacumã.....	168
QUADRO 17	– Especulação criada após a instalação do resort em Jacumã.....	170
QUADRO 18	– Desempenho do setor turístico em Jacumã.....	173
QUADRO 19	– Demanda junto aos serviços públicos em Jacumã.....	175
QUADRO 20	– Mobilização do Resort em captar fluxos turísticos regionais.....	178

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Crescimento populacional, segundo Censo.....	111
TABELA 2 –	Indicadores sociais do Conde.....	111
TABELA 3 –	Índice de desenvolvimento humano do Conde.....	112
TABELA 4 –	Ligações por classe.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	Taxa de crescimento do turismo e da economia mundial.....	62
GRÁFICO 2 –	Distribuição de UH´s por segmentação.....	98
GRÁFICO 3 –	Evolução das UH´s de resort, por região.....	99
GRÁFICO 4 –	Evolução da taxa de ocupação dos resorts do país.....	99
GRÁFICO 5 –	Permanência média nos resorts, por segmentação.....	100
GRÁFICO 6 –	Evolução da ocupação dos resorts no NE.....	101
GRÁFICO 7 –	Crescimento do número de MH no município do Conde.....	121
GRÁFICO 8 –	Localização dos MH no Distrito de Jacumã.....	121
GRÁFICO 9 –	Natureza dos MH do Conde.....	124
GRÁFICO 10 –	Origem dos investimentos.....	124
GRÁFICO 11 –	Origem do investimento internacional nos MH do Conde.....	125
GRÁFICO 12 –	Origem do investimento nacional.....	125

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Representação do efeito multiplicador do turismo.....	54
FIGURA 2 –	Relação entre Turismo e Meio Ambiente.....	72
FIGURA 3 –	Ocupação dos resorts no litoral brasileiro.....	97
FIGURA 4 –	Mapa do Mussulo Resort.....	132

LISTA DE SIGLAS

ADHB	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
APA	Área de Proteção Ambiental
BA	Bahia
BC	Banco Central
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BSH	Bosch und Siemens Hausgeräte
CAGEPA	Companhia de Águas e Esgoto da Paraíba
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CTI/NE	Comissão de Turismo Integrado do Nordeste
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMEPA	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A.
ENERGISA	Distribuidora de Energia S/A
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FMI	Fundo Monetário Internacional
GOP	<i>Gross Operating Profit</i> (Resultado Bruto Operacional)
HA	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LEPAN	Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análise Espacial
MTUR	Ministério do Turismo
NE	Nordeste
OMT	Organização Mundial do Turismo
PACET	Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMC	Prefeitura Municipal do Conde
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste
RevPAR	<i>Revenue per Available Room</i> (Receita por Quarto Disponível)

SAGRES	Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal do Conde
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCE	Tribunal de Contas da União
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UHs	Unidades Habitacionais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	34
1.1	As dinâmicas do desenvolvimento	36
1.2	Desenvolvimento local endógeno	44
1.3	Os agentes locais no processo de desenvolvimento	48
2	DESENVOLVIMENTO E TURISMO: INTERAÇÕES POSSÍVEIS	52
2.1	Condicionantes da atividade turística	60
2.2	Destinações turísticas: Núcleos receptores	73
2.3	Agentes locais e mercado	75
3	TURISMO E MEIOS DE HOSPEDAGEM	82
3.1	A hotelaria: Significativo elo da cadeia	86
3.2	O turismo de resort	88
3.3	Os resorts no Brasil e no Nordeste	95
4	O PERFIL REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CONDE	104
4.1	Indicadores do desenvolvimento do Conde	111
4.2	O cenário turístico regional do litoral paraibano	117
4.3	O turismo de resorts no Distrito de Jacumã	126
5	O REBATIMENTO DO TURISMO DE RESORT EM JACUMÃ	135
5.1	A realidade econômica e socioambiental de Jacumã	135
5.2	O Turismo de Resort em Jacumã	163
6	CONCLUSÃO	181
	REFERÊNCIAS	186
	APÊNDICES	199
	ANEXOS	211

INTRODUÇÃO

Os caminhos pelos quais as relações humanas vêm percorrendo no decurso da história deixam uma trilha que permite refletir como a humanidade vem construindo o processo de desenvolvimento. Em tantas e múltiplas perspectivas o desenvolvimento pode ser analisado sob diferentes prismas, seja no âmbito econômico, pelas relações de comércio, indústria e serviços que se dão entre os povos, nações e regiões; no âmbito político pela condução de políticas, programas e projetos que são desenvolvidos na região. No âmbito sociocultural, por meio das próprias interações humanas e das trocas culturais que permitem compreender a sociedade e sua cultura como um processo vivo de construção da vida em comunidade. E ambiental, pelos impactos causados pela ação humana na natureza, seu processo de expansão e controle. Essas dimensões vão conduzindo a humanidade a reavaliar seu processo de desenvolvimento, buscando a redução dos impactos, na medida em que outras formas de atuar são possíveis.

O ser humano passa a perceber a finitude dos recursos existentes na natureza e entende que existem limites ao processo de expansão e desenvolvimento, fenômeno que se traduz na dimensão histórica. A amplitude da reflexão está na análise que se faz a cerca da trajetória humana, quanto ao uso dos recursos naturais, dinâmicas das correntes migratórias, da ordem institucional e o relativo grau de crescimento das economias contemporâneas como fenômeno histórico de desenvolvimento. Desta forma, o processo de desenvolvimento é construído por meio da combinação de diferentes fatores e atores com produção de novos valores, em distintas dimensões. Merece destaque o fato de que o crescimento dos indicadores econômicos e sociais relacionados à produtividade são vetores importantes da análise para compreensão do processo de desenvolvimento em qualquer conjuntura, seja local, regional ou global, como afirma Furtado (2009).

No entanto, há de se ponderar que existem princípios para diferentes escalas de desenvolvimento, as quais não se dão de forma constante ou ininterrupta – seja no desenvolvimento exógeno, endógeno ou no desigual e combinado. Diferenciam-se pela origem dos investimentos, pela natureza da gestão, pelo escopo em que dão os resultados projetados nas localidades e na sociedade que o resguarda. A quebra de paradigmas relacionados ao desenvolvimento é objeto de discussão de um amplo

número de pensadores, entre eles destacam-se Schumpeter (1934), Prebisch (1949), Rosenstein-Rodan (1961), Hirschman (1960) e Furtado (1980), entre outros.

O processo de construção que envolve essas discussões constitui o cerne do debate sobre as diversas perspectivas do desenvolvimento, as quais foram demonstrando seus limites e levando teóricos a rever conceitos e posicionamentos. Muitas dificuldades definidas por estes pensadores, tais como Hirschman (1960) e Furtado (1980), a cerca das variáveis que envolvem o desenvolvimento surgem em decorrência de baixos níveis de produção e aproveitamento do potencial econômico local. Das intempéries às crises econômicas internacionais é ampla a quantidade de fatos que promovem a redução dos índices de desenvolvimento.

O movimento crescente e decrescente de desenvolvimento em muitas localidades está associado, de certa forma, a ação de vários fatores que interagem nesse contexto, a exemplo das variações cambiais, o nível de desemprego nacional ou mesmo as taxas de inflação podem descrever o patamar em que se encontra o desenvolvimento. As constantes oscilações são responsáveis por definir em qual momento se dará a ação de entrada e saída de agentes importantes de atuação no cenário em que ocorre o processo de desenvolvimento. Os agentes podem ser definidos tanto como internos – responsáveis pelo desenvolvimento endógeno nas pequenas localidades – quanto por externos – classificados pelo desenvolvimento exógeno, que atua em um composto de trocas, muitas vezes conflitantes e simultâneos, responsáveis pela construção das condições do desenvolvimento.

O desenvolvimento como um *continuum* leva a conhecer os atores sociais e setores da sociedade estão sendo beneficiados com o modelo de desenvolvimento adotado. Seja no desenvolvimento tecnológico, social, humano ou econômico é importante considerar como essencial a escala em que se dá o desenvolvimento e os resultados e benefícios decorrentes de cada ator social, entendendo que só há desenvolvimento quando este atinge a sociedade, resolvendo seus problemas básicos, como assevera Coriolano (2003b).

O que se observa neste escopo é que apesar da temática sobre desenvolvimento estar descrita no âmbito economicista, é preciso refletir e entender que há outros níveis para se identificar o desenvolvimento, e que eles são percebidos, sentidos, criticados e devem ser levados em consideração na análise de realidades locais, como mostram autores como Sen (2000), Zaoual (2003), Sachs (2004) e Veiga (2005). Os autores revelam a necessidade de se discutir o

desenvolvimento sob diversas égides, pois não há um único propósito no desenvolvimento, entender que existem múltiplos agentes, interesses e forças atuando no contexto do espaço local.

A possibilidade de coexistirem múltiplos agentes num mesmo território remete a identificação de múltiplas tensões, coerções e disposições, as quais justificam múltiplos níveis de desenvolvimento.

Por território entende-se o produto do entrelaçamento de projetos individuais e coletivos, de interesses comuns e conflitantes (TONNEAU e CUNHA, 2005). Isto aponta que a implantação de um paradigma de desenvolvimento em um determinado território acontece em circunstâncias variáveis e distintas, de modo que interajam mesmo que sejam consideradas de natureza oposta. Assim, enquanto algumas atividades, a exemplo do turismo, tentam preservar grande parte do meio ambiente e se utilizar racionalmente dos recursos outras se dedicam a explorar todos os recursos ao máximo, não encontrando limites ao seu avanço, como é o caso da mineração – coexistindo num mesmo local setores produtivos distintos.

Tal clivagem consiste na promoção de múltiplas atividades em um mesmo local, como a exploração mineral em uma determinada área que pode atrair, paralelamente, a implantação de outras atividades como comércio, serviços e até mesmo lazer como afirma Eisenstadt (2001). Dessa forma, o conceito de desenvolvimento territorial remete a espaço socialmente organizado, marcado pela interação de atores internos ou externos, pela história, cultura e meio ambiente, em processo antinômico que envolve desde tensões e relações de complementaridade e dependência, até ampla participação social, dispostos por meio das potencialidades e vocações existentes na localidade (SAQUET, 2007; ZAPATA, 2007).

Nesse complexo, em distintos cenários atuam forças responsáveis tanto pelo desenvolvimento endógeno quanto pelo exógeno. O desenvolvimento endógeno trata-se da promoção das capacidades, competências e habilidades existentes no interior da comunidade local, haja vista que os atores locais potencializam e agilizam suas próprias condições, a partir dos investimentos oriundos da própria comunidade (ÁVILA, 2001). Nessa perspectiva o desenvolvimento é realizado por meio dos investimentos no local, implementado pela própria capacidade da comunidade atuar de forma participativa nas decisões que conduzem a obtenção dos próprios anseios.

O modelo de desenvolvimento exógeno é caracterizado pela rapidez nos resultados obtidos na localidade, por meio da aplicação de recursos – sobretudo oriundos de grandes corporações – que o implantam, tratando-se de capital externo que é injetado com perspectiva de resgate dos investimentos a curto e médio prazo. Ocorre baixo índice de relações com a comunidade local, pautado pelo conceito de empreendimento advindo de tendências globais de mercado e de baixo impacto no conjunto da economia local. Este formato sugere que o fornecimento de insumos a serem utilizados na construção e manutenção de sua produtividade é oriundo de mercados externos, imbuídos em operacionalizar padrões de desenvolvimento que a localidade não tem condições de atender ou que ainda não atingiu tal conjuntura, na opinião de Amaral Filho (1995).

Essas concepções de desenvolvimento – por operarem em circunstâncias distintas e em escopo convergente – remetem a outro âmbito de análise, definido como desenvolvimento desigual e combinado. O composto sugere que, as vocações de desenvolvimento trabalhadas pelos atores locais crescem na medida em que se ampliam os níveis de exploração da atividade. No entanto, esta não é uma regra e parte desses atores não prosperam de igual forma, causando um desnível operacional, fazendo com que múltiplas imagens de desenvolvimento sejam projetadas no recorte local, como afirma Löwy (1998) e Novack (2010).

Por meio deste recorte que o desequilíbrio na esfera local remete ao campo das tensões, já que essas múltiplas identidades são distintas. Parte das disparidades do desenvolvimento de certas sociedades fortalece e contribui para o crescimento de outras, na medida em que diferentes etapas da organização social dão base para o surgimento de novos modelos de desenvolvimento numa mesma localidade. Os resultados provenientes do paradigma desigual e combinado são determinantes no impacto sentido na ordem local – ambiental, sociocultural, econômica e política – construída com base em múltiplas linhas de desenvolvimento.

Ocorre que, em algumas regiões, o potencial de desenvolvimento acaba tornando-se elemento de disputa entre contextos diversos: de um lado têm-se os residentes, que buscam empreender com foco no potencial do mercado local e na manutenção de seus investimentos; por outro lado, tem-se a força impelida por grandes grupos empresariais – muitas vezes internacionais – que implantam uma política de grandes projetos, cujo padrão internacional se superpõe aos grupos locais, gerando tensões e conflitos. Entre essas tensões destacam-se a elevação

nos preços dos terrenos e imóveis; a ocupação de áreas irregulares e de proteção ambiental; o crescimento de poluição do ar, da água, do solo e sonora em áreas naturais; e a substituição de atividades tradicionais, como considera Mendonça Júnior (2000).

Considerando a interação de forças que se mobilizam para ensejar o desenvolvimento, faz-se importante analisar o lócus em que se dá essa ação. Ultramari e Duarte (2009) ressaltam a importância de se valorizar o município como foco de desenvolvimento e de ações, que potencializem os interesses locais e a competitividade na atração de investimentos. Tanto que se a competitividade passa a ser proeminente, cabe ao município a responsabilidade de atrair investimento para o interior de seu território, afirma Ultramari e Duarte (2009). Assim, o município é um importante espaço de transformações e, desta forma, de análise dos processos que se dão no seu interior. Objetivando a identificação das ações responsáveis por desenvolver a localidade e em que medida atua. A construção de uma nova territorialidade – uma nova função para o território – dentro dos limites do município objetiva fomentar desenvolvimento, ocupar espaços aptos a esta iniciativa, os quais são marcados pela mudança do paradigma vigente.

Dentre as atividades que contribuem com a dinâmica territorial, o turismo se apresenta como uma das mais impactantes, campos de desenvolvimento, tendo em vista a relevância da sua cadeia de serviços e a amplitude de suas proporções. Isto acontece devido à força com que o turismo modifica a estrutura local e amplia os indicadores de desenvolvimento, sejam eles positivos ou negativos, atuando de forma tanto positiva quanto negativa no desenvolvimento territorial. Os incentivos físicos, as atividades econômicas e sociais que se dão no município detentoras de potencial de recursos naturais e culturais tornam o turismo um vetor de desenvolvimento, sobretudo em municípios situados em áreas litorâneas.

O turismo constitui uma atividade que fomenta o surgimento de diversas oportunidades em destinos turísticos. Nessas localidades se busca proximidade com a natureza, a satisfação dos desejos, as comodidades oferecidas e a perspectiva de contemplar um lugar diferenciado. Em certa medida muitas destas destinações caracterizam-se como diversificadas, frente ao crescente conjunto dos mercados turísticos padronizados, no âmbito nacional e internacional. Além disso, as populações residentes, sua cultura característica e suas tradições locais tornam-se grandes motivações pelas quais o turista é atraído.

Com a disseminação dos mercados globalizados e o avanço cada vez mais significativo do padrão de qualidade global para o turismo, considerando dispositivos de excelência na prestação de serviços, tomando como referência os países desenvolvidos, é possível afirmar que a busca por destinos turísticos que atendam aos padrões internacionais, demandam dos lugares atitude e transformação endógena. Tal prática tem se disseminado fazendo com que os destinos sejam construídos buscando reestruturação que atendam aos níveis de consumo turístico internacional. O cenário revela que o turismo internacional faz parte do processo de globalização em curso, comenta Serrano (2000).

O crescimento do turismo e sua abrangência nos diversos mercados, os empreendedores do setor buscam atrair um número cada vez maior de público e incentiva o consumo dos diversos produtos à disposição nesses mercados, atuando no sentido de construir imagens tidas como ideais dos destinos turísticos. Em muitos casos, a imagem propicia o desejo de viajar e de conhecer lugares, pois a importância das imagens vai progressivamente se estabelecendo com a ajuda da mídia.

Também atua no sentido de transformar lugares em mercadoria, por meio do olhar dos investidores do setor turístico e empresarial, dentro de um contexto de múltiplas conjunturas. A mobilização de diversos setores da economia e da sociedade atua de forma quase que simultânea, produzindo um amplo sistema mercadológico que converge para a dinamização econômica do lugar. Empresas, profissionais, produtos e serviços atuando na construção da imagem do destino turístico. Entre esses, merece destaque a relação estabelecida entre os agentes produtores do turismo, responsáveis pela gestão das destinações.

De acordo com Knafou (1996), pode-se apontar três agentes produtores de territórios turísticos: o turista, o mercado e os planejadores ou promotores territoriais. O turista situa-se na perspectiva da demanda, fomentando o desejo e a necessidade de desfrutar a viagem. O mercado, por sua vez, é estimulado pela procura de novas tendências, marcado pelos números ora positivos ora negativos que o turismo carrega em seus anuários. Seguindo Knafou (1996), é tarefa dos planejadores e promotores territoriais fazer convergir os interesses da demanda com os anseios da oferta, mediando iniciativas e medidas com vistas a atender ao processo de construção do lugar, enquanto destinação turística ideal e plural a todos os “consumidores”.

É importante destacar como esses agentes se encontram relacionados no desenho territorial do desenvolvimento turístico. São eles que impulsionam as práticas turísticas, ocupando áreas propícias ao soerguimento de empreendimentos, no intuito de mobilizar esforços dos planejadores e da população residente, numa convergência de interesses, orientados ao desenvolvimento do turismo.

Aliada a esta reflexão, surge o discurso positivo de desenvolvimento do turismo local, de modo que áreas naturais e protegidas pelas leis ambientais vêm sendo consumidas como espaços turísticos, permitindo o soerguimento de diversos empreendimentos autodenominados de apoio ao turismo. O cenário formado por empreendimentos de origem e gestão pontualmente familiar – endógeno – vão cedendo espaço a empreendimentos de grande envergadura – exógeno. Estes, por sua vez, promovem o discurso do sonhado emprego à comunidade, estimulando a aceitação desta realidade pela comunidade local, projetando no território a ocupação de áreas de preservação ambiental, voltadas agora também para o avanço do processo de especulação imobiliária (CORIOLANO, 1998).

De certa forma, o que se viabiliza nessas localidades, atendendo aos padrões internacionais postos pelo turismo, foge à realidade e a cultura do lugar. Estas destinações turísticas, em certas situações alheias à cultura e aos costumes locais, são definidas como não-lugar (AUGÉ, 1994), pois longe de se criar uma identidade se produz algo que não é típico daquela localidade, sem autenticidade, induzindo o visitante a crer que se encontra numa verdadeira ilha da fantasia. O não-lugar “produz-se no espaço global [...] que nega o local” (RODRIGUES, 1999, p. 32). São espaços operados para atender a demanda gerada para utilizá-los, mas que não conservam em nada as características que o entorno lhe confere.

Dentro da perspectiva local trata-se da negação do próprio lugar, da não aceitação da identidade que tal região detém, atribuída por seus habitantes. Fortalece o conceito de que o ideal para uma determinada região é algo que ela não dispõe e que projetos de êxito existentes em outras regiões, de potencial similar, podem ser reproduzidos de forma a engendrar os mecanismos que movimentam a dinâmica do desenvolvimento, na tentativa de reproduzir um lugar homônimo.

Assim, empreendimentos de natureza exclusivamente turística – muitos caracterizados como não-lugar – estão se multiplicando em todo território litorâneo brasileiro, promovidos pela conjuntura nacional de fomento ao turismo e atraídos por subsídios e facilidades concedidas pela ação governamental. Seja pelo interesse

dos investidores de fugirem de destinos consolidados e saturados de turistas de baixo consumo, seja pela busca de novos produtos e mercados ainda pouco explorados, a perspectiva de crescimento da atividade turística ganha espaço no cenário litorâneo brasileiro.

Considerando esse escopo, um dos maiores setores do turismo é a hotelaria. Este setor é caracterizado pelo amplo poder de aceitação social, já que sugere crescimento econômico da localidade, recrutamento de mão-de-obra local, mobilização econômica, social, estrutural e política, alto volume de investimentos que são empregados em sua operação – desde a confecção de projetos à construção e operação dos empreendimentos – no sentido de existir para atender a atividade turística. A segmentação encontrada na cadeia produtiva da hotelaria subdivide-se desde equipamentos com menor nível de sofisticação, como as pousadas, passando por uma grande variedade de hotéis, até se chegar a equipamentos com um maior nível de complexidade, como os resorts.

O resort é um produto que está pronto para o consumo durante todo ano e que se baseia em fomentar o potencial turístico que determinada região pode oferecer. O turismo de resorts – hoje uma realidade observada em todo território litorâneo nacional – oferece toda comodidade possível em hotéis, com infraestrutura capaz de proporcionar alimentação, lazer, descanso e entretenimento, serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza dentro do próprio empreendimento, sem que para isso, o visitante sinta a necessidade de deixar esta estrutura, para buscar quaisquer destes elementos fora do espaço físico do empreendimento (BORBA, 2005).

Os resorts são considerados, por definição, empreendimentos capazes de suprir todas as necessidades dos seus hóspedes, encontrados nas mais distintas regiões, sejam elas montanhas, lagos, praias ou mesmo florestas (BORBA, 2005). São caracterizados pelo alto grau de artificialidade, associado ao potencial local de aproveitamento para o turismo, além de oferecer um grande suporte e logística de entretenimento ao hóspede, atuando no sentido de converter a realidade em simulacro, isto é, a concretização da idéia de que o turismo e o seu mercado conduzem na construção de um destino ideal. As configurações que se visualizam para esses empreendimentos são tidas como similares, entretanto, a realidade regional que os cerca é totalmente distinta e detentora de suas particularidades únicas e específicas.

O Nordeste é a região brasileira que detém um montante considerável de equipamentos hoteleiros classificados como resort, operando em vários Estados (RESORTS BRASIL, 2011). Entretanto, na Paraíba, a inauguração do primeiro resort somente se dá em Outubro de 2009, com o início das operações do Mussulo Beach Resort by Mantra. Por iniciativa de investidores portugueses e angolanos, o equipamento foi construído no município do Conde, litoral sul do Estado, precisamente na praia de Tabatinga, situada no distrito de Jacumã.

Abrangendo belas praias do litoral paraibano, o município do Conde destaca-se pela forte pressão com que o poder público local atua na busca pelo desenvolvimento do turismo. As ações projetadas vão desde a apresentação do destino turístico junto aos principais mercados consumidores de turismo do Brasil e do mundo, à captação de investidores externos para a localidade – notadamente em mercados europeus – fomentando a aquisição de novos investimentos e a iniciativa de viabilizar infraestrutura pública para atender a instalação desses empreendimentos no município.

Apesar da disseminação deste cenário favorável ao desenvolvimento turístico da localidade, é importante considerar em que bases se assentam as perspectivas de fomento ao desenvolvimento turístico, qual a percepção dos atores locais sob está conjuntura e quais os reflexos diretos e indiretos sentidos pela expansão do turismo de resorts nesta localidade.

Neste intuito, a pesquisa pauta-se em compreender como se dá o processo de implantação do resort no litoral do Conde/PB e qual a percepção da comunidade local a cerca do turismo de resorts. Mais especificamente, as questões norteadoras postuladas por este estudo foram orientadas para reflexões no seguinte sentido: Conhecer o nível de envolvimento do poder público na implantação do resort e a perspectiva de desenvolvimento turístico proposta a partir do mesmo; Analisar como o trade turístico local implanta os resorts e como contribuem para o desenvolvimento do turismo de Jacumã; Analisar o discurso apresentado pela mídia no que tange ao processo de gestão do resort para o desenvolvimento do distrito de Jacumã; Analisar como a comunidade local percebe a implantação do resort; Conhecer a perspectiva dos representantes do resort para o desenvolvimento turístico do distrito de Jacumã.

A partir destas questões norteadoras, a metodologia da pesquisa configura-se como qualitativa e quantitativa, pois procura empreender uma análise focada nas

aspirações de múltiplos atores que estão no cenário local de desenvolvimento turístico. Isto implicou na abordagem flexível e direcionada à busca de determinantes essenciais sobre o problema focado (LAKATOS, 1986).

Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre um tema, objeto ou conceito que seja pertinente ao estudo proposto. Já a quantitativa conduz a análise de dados e informações que, uma vez organizados, produzem diversas informações de teor qualitativo. Desta forma, foram trabalhados nesta pesquisa aspectos relacionados ao desenvolvimento do turismo de resorts no litoral do Conde, agentes locais mais atuantes no processo turístico e suas percepções sobre a atividade. Neste contexto, a abordagem constituída como quali-quantitativa se configura na forma mais adequada de se entender a natureza dos fenômenos sociais (RICHARDSON, 1985; DENCKER, 1999).

Para a realização do estudo foi considerado um recorte temporal-espacial, na medida em que as circunstâncias em que se deram o estudo foram analisadas considerando o período que antecede à implantação e consolidação do equipamento, focando a sistematização das ações e resultados antes, durante e após a instalação do resort. Considerando o pensamento de Pearce (2003), a análise da estrutura em que se situam os resorts tem em vista três conjuntos de fatores: as características do local, os elementos turísticos e outras funções urbanas.

Partindo das condições locais, Pearce (2003, p. 283) afirma que, “para determinar o contexto em que o resort se desenvolve [...] é fundamental uma análise das características locais”. No local há uma conjuntura econômica e sociocultural na qual o resort se insere; assim como os investimentos empreendidos pelo poder público visam beneficiar a captação de empreendimentos e identificar impactos percebidos no meio ambiente.

Com relação aos elementos turísticos, Pearce (2003) considera aqueles que compõem o potencial local para o desenvolvimento da atividade. Entre eles estão: a proximidade dos atrativos turísticos – o que pode resultar na promoção de equipamentos turísticos em maior ou menor grau dependendo da distância entre estes e os referidos atrativos; as atrações – geralmente relacionados às tradições e as manifestações da cultura que são identificadas e encontradas ativamente presentes na localidade; as modalidades de acomodação – quais os tipos de meios de hospedagem podem estar disponíveis na região, o que resulta em ampla

variedade de público que pode visitar o destino além de determinar a duração da estadia, mobilizando de formas distintas diferentes gastos dos turistas; os meios de circulação – com os modais de transporte que servem aos destinos, além das vias, seu estado de conservação e disposição, sinalização e estrutura de apoio; lojas e serviços direcionados aos turistas – considerando o grau de empreendedorismo local e percebendo na região o potencial instalado ao desenvolvimento da atividade turística.

Outro conjunto de fatores considerado por Pearce (2003) são as funções urbanas, que constituem a infraestrutura pública local e os investimentos executados, ou seja, as formas de uso do solo, abastecimento de água, coleta de resíduos, oferta de iluminação pública, atividades industriais, entre outras. Além disso, faz-se importante analisar, o montante de investimentos dispensados pela administração pública para fomentar a infraestrutura, a oferta de serviços de qualidade.

No tocante a estas disposições surge a problemática que pauta este estudo: seriam os resorts equipamentos capazes de promover desenvolvimento local para as destinações turísticas? O turismo de resorts pode ser entendido como um importante instrumento de desenvolvimento turístico local? Quais as repercussões que podem ser sentidas na localidade após a sua instalação? Qual a percepção da comunidade local com relação à instalação deste tipo de equipamento?

Neste sentido, estes três conjuntos de fatores (PEARCE, 2003) foram a base para as análises do presente estudo. Em uma primeira etapa buscou-se entender a conjuntura e a ocupação do turismo de resorts em Jacumã, a formulação da proposta e os responsáveis pelo empreendimento. Em seguida, foram realizadas entrevistas junto a agentes locais e moradores, com o intuito de registrar as percepções à cerca do desenvolvimento turístico local e conhecer as implicações oriundas do turismo de resort. Os resultados foram reunidos, com base na construção de categorias de análise, e estudados utilizando a técnica de análise de conteúdo, tendo como referência as categorias “desenvolvimento turístico de Jacumã” e “turismo de resorts em Jacumã”.

Verificou-se a visibilidade dada aos fatos publicados na mídia, por meio dos portais do Governo do Estado da Paraíba, do Jornal Correio da Paraíba e portal Turismo em Foco, a cerca do desenvolvimento turístico do litoral sul, notadamente no distrito de Jacumã. Estes dados, analisados também a partir de uma pesquisa

hemerográfica, contribuíram para melhor entendimento a cerca do papel assumido pelos gestores públicos e grupos empresariais nacionais e internacionais sobre desenvolvimento turístico com a ocupação dos resorts. Identifica-se a conjuntura proposta pelo desenvolvimento do turismo de resorts, construída a partir dos meios de comunicação virtual, por meio das matérias veiculadas nos portais mais acessados da Paraíba.

As pesquisas conduziram ao estudo hemerográfico dos principais portais de notícia do estado. Também foram realizadas entrevistas junto aos moradores, associações, entidades de classe, líderes comunitários, corretores de imóveis, representantes do poder público e do resort, situado no distrito de Jacumã. As etapas centram-se na compreensão das interações decorrentes do desenvolvimento turístico do território, a partir da implantação do empreendimento hoteleiro. Assim, a pesquisa está dividida em duas etapas:

Na primeira etapa, optou-se por empreender a pesquisa hemerográfica, com objetivo de verificar a visibilidade pública dada aos fatos conferidos pela exposição na mídia a cerca do desenvolvimento turístico do litoral sul da Paraíba, notadamente no que se refere à ocupação do litoral por empreendimentos hoteleiros.

Buscou-se conhecer a perspectiva de desenvolvimento turístico a partir dos meios de comunicação, os quais veicularam nos portais mais acessados da Paraíba os aspectos relacionados ao desenvolvimento turístico, condição essencial para obter ampla repercussão social, de políticas públicas, tanto pela gestão estadual quanto pela gestão municipal. As matérias publicadas, sobretudo nesses portais, expressam a dimensão de interesses e conflitos que perpassam a dinâmica dos fatos (SEIBEL, 2008).

O recorte temporal das matérias analisadas deu-se com base no período em que se iniciam as investidas de captação de empreendimento hoteleiro e resort pelo Governo do Estado da Paraíba até a efetiva inauguração no litoral, no distrito de Jacumã, município do Conde. Assim, as matérias analisadas datam do período de Janeiro de 2003 à Janeiro de 2011, período inicial de veiculação das primeiras informações sobre tentativas de sediar empreendimentos hoteleiros da natureza na Paraíba, seguido pelo período de início de funcionamento do equipamento no distrito de Jacumã e, por fim, o período pós-instalação do empreendimento.

Para a coleta de dados das matérias publicadas sobre o resort foi utilizado a busca em portais virtuais de grande representatividade no cenário midiático da

Paraíba. Os portais estão disponíveis para acesso e foram selecionados por conta da grande representatividade na divulgação dos fatos relacionados aos acontecimentos turísticos no âmbito estadual.

O primeiro portal – Correio da Paraíba – um dos veículos de maior cobertura e representatividade dos fatos decorridos no Estado da Paraíba, o mais acessado por internautas em todo estado segundo o portal verificador de audiência Alexa. O segundo portal – Governo do Estado – por se tratar do canal exclusivo de divulgação oficial das ações do governo paraibano. Por fim, o terceiro portal – Turismo em Foco – com conteúdo focado quase que exclusivamente na divulgação de acontecimentos decorridos no setor turístico, tornando-se fonte regular de acesso aos fatos direcionados para a conjuntura turística.

Os procedimentos analíticos utilizados na pesquisa hemerográfica buscam captar o sentido ou o significado das ações adotadas pelos próprios participantes do contexto. Buscou-se, com isso, empreender análise sobre os interesses ocultos a cerca da projeção do turismo de resorts. No processo de análise, primeiro foram lançados grupos de palavras-chave no sistema de busca de matérias nos próprios portais. As palavras foram: Jacumã, turismo de resorts, desenvolvimento, litoral sul e Conde. Em seguida, obtidos os resultados da busca nos portais, as matérias foram reunidas e organizadas cronologicamente, da mais antiga até a mais recente comunicação. Feito isso, realiza-se leitura flutuante em cada uma, objetivando descartar aqueles que não são pertinentes à temática ou ao lócus do estudo. Em seguida, as comunicações foram analisadas e o sentido dado às mesmas foi extraído, organizado e disposto em cada um dos indicadores presentes nas subcategorias e suas respectivas categorias de análise.

Nesta etapa não ocorreu exclusão, mas complementação das comunicações coletadas. Isso porque as informações e dados que não foram possíveis de ser totalmente elucidados em matéria coletada puderam ser melhor analisados em outra, a qual traziam maior riqueza de informações. No conjunto, tal metodologia tem função de habilitar o cientista social a entender e interpretar, de forma crítica, a lógica das redes de relações sociais entre estado, mercado e sociedade. Trabalhou-se com a expectativa de desvendamento de categorias que correspondessem a comportamentos, valores e perspectivas de ação dos atores envolvidos no turismo de resorts em Jacumã.

A organização dos dados ocorreu conforme orientação de Seibel (2008), em etapas. Na primeira identifica-se a natureza da notícia vinculada pelo portal; na segunda etapa identifica-se os agentes sociais e institucionais envolvidos na temática; por fim, na terceira etapa identifica-se a dimensão espacial e temporal do fato. O recorte temporal das matérias analisadas deu-se com base no período em que se iniciaram as ações empreendidas pelos agentes públicos – respectivamente, Governo do Estado e Prefeitura Municipal do Conde – além de empresários e empreendimentos hoteleiros do tipo resort para a Paraíba, até a efetiva inauguração no Distrito de Jacumã. Assim, as matérias analisadas datam do período de Janeiro de 2003 e se estenderam até Fevereiro de 2011, ou seja, o período inicial de veiculação das primeiras informações sobre tentativas de captar empreendimentos hoteleiros para a Paraíba, seguido pelo período do início de funcionamento do primeiro resort do distrito de Jacumã até o período pós-instalação, ou seja, o período que compreende o planejamento de ocupação do litoral por estes empreendimentos, seguido pela implantação do primeiro resort até a consolidação no mercado turístico local.

Na segunda etapa da pesquisa, como instrumento de coleta de dados foi utilizada a técnica da entrevista semi-estruturada. Técnica que consiste no registro de “uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa” (DENCKER, 1999, p. 137). Segundo esclarece Triviños (1987, p. 146):

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa.

A partir das entrevistas realizadas junto aos agentes locais, representantes institucionais e moradores de Jacumã foram levantados os indicadores, os quais tiveram por objetivo servir de elementos de construção da percepção destes a cerca do turismo de resorts em Jacumã. As entrevistas foram devidamente registradas em gravador digital e transcritas na íntegra, dispostas de forma a melhor elucidar os sentidos ocultos que se apresentavam nas falas dos entrevistados. As análises dos questionamentos foram lançadas em cada um dos indicadores propostos pela

análise de conteúdo, sendo reunidos aos dados obtidos junto à análise hemerográfica.

Foram selecionados quinze entrevistados, tendo como referência de escolha a relevância das informações e das experiências adquiridas pelos mesmos no distrito de Jacumã, onde residem e trabalham. Considerando que grande parte dos conhecimentos não pode ser encontrada na forma escrita, pois fazem parte das experiências das pessoas, “o pesquisador precisa localizar as pessoas que, em função dos cargos que ocupam, de sua experiência de vida e de sua situação em relação ao objeto de estudo, acumulam informações preciosas sobre o problema que se pretende estudar” (DENCKER, 1999, p. 138).

As entrevistas foram realizadas com os seguintes agentes locais formalmente constituídos: Representante da Prefeitura Municipal do Conde – PMC, por meio do Secretário de Turismo; Representante da Associação de Moradores e Amigos de Tabatinga - AMATA; Representante da Associação de Moradores do Rio D´Ouro - ASMORO, localizado nas imediações do resort; Representante da Associação dos Donos de Barracas da Costa do Conde - ADBCC; Representante do mais antigo escritório de corretores de imóveis da localidade; Representante da colônia de pescadores de Jacumã; Representante da Associação Turística Costa do Conde - ATCC; Representante da Associação de Moradores da Costa Oeste de Tabatinga – ACOTA; Representante do Mussulo Resort. Também foram entrevistados setores de representação não formal, tais como: Um taxista; Um dono de mercado local; Um moto taxista; Um dono de posto de combustível; Um dono de loja de artesanato, e; Um dono de restaurante.

As entrevistas semi-estruturadas foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo, dividida em três fases (BARDIN, 2004): Na primeira fase, a pré-análise, foi realizada a exploração do material e tratamento dos resultados. Consiste na organização do trabalho, de modo que a estrutura atendesse ao propósito estabelecido nas etapas subsequentes. A segunda fase, a exploração do material, foi realizada com leitura “flutuante”, de modo que possibilita a compreensão da conjuntura em que se encontram o turismo de resorts. Por fim, na terceira fase, realiza-se a interpretação referencial, em que as respostas são tabuladas de acordo com cada categoria, onde se verifica a existência de similaridades, controvérsias e conflitos existentes nas percepções apresentadas pelos entrevistados. Na última etapa, foi necessária maior atenção para compreender o sentido da comunicação,

os significados relacionados às questões de cunho político, sociológico, cultural e da conjuntura turística local.

Com as análises dos portais e entrevistas, foram estruturadas as categorias de análise com o intuito de compreender como a mídia local e os agentes sociais de Jacumã constroem e interpretam a imagem turística de Jacumã frente ao turismo de resorts, no que tange ao processo de desenvolvimento do destino turístico. As categorias utilizadas para a construção do referencial de pesquisa foram organizadas de forma a se compreender os discursos dos diferentes atores do turismo. As categorias trabalhadas foram: Desenvolvimento turístico de Jacumã (subcategorias: análise econômica, sociocultural e ambiental) e Turismo de Resort em Jacumã (subcategorias: Implantação, operação e consolidação) (Apêndice A).

Dispostos dessa forma, os resultados apresentam o panorama construído por força da mídia sobre o turismo resorts frente à percepção e entendimento dos agentes locais e da população a cerca do tema. Os resultados foram organizados de forma a construir a análise orientada à compreensão do turismo de resort em Jacumã.

1 PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A perspectiva de fomentar o desenvolvimento aliado em diversos campos – tanto no que se referia ao domínio e utilização dos recursos naturais quanto ao controle da conjuntura social, política e econômica no âmbito global – foi prática recorrente na história da evolução humana, que sempre elucida em que medida os povos alcançam níveis cada vez maiores de desenvolvimento. Coriolano (2003) afirma que as referências teóricas sempre atuaram no sentido de perpetuar a compreensão daquilo que se constitui como desenvolvimento, a partir do continuísmo histórico. Isto é, há dificuldades para construção de novas perspectivas de pensar ou de promover o desenvolvimento, mas, tendência de querer perpetuar essa dinâmica utilizando-se das estruturas e princípios vigentes cristalizados por força da conjuntura econômica, política e social instalada em cada recorte histórico.

Equivale a dizer que não há maior preocupação com a via econômica, motivo pelo qual o discurso trabalhado pela sociedade valoriza apenas o foco econômico como alternativa de construção do pensamento a cerca do desenvolvimento. No entanto, considera-se que não há estrutura linear de desenvolvimento seguida por diferentes povos, de modo que tantos quanto forem estes haverá diversas nuances igualmente amplas e diametralmente diferenciadas de desenvolvimento. Da cultura de subsistência à venda do excedente trabalhado exclusivamente para abastecer o mercado mundial, as performances são complexas e seu fomento, boa parte das vezes, se deu na contramão da ordem local vigente.

Na contramão do discurso economicista – considera-se o escalar ponto de vista das relações humanas fundamentais e da equação e racionalização de ganhos obtidos pelo desenvolvimento social. Amplo rol de teóricos tem se preocupado em aprofundar as dimensões conceituais e práticas do desenvolvimento e as implicações socioculturais que lhes são inerentes. A construção do discurso sobre a temática do desenvolvimento, como sugere Mézáros (1998), fomenta parte das alterações no sistema capitalista. Tal discurso de aproximação, junto a novos cenários sociais, permite mudança de paradigmas, os quais antes se acreditavam estarem cristalizados.

O processo crítico pelo qual a terra atravessa produz mutações no sistema capitalista, permitindo que essa nova adaptabilidade transpasse as fronteiras

geopolíticas, instalando novos mercados. Assim a fortaleza de alguns produz e paralelamente retroalimenta a fraqueza de outros, contribuindo para o fortalecimento do sistema. Contraditoriamente desestabiliza o modelo e cria perspectivas de implantação de nova lógica de desenvolvimento.

Na tentativa de quebrar com o ciclo é que, nos últimos anos, um amplo número de eventos e estudiosos têm se dedicado a discutir o alcance da nova proposta na conjuntura de desenvolvimento. A realização da ECO 92, no Brasil no ano de 1992, a conferência intitulada Populações e Desenvolvimento no Egito, em 1994, o Desenvolvimento Social em Copenhague em 1995 e o I Fórum Social Internacional em Curitiba, em 2001 são alguns dos momentos pelos quais se questiona coletivamente o paradigma de desenvolvimento vigente que não atende as necessidades da grande maioria da sociedade.

Seja com foco na degradação do meio ambiente, no combate e erradicação da fome, na distribuição das riquezas e da renda nacional, no crescimento do desemprego e na opressão racial e de gênero, as discussões buscam apresentar pontos de vista mais amplos no debate social para constituição da conjuntura mais abrangente sobre o desenvolvimento.

Vale considerar que “o desenvolvimento como fenômeno complexo mostra-se com dimensões variadas, dizendo respeito ao território, aos recursos naturais, às pessoas e suas ações” (CORIOLANO, 2003). Visto também como resultado concreto de ações antes tidas como conceituais, voltadas a fomentar uma estrutura de suportes ideológicos que repensam o papel social. Essa mesma estrutura é sustentada pelo continuísmo histórico e pelas forças hegemônicas que se utilizam das dimensões do desenvolvimento com vista a perpetuar o modelo.

Autores como Sen (2000), Zaoual (2003), Sachs (2008) e Veiga (2006b) discutem com profundidade a temática do desenvolvimento enquanto geração de benesses sociais, econômicas, culturais e ambientais para todas as camadas sociais. Parte-se do campo industrial como solução para o crescimento econômico, resultando na desigual geração de oportunidades em diferentes escalas, sejam elas sociais ou econômicas. A perspectiva vigente culmina com o fortalecimento das práticas e do potencial local como forma de estruturar o desenvolvimento, enxergando neste o lócus ideal de realização das perspectivas futuras de construção de outro modelo de desenvolvimento, denominado local, social, endógeno e na escala humana.

1.1 As dinâmicas do desenvolvimento

As sociedades dispõem de amplo rol de estruturas e ativos diferenciados, mobilizados com o intuito de engendrar possibilidades de bem-estar cada vez maior e mais estável frente ao capital social empregado. O surgimento de novas práticas de produtividade, com a inserção de novas tecnologias aliadas ao campo do trabalho, amplia o valor e a mobilização das economias. Esta é uma das disposições defendidas por Schumpeter (1982) e que forma parte da discussão a cerca da sua teoria do desenvolvimento econômico por ele defendida.

Faz-se importante constatar que o paradigma de desenvolvimento explicitado por Schumpeter traduz-se no âmbito exclusivamente econômico – especificamente no campo industrial – já que defende o papel do empresário e das inovações tecnológicas que figuraram no centro do processo de desenvolvimento. Essas observações ressoaram em outras vertentes, fazendo com que o conjunto das inovações no âmbito econômico fosse conduzido também ao modo como a sociedade conduz sua construção social (COSTA, 2006).

Além disso, a figura do empresário no processo de inovação tecnológica é ponto crucial na dimensão de escopo tomada pelo autor, mesmo que após este ponto o empresário se volte a sua condição capitalista, deixando para trás parte do processo pioneiro que o fez intervir na de produção industrial (COSTA, 2006).

Considerando a ótica de construção do cenário industrial para a formação do desenvolvimento econômico, Prebisch (1949) afirma que a única forma pela qual haveria a inserção do progresso técnico – sobretudo em países ditos como subdesenvolvidos após a hegemonia norte americana advinda da segunda guerra mundial – seria por meio da industrialização. Na perspectiva do autor não haveria qualidade de vida para as populações atrasadas fora do contexto do avanço industrial. Residia na industrialização a solução para todo composto de baixa produtividade econômica. Foi este um dos fundamentos que fez com que Prebisch (1949) levasse até a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL os condicionantes do desenvolvimento requerido para os países subdesenvolvidos, sobretudo os latino americanos.

No âmago da discussão a cerca do processo de ocupação industrial focado no desenvolvimento econômico nacional vale citar Rosenstein-Rodan (1961) e sua contribuição à teoria do desenvolvimento. A questão centra-se a partir da teoria do

grande impulso (*Big Push*) – também chamada de teoria do desenvolvimento equilibrado – enquanto composição alternativa ao desenvolvimento, já que se acreditava em uma série de saltos descontínuos na economia (AMARAL FILHO, 1995). Esta descontinuidade é produto da desaceleração do desenvolvimento em todo conjunto da economia. A resultante disso seria uma estagnação em larga escala, a qual seria causada pelos baixos níveis de produtividade em setores industriais considerados essenciais ao desenvolvimento.

Justamente por esses argumentos Hirschman (1961, p. 157) acaba por criticar a teoria do desenvolvimento equilibrado, concebendo a teoria do desenvolvimento desequilibrado. Teoria que se baseia na concentração de investimentos em setores e indústrias consideradas chave para o processo de desenvolvimento. A questão está assentada na existência de processos, chamados por Hirschman de “encadeamento para trás e para frente”, onde dois elos de atuação permitem a articulação de diversas atividades que se complementam, integrando a estrutura produtiva da economia local.

A esse respeito, Hirschman (1961) acredita que o investimento necessário para a promoção do desenvolvimento desequilibrado há que ser originado a partir do capital externo, o que, por sua vez, permitira a circulação de mais recursos no fortalecimento da economia nacional. Neste momento situa-se a proposta do desenvolvimento exógeno, caracterizado pela origem dos recursos de financiamento serem oriundas de fontes externas, pelo grau de gestão estar atrelado a conceitos e princípios internacionais e pelo baixo índice de relações com a comunidade local. Esse nível de desenvolvimento econômico atende a interesses transnacionais e está condicionado à figura centralizadora de sua gestão, que dialoga diretamente com as ações hegemônicas atuantes no mercado em âmbito internacional.

A expansão tecnológica, na sequência, conduz ao crescimento dos serviços, das áreas urbanas, bem como a expansão do setor industrial e suas instalações. Conseqüentemente, será viabilizada a expansão tecnológica e a diversidade na produção. Por fim, tem-se a ampliação do consumo das massas já que, como esclarece Rostow (1961), o consumo efetivamente aumentará na medida em que a renda da população ultrapassa o atendimento das necessidades mínimas de manutenção, como despesas com saúde, educação, vestuário e habitação, por exemplo. Nesse cenário a população encontra-se em conjuntura de maior

urbanização, com maior possibilidade de trabalho, além de vasto campo de áreas que viabilizam oportunidades de desenvolvimento.

Outra importante contribuição na discussão dos modelos de desenvolvimento econômico foi dada por Furtado (2009) quando aborda a questão da dependência dos países subdesenvolvidos pelos desenvolvidos, por conta dos investimentos oriundos do capital externo, propondo uma análise sobre as relações centro/periferia.

Assim, Furtado (2009, p. 84) afirma que “a teoria do desenvolvimento econômico não cabe, nos seus termos gerais, dentro das categorias de análise econômica”, já que “a análise econômica não pode explicar a dinâmica das mudanças sociais senão de maneira limitada”. Seria limitado avaliar em que medida vem se dando o desenvolvimento apenas pela esfera econômica, ou ainda uma determinada nação, apenas pelo volume de investimentos governamentais ou empresariais identificados na economia, a massa salarial em circulação no mercado ou mesmo pela taxa de empregabilidade em setores produtivos.

Considerando os limites que podem ser atingidos pelo modelo de consumo dos países desenvolvidos, “em termos de deprecação do mundo físico [...] toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização” (FURTADO, 1974, p. 75). Além do custo ecológico desta empreitada é importante pesar também o custo social e até mesmo o próprio custo econômico – já que a atividade econômica de forma alguma se passa em sistema isolado – o que sugere, de maneira bastante pragmática, o mito pelo qual o desenvolvimento pode vir metamorfoseado em solução para toda a inércia das estruturas industriais e sociais. Tal mito está assentado na idéia de que a utilização máxima dos recursos naturais geraria desenvolvimento, já que diversas indústrias seriam criadas para fomentar esta perspectiva. No entanto, não se leva em consideração o custo ambiental que tal prática acarretaria, sendo muito maiores os malefícios comparados aos benefícios oriundos da expansão industrial sobre os recursos naturais.

Consideram-se outros indicadores que contemplam as repercussões sociais, culturais e ambientais do avanço desenvolvimentista no cotidiano das pessoas e dos lugares. As discussões propostas por Sen (2000) fomentam essa reflexão, na medida em que o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação das liberdades das pessoas, tais como pobreza, tirania e carência de oportunidades econômicas, entre outros. Segundo o autor a liberdade individual –

deve ser garantia para cada pessoa – resultará na obtenção do desenvolvimento social, já que a sinergia obtida pelas liberdades individuais garante a progressão das nuances de desenvolvimento. A liberdade individual é, essencialmente, um produto social. Dessa forma, não é possível que “condições” impostas pelas ordens dominantes venham a tolher as vontades e desejos das pessoas.

Observa-se que o conceito de desenvolvimento ao qual se refere Sen (2000) está diretamente relacionado à condição de livre agente que as pessoas devem ter em optar pelo exercício de suas liberdades, considerando esse cenário essencial à construção do modelo de desenvolvimento. É importante oferecer também condições e subsídios de modo a ampliar a oferta de liberdades e, conseqüentemente, auferir novas perspectivas de crescimento pessoal, profissional e de mercado.

Desta forma, sob o amplo escopo pelo qual se trata as relações inerentes ao contexto do desenvolvimento, constata-se que os projetos que objetivam somente o aspecto econômico não logram mais êxito em sua realização, já que o fim pelo qual foram concebidos não representa os interesses e as aspirações de um amplo rol de agentes locais envolvidos com a realidade social. Ao que parece, os projetos que se somam ao amplo escopo desenvolvimentista contemporâneo mais se dedicam a atender a conjunturas internacionais de grandes conglomerados econômicos, desprezando as expectativas, percepções e esperanças depositadas no campo local. É o que afirma Zaoual (2003, p. 86) ao destacar que a “mundialização sob o jugo de um só e único modelo, predatório com relação a recursos naturais e destruidor da diversidade, gera de fato as condições de uma guerra de civilizações e de culturas”.

Por conta do processo de mundialização das economias evidencia-se a necessidade de potencializar a ação dos agentes locais e sua inserção na arena de debates em torno da participação local nos projetos de desenvolvimento. Isto porque “projetos de desenvolvimento centrados somente no econômico mostraram-se produtores de endividamento e pobreza. Fica claro para alguns setores sociais que, ante a diversidade, não pode haver um modelo único de desenvolvimento” (BELINAZO e JACOMELLI, 2006, p. 8).

Assim Zaoual (2003, p.44-45) entende que “a epistemologia do pensamento global deixa de evidenciar a interconexão da vida econômica de uma sociedade com o restante que define sua identidade, seus valores e suas crenças”. A ausência da

identidade local na figura dos seus atores constituídos representa a formulação de uma perspectiva destoante à proposta almejada pelo lócus de interesse e de foco do desenvolvimento. Equivale a dizer que se trata de um corpo desprovido de alma, o que para a proposta de desenvolvimento em contingente local não atende as necessidades, aspirações e interesses almejados pela representação local.

De forma similar entendem Belinazo e Jacomelli (2006) ao considerarem os condicionantes da mobilização de capital para o soerguimento da proposta de desenvolvimento. Ambas afirmam que “o apoio externo, ou seja, os financiamentos, não garantem individualmente melhorias na qualidade de vida se as pessoas em seu contexto não evoluem a ponto de adquirir habilidades endógenas para um desenvolvimento autônomo” (BELINAZO E JACOMELLI, 2006, p. 6). As habilidades endógenas consideradas referem-se ao grau individual em avaliar novas possibilidades locais de aproveitamento econômico, social e cultural por conta das oportunidades de financiamento de idéias e atitudes que resguardem os interesses locais.

É importante que junto à realidade local e seus agentes constituídos seja garantida a oferta de subsídios que lhes permitam o fortalecimento das estruturas locais de governança e desenvolvimento. A relevância nesse sentido está em entender que as propostas de desenvolvimento devem ser instigadas de dentro dessa realidade, já que os “projetos sem sujeitos se perdem na infinita diversidade das situações” (ZAOUAL, 2003, p.104).

Neste sentido Sachs (2008) considera que o desenvolvimento vai muito além da mera multiplicação da riqueza. A idéia de desenvolvimento “implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando conexão capaz de preencher o abismo civilizatório” entre o que foi e aquilo que se pretende ser (SACHS, 2008, p. 13). Trata-se de empreender uma reflexão sistemática sobre as bases em que se deram a construção do contexto do desenvolvimento. Isto porque quando se pensa em desenvolver, espera-se que tudo haverá de mudar, desde sua base conceitual até a estrutural.

Faltou ao debate no campo econômico do desenvolvimento aquilo que Sachs (1998) definiu como conseqüências de longo alcance para o desenvolvimento, tendo a igualdade, equidade e solidariedade seu campo fértil de ocupação. A promoção desses três pilares de sustentação tem fortes indícios capazes de promover o soerguimento de concepções de desenvolvimento mais condizentes com a ordem

local vigente. O desenvolvimento precisa, portanto, ser visto como um processo pluridimensional, que permeia desde nações ditas avançadas, até mesmo àquelas consideradas subdesenvolvidas, alcançando as barreiras caracterizadas como intransponíveis a certas camadas sociais. Deve ser visto pela ótica da libertação humana em relação à opressão material, pressupondo divisão igualitária dos bens e a derrocada de todos os entraves que o impedem, fugindo exaustivamente do chamado “maldesenvolvimento” (SACHS, 1995).

Após toda caminhada transcorrida pelos teóricos sobre a perspectiva de chegada de um novo limiar a cerca do desenvolvimento, Veiga (2006b) considera que é tempo de buscar expandir a discussão sobre o papel que desempenhará o contexto do desenvolvimento no futuro. Para isso, propõe a idealização de cinco dimensões pelas quais se farão valer o escopo daquilo que chama de pós-desenvolvimento, tais como: valorização das sociedades que não se desenvolveram; desvalorização da idéia de progresso; crítica dos principais vetores do desenvolvimento; crítica das práticas desenvolvimentistas, e; elogio dos modos de resistência dos perdedores, que estão abrindo o caminho para a era do “pos-desenvolvimento” (VEIGA, 2006b, p. 87).

A primeira dimensão – valorização das sociedades que não se desenvolveram – sugere que deve haver uma valorização da criatividade cultural, pois esta é entendida como o motor que atua nas forças transformadoras da estrutura social. O motivo pelo qual alguns povos se sobressaem em comparação a outros pode ser devido a uma história cultural diferenciada. Isso os distingue e acaba por construir pontos de vista singulares a cerca de seu desenvolvimento.

A segunda dimensão, que trata da desvalorização da idéia de progresso, Veiga (2006b) considera que comumente vêem-se aliados os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, na medida em que remete à acumulação de capital e a todos os efeitos positivos e negativos que são conhecidos decorrentes dessa relação. A base do desenvolvimento sugere continuidade e longo prazo, enquanto que no crescimento remete a certo imediatismo por força de ações consideradas pontuais e em determinados setores. Essa resposta rápida se pode tomar como medida efetiva para a economia, sem representar outras esferas e indicadores sociais de análise de maior abrangência.

Já a crítica dos principais vetores do desenvolvimento, Veiga (2006b) afirma que se faz frente ao atual paradigma de análise do desenvolvimento

contemporâneo, já que é resultante de uma longa construção ideológica que perpassa o tempo e caminha lado a lado com a idéia de prosperidade. Constituem-se nos antagônicos conceitos de progresso, universalismo, domínio da natureza e racionalidade quantificável como representantes das aspirações universais. Daí se extrai a crítica das práticas desenvolvimentistas, pois se observa que a semântica erguida sobre o conceito de desenvolvimento modificou-se com o tempo e ainda, serviu a parte da população interessada e ativamente dominante do processo, e não ao universalismo com o qual se obtinha cada vez mais adeptos, os quais buscavam viabilizar tal circunstância.

Deduz-se então que, o elogio dos modos de resistência dos perdedores que estão abrindo o caminho para a era do “pos-desenvolvimento” surge como fraude, pois as novas roupagens que vêm assumindo – desenvolvimento humano e até mesmo sustentável – são, na verdade, manobras para apenas sugerir uma pseudo transformação daquilo que se entende por desenvolvimento. A proposta vem adquirindo cada vez mais adeptos e mobilizando cada vez mais e mais pessoas, já que ninguém, em qualquer parte do globo, deseja ser responsabilizado pelos insucessos oriundos dos planos de desenvolvimento em escala global.

Em outro momento Veiga (2006a) realiza profunda reflexão a cerca do conceito de desenvolvimento, de forma que o questionamento central divide-se entre a aceitação e a negação de sua real intenção e existência. A ressurreição do conceito foi proposta justamente no limiar da década de 1980, quando foi publicado em 1987 o Relatório Bruntland, quando deste preconizava a necessidade de racionalizar os recursos naturais existentes na atualidade, garantindo a sua manutenção para as sociedades do futuro.

Isso porque, como esclarece Veiga (2006a, p. 188), “a maioria dos partidários do otimismo transmitido pelo relatório Bruntland parecem enxergar os problemas ambientais como meros defeitos na alocação de recursos que poderiam ser corrigidos através de taxações específicas”, ou seja, esse discurso sugere a construção de limites ao desenvolvimento a partir da atual conjuntura ambiental, econômica e social vigente, levando a entender que apenas pela criação de novas aplicações econômicas a solução para a crise ambiental poderia ser sanada. Assim, “a melhor maneira de enfrentar a problemática ambiental seria garantir que o preço de todos os recursos naturais incorporasse completamente sua escassez de longo prazo, além dos efeitos imediatos provocados por seu uso” (VEIGA, 2006a, p. 189),

o que efetivamente não resolve em nada a reposição dos recursos e seu dito uso “racional”.

É fortemente contestável a tentativa dessa nova ótica que insurge junto ao conceito de desenvolvimento sustentável de monetarizar toda biota e sua constituição física, química ou mesmo geológica. Por meio dessa crítica que se acredita não estar havendo a construção de uma nova lógica desenvolvimentista, mas a constituição sim de uma nova forma do capitalismo, já que busca auferir mais dividendos sob a cultura econômica internacional.

Percebe-se que a condução das teorias que remontam os caminhos do desenvolvimento assemelha-se pela complementaridade e continuidade de seu escopo ideológico. Isto porque há um acúmulo natural de ações e pensamentos pautados não em radicalizar ou mesmo reconstruir a estrutura desenvolvimentista vigente, mas, que buscam uma nova função na medida em que tentam reordenar os princípios pelos quais a estrutura parece-lhes decadente ou mesmo incipiente.

Enumerando as ações estratégicas propostas pelos autores supracitados, encontram-se elementos que discutem desde a efetivação do desenvolvimento por meio de fases, ciclos e impulsos – com nítida e fundamental participação das esferas governamentais fomentando parte ou até mesmo todo processo – até a ênfase em setores-chave e a busca por um desdobramento nas revoluções econômicas proferidas pela polarização em economias mais aquecidas, responsáveis por solapar outras realidades econômicas que não as suas próprias. Apesar disso, em certos momentos acredita-se que a tentativa de formular uma idéia sobre desenvolvimento pode não passar de um mito, como sugere Furtado (2005). No entanto, é importante perceber que todo escopo ideológico que vêm sendo difundido sobre desenvolvimento relata um momento, uma conjuntura, uma proposta histórica distinta, atrelada ao seu tempo e espaço. Enxergar contemporaneamente sob este prisma demanda um olhar mais amplo e detalhado a cerca de um leque de possibilidades, mercados, demandas sociais, econômicas e políticas que movem a conjuntura em exercício. Isto não significa dizer, necessariamente, que os movimentos estão associados ao melhor desempenho no âmbito global, mas sim, ao fato de se desejar suprir as necessidades das sociedades hegemônicas pelas demais.

Os altos níveis de desenvolvimento de certas economias são obtidos a custa do completo esgotamento de outras, caracterizadas como subdesenvolvidas e, por

tanto, consideradas decadentes. Enquanto isso, as economias subdesenvolvidas reproduzem os modelos arcaicos de exploração econômica e social vencidos nos países desenvolvidos, acreditando que o caminho para o desenvolvimento se faz pelo uso indiscriminado e exaustivo dos recursos naturais, sociais e físicos de sua própria nação.

Considerando a escala de ação em que se dá esse quadro, o contexto do desenvolvimento e suas matrizes – sejam elas econômicas, socioculturais, ambientais, políticas e ideológicas – se fazem não na perspectiva do âmbito global, mas na dimensão local, berço da pujança e da excessiva utilização dos recursos.

A quantidade de referências e discussões a cerca desta temática é tão numerosa quanto a de seus pensadores e críticos mais conhecidos. No entanto, considerando o núcleo vital para o desenvolvimento a partir da realidade local é importante asseverar de que forma os estudos que apontam este cenário analisam a vertente local, como ponto de análise da perspectiva de desenvolvimento. Tanto é que Barquero (2009) afirma ter se intensificado o processo de integração em nível global, surgindo múltiplas experiências de desenvolvimento local, sobretudo nos países configurados pelo subdesenvolvimento.

1.2 Desenvolvimento local endógeno

As iniciativas de desenvolvimento local surgem nos países considerados subdesenvolvidos, com o claro propósito de neutralizar os efeitos negativos apresentados como resultado da globalização, além dos efeitos da baixa produtividade que são repassados para toda população (BARQUERO, 2009). Neste sentido, em cada território, localidade ou mesmo nação, é possível identificar uma estrutura produtiva específica, sobre a qual interagem as iniciativas locais, tais como mercado de trabalho, conhecimento técnico, capacidade empresarial, recursos humanos e naturais, estrutura social e política, tradição e cultura. Sob todas elas a performance exigida pelos níveis de desenvolvimento recai de maneira específica, já que para cada setor haverá uma demanda específica, condicionada pela atenção global com a qual os mercados estão sendo estimulados, buscando maximizar lucros e minimizar custos. Haverá sempre uma resposta para cada repercussão que se faz valer dentro desta realidade local, de modo que tal resposta é quase que imediata dada à velocidade das mudanças no cenário global contemporâneo.

O desenvolvimento, sobretudo em uma localidade distinta, sugere que os agentes públicos e privados executem seus programas de maneira coordenada, por meio do qual os anseios, interesses e aspirações possam ser atendidos não apenas em escala local, mas na perspectiva de toda uma esfera global de relações e assistência (BARQUERO, 2009). Na medida em que o poder público cumpre sua função social de zelar pelo bem estar público, pela geração de oportunidades capazes de atender a esses anseios e expectativas sociais – viabilizando infraestrutura, saúde, educação e ordem social – a iniciativa privada atua, paralelamente, fomentando condições econômicas, políticas e socioculturais de interagir com o meio em que se insere e buscar, diante disso, gerar valor pela mobilização de agentes e ativos capazes de dar resposta a todos os anseios e expectativas geradas na sociedade onde se insere.

Isso porque a conjuntura política de desenvolvimento local reside nas iniciativas que potencializam a difusão das inovações presentes e estabelecidas no pólo produtivo da localidade. Convém destacar o caráter participativo das políticas de desenvolvimento local, dos agentes locais e das redes territoriais, ambos participando do desenho, execução e controle das ações e projetos de desenvolvimento local. O princípio constitui em atender as demandas geradas pela instalação de novas formas de aproveitamento do potencial local por meio dessas inovações, que podem ser desde a abertura de uma nova via para escoamento da produção até a ampliação da rede de abastecimento de energético. Pensando ainda no campo social, com a maximização da qualificação dos recursos humanos em áreas onde há demanda de capital social – mesmo que em diferentes setores produtivos do território – essa difusão se torna ainda mais ampliada, permitindo que diversos agentes locais participem do desenvolvimento local (BARQUERO, 2009).

O desenvolvimento local é uma estratégia que se baseia na melhoria contínua dos recursos disponíveis e, particularmente, dos recursos humanos, naturais e do patrimônio histórico e cultural, já que com ele haverá uma significativa vantagem competitiva do próprio local frente ao bem-estar da população. Novas perspectivas surgem por meio disso, como a criação de pequenos empreendimentos como restaurantes, lanchonetes, pequenos mercados, lojas de artesanato e moda, entre tantas outras vocações que são despertadas por iniciativa dos próprios agentes locais. É neste sentido que o cerne do desenvolvimento local atua, quando permite o

empoderamento dos atores locais por meio da promoção de suas funções sociais de enfrentamento da realidade local.

Além disso, a instância local dispõe de plenas condições para conduzir o próprio destino, gerenciando os projetos de modo à plenamente atender seus interesses e não se tornando apenas em receptáculos de disposições concebidas em esferas fora de sua ordem local (ULTRAMARI e DUARTE, 2009). A conjuntura local é detentora, de certo modo, de uma autonomia direcionada, pois deve permitir a ocupação local ordenada de setores capazes de lhe conferir desenvolvimento em diversas matrizes – econômicas, socioculturais e ambientais – corroborando com um planejamento local coeso e direcionado. Esta é a idéia que figura a partir dos seus agentes locais, da iniciativa privada e de todo conjunto da sociedade. Na medida em que esse potencial vai se tornando cada vez maior, latente, o potencial de captação de outras possibilidades se concretiza, tendo em vista o desenvolvimento dos indicadores locais, entre eles o grau de escolaridade, urbanidade, fornecimento de serviços públicos, ou mesmo renda per capita.

Nesse sentido, faz-se importante buscar uma definição que contemple as nuances do desenvolvimento na esfera local. Existem muitos teóricos que ensejam perspectivas ora convergentes ora opostas do que seja o desenvolvimento local. Tais argumentos consideram “o desenvolvimento local entendido como um esforço para promover tão somente a atividade econômica e a arrecadação municipal, excluindo, assim, interesses sociais mais imediatos” (ULTRAMARI e DUARTE, 2009, p. 23), haja vista que essa abordagem em nada atende as aspirações e anseios postulados pela sociedade hoje, como destacam Ultramari e Duarte (2009).

O sentido posto por esse tipo de conceituação defende, novamente, o paradigma economicista propalado na metade do século XX. Há também o contexto que discerne o desenvolvimento local como perspectiva preocupada com o homem e suas necessidades sociais, superpondo estas ao mercado e suas formas de lucro conhecidas (CORIOLANO, 2003a). Essa visão necessita ser encorajada, haja vista que outro sentido diferente deste não atende plenamente aos anseios aspirados pelos agentes locais.

Um dos conceitos que busca sintetizar essa perspectiva afirma que o desenvolvimento local consiste no:

Processo voluntário e combinado, ou pelo menos conhecido, pelo conjunto de uma coletividade concreta na que se realiza um processo diferenciado daquele que ocorre em seu entorno próximo, mediante a introdução de inovações que geram valor adicionado a suas atividades produtivas e cotidianas (GONZALEZ, 1998, p. 6).

Em sua amplitude o autor revela que a combinação de fatores aliados ao conjunto da coletividade é capaz de conduzir a realidade desejada por esta última, potencializando não só as atividades produtivas – como indústria, comércio e serviços – mas também o cotidiano das localidades, presentes na cultura, nas tradições, na história e na própria vida humana dos povos. Nesse sentido, o desenvolvimento local está associado a idéia de endógeno, isto é, cuja iniciativa partem as decisões de dentro de seu território, por meio daqueles agentes sociais que o fazem.

Assim, o desenvolvimento local endógeno obedece a uma ótica local “dos processos de crescimento e mudança estrutural, que parte de uma hipótese de que o território não é apenas um mero suporte físico dos objetos, atividades e processos econômicos, mas também é um agente de transformação” (BARROS, SILVA e SPINOLA, 2006, p.94) do local onde se refere, no qual todos aqueles que o fazem serão, direta ou indiretamente, integrados às decisões que venham a ser tomadas. É nesse ínterim que o sentido do empoderamento toma forma, já que são esses agentes os protagonistas diretos das decisões que venham a ser tomadas.

É importante também salientar que as instituições e os mecanismos de regulação do território funcionam visando contribuir para o ordeiro direcionamento das ações voltadas ao planejamento, execução e manutenção das dinâmicas do desenvolvimento local endógeno. O planejamento efetuado com vistas ao desenvolvimento local faz convergir ao atendimento dos interesses públicos, beneficiando a estrutura local no tocante às demandas sociais. Isso porque existem dimensões importantes nesse contexto que devem ser observadas, a exemplo do caráter econômico – pensar no uso eficiente dos fatores produtivos, isto por parte dos empresários e agentes econômicos – e também do cunho sociocultural – no qual os agentes econômicos e sociais se integram às instituições locais, formando um sistema amplo de relações – juntamente com o âmbito político, o qual instrumentaliza as instâncias formais e legais que validem e favoreçam o desenvolvimento local (BARROS, SILVA e SPINOLA, 2006).

Evidente que em alguns momentos coexistem situações e interesses conflitantes que margeiam as propostas. A mediação desse impasse é realizada de diferentes formas, porém em todas elas a presença dos agentes locais é necessária e de suma importância, já que a existência de um contexto em que o desenvolvimento é o motor das discussões define em qual âmbito essas decisões devem se dar. Pensar em desacordo com essa proposta implica em riscos, já que o processo de construção do cenário local de desenvolvimento será moldado por parte dos seus agentes, evidentemente representando apenas parte de seus interesses e interessados.

1.3 Os agentes locais no processo de desenvolvimento

Os agentes locais têm promovido iniciativas que respondem aos desafios erigidos por força do cenário adverso encontrado em suas localidades. Além disso, de forma marcante em todo âmbito global, tem recaído no contexto local toda pressão na qual as forças do desenvolvimento atuam no sentido de se utilizar de suas potencialidades, gerando uma dicotomia de interesses. Enquanto as representações locais discutem quais os mecanismos que devem engendrar o desenvolvimento cotidiano, em outro âmbito, representações externas a esse contexto aliam-se as instâncias políticas locais na tentativa de viabilizar um paradigma de desenvolvimento que, em muitos casos, não se compatibiliza as ações decisórias destacadas por seus agentes locais.

Parte, ideologicamente, deste ponto a cisão entre os interesses locais e as perspectivas de ocupação e aproveitamento local por atores externos, estes últimos trazendo interesses distintos aos anseios locais, traduzindo-se na tentativa de negar aos agentes locais o empoderamento e a tomada de decisão sobre sua própria realidade.

Especificamente na América Latina, a política de desenvolvimento endógeno se baseia em iniciativas onde os projetos econômicos e sociais são coordenados por novas formas de governança. Disso decorre a participação dos agentes públicos e privados, sejam eles organismos nacionais, internacionais e até aqueles descritos como não governamentais. A ampla participação de múltiplos estratos sociais e econômicos não chancela, tacitamente, o processo de discussão do desenvolvimento como democrático, como afirma Barquero (2009). Em muitas

circunstâncias haverá uma parte desses agentes que não são convidados, muito das vezes, para discutir o processo, e sim, para tomar ciência de quais projetos e propostas serão devidamente implantadas na realidade local, sem que para isso tenha ocorrido qualquer processo de debate e ponderação a cerca dos efeitos que serão sentidos futuramente por essa comunidade e seus agentes.

Diametralmente oposta a isso, uma outra estratégia de desenvolvimento local sugere que tal proposta deve ser planejada de forma diferente em cada caso, já que as necessidades e demandas de cada localidade ou território são diferentes. A capacidade dos habitantes, empresas e todos os agentes locais envolvidos são distintas. Além disso, cada comunidade analisa de forma diferente as prioridades que incorporam às políticas de desenvolvimento. Disso decorrem estratégias e atitudes que se coadunam aos anseios locais (BARQUERO, 2009).

Dentre essas estratégias, salienta-se que a construção e melhoria do capital social e a infraestrutura são os instrumentos mais usados nas políticas de desenvolvimento (BARQUERO, 2009). Por capital social entende-se todo esforço despendido pelos agentes locais em engendrar as peças que movimentam o complexo sistema do desenvolvimento, cada um em suas frentes operacionais específicas, agindo no sentido de viabilizar as condições que operam a economia, a cultura e a vida na comunidade como um todo. Isto se viabiliza por meio de estruturas dispostas a atender e subsidiar as condições mínimas para permitir que as forças sejam conduzidas ao ideal de produtividade.

Entre tantas atividades e condições que se somam àquelas dispostas no cenário territorial – fruto do permanente emprego de esforços em desenvolver as tangentes econômica, social, cultural e ambiental – tem-se no setor de serviços, sobretudo na América Latina, grande referencial de atuação. Dentro do setor de serviços, o turismo apresenta-se como papel marcante na dinâmica de formatação do desenvolvimento local endógeno. Contemporaneamente, a atividade turística vem sendo apresentada, defendida e conduzida como umas das mais promissoras na balança da justiça econômica e social. Afirmam muitos especialistas (MOLINA, 2003; MENDONÇA JÚNIOR, GARRIDO e VASCONCELOS, 2000, e; CORIOLANO e LIMA, 2003c) que o turismo representa importante papel no contexto da modernidade.

É importante analisar que não há uma única perspectiva de desenvolvimento atrelado ao turismo nem mesmo que as existentes na atualidade representam um

papel fidedigno daquilo que se espera desta atividade e de todos os ditos benefícios que a mesma promove. É possível encontrar ampla sucessão de modelos determinados por uma igualmente ampla sucessão de modernidades que interagem simultaneamente na produção dos arranjos turísticos locais. Em um mesmo local podem ser encontrados desde elementos representativos do trabalho informal, na figura dos vendedores ambulantes ou autônomos, até mesmo grandes empreendimentos classificados com padrão internacional, que se utilizam da aproximação territorial para buscar um cenário constitutivo do desenvolvimento local endógeno (EISENSTADT, 2001). Esse cenário buscado pelo turismo encontra terreno fértil quando vem sendo trabalhado pelo seu valor paisagístico e de configuração diferenciada, atendendo aos anseios de representatividade e competitividade que imprimem no mesmo um escopo diferenciado frente aos demais locais. Em cada lugar a uma forma específica de aproveitamento – seja ele econômico, social ou ambiental – e é nesse momento que o turismo procura assegurar que o devido valor seja utilizando, tanto em benefício dos seus agentes locais quanto em benefício de grupos homogêneos e distintos de interessados em extrair dessa representatividade mais um cenário competitivo frente ao amplo rol de destinos turísticos disponíveis à visitação em todo o mundo.

Assim é que, contemporaneamente, o espaço litorâneo acaba por imprimir no seu âmbito uma configuração e reconfiguração mercadológica cada vez mais competitiva, permanentemente buscando se desenvolver, atendendo aos anseios dos agentes envolvidos com a produção do desenvolvimento turístico. Esta análise faz-se por meio do conceito de reterritorialização, o qual defini-se pela reocupação do território por conta de outras atividades produtivas, capazes de mudar não só as configurações geográficas mas também econômicas, sociais e políticas do território (SANTOS, 1994). Nesse sentido, os lugares passam a assumir várias formas de modernização, formas estas que vão se superando. Disto advém a reflexão de que o mercado turístico é o maior incentivador dessa dinâmica, como argumenta Tomazzoni (2008) e Theobald (2002). Tanto os agentes responsáveis pela construção do escopo turístico quanto os mercados que demandam tais elementos são responsáveis por incentivar a modernização cada vez maior e mais ampla do cenário turístico litorâneo. Trata-se de um amplo fluxo de interesses que se cruzam e buscam encaixar-se constantemente, chocando-se com os anseios dos agentes locais em muitos aspectos. Esses conflitos vão desde o crescimento e a pressão

imobiliária nessas áreas litorâneas – deslocando parte da população nativa para recantos cada vez mais longínquos do que os de sua origem – até a exigência de qualificação profissional, muitas vezes de padrão internacional visando atender a públicos desses mercados – o que é totalmente incompatível com o próprio nível educacional básico oferecido pelos próprios gestores públicos dessas localidades aos seus habitantes.

Observa-se que há uma ausência de reflexão por parte de alguns agentes locais detentores do poder de decisão na instância pública quando se opta pela captação ou mesmo implantação de modelos de desenvolvimento que demanda circunstâncias distintas daquelas encontradas na localidade. Assim, não se logrará êxito em determinados territórios que detém certas características, pois ocorre a adoção e reprodução de modelos de desenvolvimento que muitas vezes não atendem a proposta e aos interesses dos próprios agentes locais, viabilizando, tão somente, aos interesses de determinados agentes da conjuntura econômica e política local.

Diante disso é importante analisar de que forma o turismo traduz os anseios do desenvolvimento local endógeno quando é construído um desenho que melhor atendem aos interesses dos seus agentes, das forças produtivas que movimentam seu território, das ações políticas que engendram a ordem social, com respostas ambientais a tais nuances.

2 DESENVOLVIMENTO E TURISMO: INTERAÇÕES POSSÍVEIS

Entre tantas atividades que conduzem à construção das nuances de desenvolvimento sociocultural, ambiental e econômico de uma localidade, seja de natureza endógena ou exógena, o turismo torna-se objeto de análise de vários estudos, em face da representatividade no cenário local. A aceitação, por parte de diversos atores sociais, além da mobilização e injeção de recursos é capaz de prover mudança de paradigma para as localidades, interagindo em diversas atividades produtivas e sociais locais.

Dentre os campos que se voltam ao desenvolvimento amplo das localidades, o turismo é um expoente significativo desse contexto. Considerado como um dos mais importantes vetores de promoção local nos últimos anos – tanto no campo econômico, quanto no sociocultural e ambiental – as perspectivas de integração do turismo ao contexto local se mostram amplas, tendo em vista a diversidade de empresas, setores e atores que podem atuar em conjunto com essa atividade. Isso por que, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2007), o segmento é responsável por mobilizar mais de 55 setores da economia, com o objetivo de promover a infraestrutura e superestrutura dos destinos, utilizando-se do capital social local e do potencial paisagístico enquanto produto turístico.

Por infraestrutura entende-se “a disponibilidade de bens e serviços com que conta um país para sustentar suas estruturas sociais e produtivas” (BOULLÓN, 2002, p. 58). Já a superestrutura, como esclarece Beni (1998), volta-se ao atendimento das demandas turísticas, compreendendo todos os organismos especializados – tanto públicos quanto concernentes à iniciativa privada – encarregados de otimizar e modificar o funcionamento das partes que compõem o sistema turístico, permitindo o incentivo e a construção de dispositivos e relações que facilitem a produção e a venda dos múltiplos serviços que compõem o turismo. Os empreendimentos turísticos, por estarem atrelados de forma direta ao setor privado da atividade, constituem-se como a própria superestrutura, por meio do setor de: meios de hospedagem, alimentos e bebidas, serviços de agenciamento e recepção turística, transporte e informação turística, entre outras atividades. A partir deste dimensionamento a cerca da infra e superestrutura, traduz-se quão ampla pode ser a composição e o impacto representativo do turismo no cenário nacional,

regional e local. Na medida em que esses agentes se envolvem com a perspectiva de atuar junto ao turismo, haverá uma cobrança maior destes para que tanto a infra quanto a superestrutura possam ser potencializadas, visando um maior crescimento do turismo, em âmbito local.

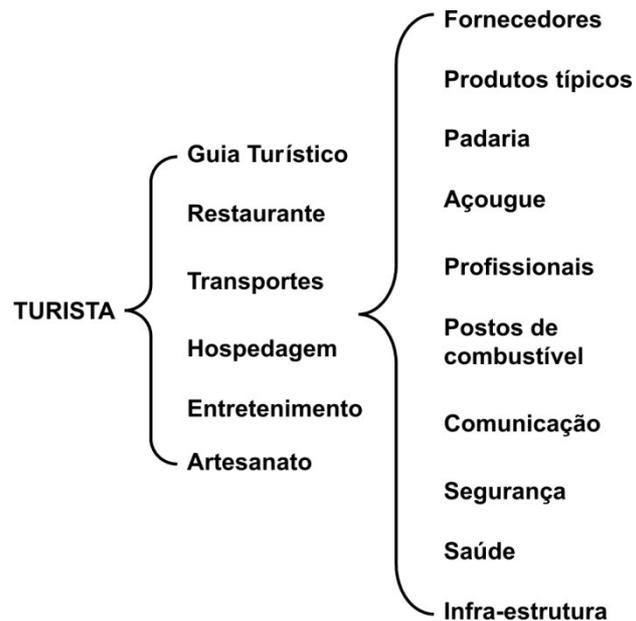
A partir do momento em que se consegue engendrar produtos, serviços, mão de obra, suporte técnico, infraestrutura pública e aceitação social admite-se que o turismo não só tem complexidade suficiente para atuar na promoção desenvolvimentista das localidades, como também é capaz de mediar ações que conduzam à inserção de numerosos grupos locais, estejam eles relacionados ao contexto econômico, sociocultural ou ambiental, envolvendo-os na dinâmica e no cotidiano local (CRUZ, 2006). Nessa perspectiva, surgem ações que perpassam esses agentes de diversas formas, de modo que os relacionamentos que se dão entre ambos fazem surgir as oportunidades de desenvolvimento, em diversos vetores locais, os quais acabam por criar a idéia de fortalecimento da vida da localidade por conta do turismo.

No que se refere ao contexto econômico, *a priori*, o turismo traduz-se numa importante atividade plural, por conta de sua natureza pulverizadora de ganhos, diferentemente de outras atividades econômicas, a exemplo da industrial, que acaba por concentrar renda em determinados setores econômicos (RODRIGUES, 2006).

Esta pulverização nos ganhos pode ser mensurada pelo efeito multiplicador do turismo. A partir da identificação dos agentes econômicos que participam na captação de recursos oriundos do fomento ao turismo é possível compreender em que medida e com qual magnitude a atividade pode influenciar as ações de ordenamento local.

Nesse sentido, Cooper (2001) promove uma reflexão sobre essa dimensão econômica. A figura 01 representa o efeito multiplicador que pode ser desencadeado pelo turista no local, por meio dos seus agentes econômicos. O primeiro elemento desse contexto é representado pela figura do turista, definido como o sujeito praticante do turismo, responsável por demandar uma série de produtos e serviços necessários ao seu atendimento. A demanda, por sua vez, é responsável por acionar, tanto direta quanto indiretamente, serviços disponibilizados por outros setores, os quais podem proporcionar o atendimento das necessidades demandadas pelo mesmo.

Figura 01 – Representação do Efeito Multiplicador do Turismo



Fonte: Elaboração própria, 2011

Por sua vez, esses setores vão demandar de outros agentes econômicos produtos e insumos necessários tanto a sua própria manutenção quanto para a condução do serviço e do sistema turístico. Significa dizer que “as empresas adquirem não apenas insumos básicos [...] mas agem também como intermediários de bens e serviços produzidos por outros estabelecimentos dentro da economia local” (COOPER, 2001, p. 166).

Dessa forma, todo cenário econômico local será, direta ou indiretamente, beneficiado pela vinda e instalação temporária do turista. Considerando uma progressão geométrica desse contexto, quanto maior for o número de turistas instalados em sua superestrutura, maior será o volume de demandas desencadeadas em diversos destes setores e seus agentes, permitindo o crescimento da atividade e, paralelamente, o desenvolvimento econômico, sociocultural e político local.

Os valores pagos pelas despesas do turista serão, inicialmente, absorvidos por estes estabelecimentos turísticos da linha de frente – guias turísticos, restaurantes, transporte, entretenimento e artesanato, entre outros – em maior ou menor quantidade, dependendo do tamanho e da oferta turística disponível na localidade. Este recurso arrecadado será novamente gasto por estas empresas, onde parte será usado para o pagamento de despesas com fornecedores, manutenção de equipamentos ou prestação de serviços, alguns dos quais situados

fora da localidade, isto porque, boa parte dos insumos demandados pelo mercado local, muitas vezes, não podem ser obtidos a partir dos próprios fornecedores locais, necessitando que se busquem alternativas de fornecimento dos mesmos em outras localidades. Outra parte será utilizada na aquisição de bens e serviços, pagamento de folha de pessoal, tributos e impostos, licenças e demais taxas oriundas de cada ramo empresarial, sendo definidos por efeitos econômicos diretos (COOPER, 2001).

Já os efeitos econômicos indiretos são sentidos quando as empresas que recebem pelos serviços de estabelecimentos turísticos investem na compra de outros bens ou serviços voltados para sua própria manutenção, além do pagamento de impostos para o governo ou com sua própria folha de pessoal. Essas são as relações econômicas intrínsecas esperadas pelos agentes econômicos que se beneficiam direta e indiretamente da atividade turística.

Outro princípio também atrelado ao cenário econômico refere-se ao efeito aglomeração que, de acordo com Sessa (1983), é um dos efeitos identificados, sobretudo, pelo setor hoteleiro, o qual reúne uma série de atividades complementares que estão na origem de uma série cumulativa de ganhos e de custos em uma determinada localidade turística, podendo culminar em uma ampla concentração geográfica de agentes econômicos envolvidos com o desenvolvimento turístico local. Entre essas atividades complementares estão inseridas lojas – tais como de venda de artesanato, recordações de viagem ou mesmo de impressão de fotografias – pequenos comércios formais e também de vendedores informais, os quais vão surgindo na localidade por força da mobilização econômica gerada pelo turista.

Estes agentes acabam fixando residência na localidade, imprimindo nesta uma configuração cujo objetivo é obter desde vantagens econômicas, maior contato com a natureza, até qualidade de vida e uma melhor expectativa de vida, a partir da aglomeração desencadeada por força da própria atividade turística que os reúne. Até porque o turismo, no que tange ao contexto econômico, insere-se no desenvolvimento “seja pelas repercussões diretas identificadas à geração de empregos” seja pelos efeitos indiretos que possa ser ocasionados por aqueles que o fazem (BAHL, 2004, p. 48). Esses efeitos podem ser mensurados por força dos impactos que são acarretados na vida e no cotidiano dessas localidades.

A esse respeito, Mathieson e Wall (1992) e Ruschmann (1997) destacam os impactos econômicos das localidades turísticas em duas formas distintas: Os

impactos econômicos positivos – responsáveis por trazer benefícios a todo conjunto da economia local – merecendo destaque os seguintes: geração de emprego e renda geral e com o turismo; geração de divisas por meio da chegada de novos recursos trazidos pelos turistas, e; estímulo a atividade empresarial com a criação ou estruturação das empresas locais atuantes na economia formal. Por meio da figura 01 é possível analisar de que forma esse contexto é favorecido, já que a geração de novas oportunidades advindas com o turismo estimula um amplo rol de possibilidades no campo econômico.

Já os impactos econômicos negativos – tais como o aumento da inflação na economia local por conta do aumento da procura por insumos ou produtos relacionados ao turismo; especulação imobiliária em propriedades situadas próximo a complexos que reúnem um maior número de turistas na localidade; baixa taxa de retorno dos investimentos acarretada pelo pequeno volume de ganhos que podem ser obtidos nos períodos de baixa procura por lazer e turismo devido ao grau de sazonalidade e, por fim; crescimento no vandalismo e nos índices de criminalidade registrados na localidade – apresentam-se bastante significativos, sobretudo para os habitantes locais e seu cotidiano. A inflação, especulação imobiliária, criminalidade e a troca de atividades tradicionais locais pelo turismo atentam contra o princípio da sobrevivência local. Se o turismo vem com a promessa de beneficiar a localidade, então é necessário que sejam tomadas medidas que contemplem a mitigação, ou mesmo supressão, dessas repercussões. No entanto, o que se vê são circunstâncias que não permitem reflexão maior a cerca dessa conjuntura, haja vista que tais nuances se proliferam em vários destinos turísticos em todo mundo.

Esse contexto advém de um amplo cenário econômico resultante de forças antagônicas, as quais atuam na promoção do crescimento econômico local a partir dos seus agentes hegemônicos, isto é, o poder financeiro de um grupo ou minoria é capaz de determinar em que bases pode se dar o desenvolvimento turístico de certas localidades, sem se preocupar com os reflexos provenientes disso na grande maioria da população. Esta, por sua vez, não protagoniza o momento e as decisões que podem ser tomadas visando a repartição dos benefícios, mas, acompanha como expectadora passiva, e depois atuante, desse desfecho. Na sequência, não haverá mais como mediar outras alternativas, pois a imagem que se fará do local já estará consolidada pela visão dos seus agentes hegemônicos. Por meio deste entrelaçamento, percebe-se que uma parcela dos agentes locais que fomentam o

turismo não adquirem significativa representatividade nas decisões resultantes da construção do cenário turístico local. Isso porque, são esses agentes que acabam formalizando e engessando essa identidade local, construída muitas vezes por um grupo distinto, resultando num aglomerado sociocultural homogêneo e similar a outras localidades, que na verdade reflete muitos interesses que foram forjados à luz do interesse de grupos econômicos.

Nesse sentido, cabe analisar esses impactos projetados no contexto sociocultural. O escopo do turismo vai muito além do campo econômico, interagindo com outros agentes relacionados ao desenvolvimento local de uma forma ainda mais densa. Significa dizer que sua relação pode atuar tanto no sentido de fortalecer quanto no de prejudicar as relações socioculturais locais e os interesses desses agentes. Sobre isso, Mathieson e Wall (1992) e Ruschmann (1997) afirmam que os impactos socioculturais também podem ser classificados em dois campos, os positivos e os negativos.

Os impactos socioculturais positivos vão desde a melhoria da infraestrutura pública, maiores investimentos em educação, crescimento da oferta de empregos em tempo parcial, maior absorção da mão-de-obra feminina, valorização do artesanato, da herança cultural, do patrimônio histórico e da cultura étnica local. Isso porque são gerados benefícios diretos para toda população, e não somente a uma faixa dessa mesma que atua no sentido de se beneficiar com o turismo. O aperfeiçoamento dos serviços públicos promove maior qualidade de vida para os habitantes dessa localidade, de modo que isso possa prover maiores e melhores oportunidades cotidianas. Outrossim, a atividade turística pode atuar ainda no sentido de preservar as relações socioculturais, como no caso das tradições presentes em determinadas comunidades, mantendo vivas essas práticas culturais, além de promover um amplo intercâmbio cultural entre populações distintas. Em muitos casos, esta é a principal motivação da viagem dos turistas, na medida em que conhecer culturas e povos distintos do seu, buscando estabelecer o aprendizado e as interações decorrentes deste contato, enriquecem a experiência da viagem e atribuem ao espírito do visitante um novo sentido e uma sensação de respeito e conhecimento frente aos hábitos e cultura dos povos visitados. Essas trocas são positivas e traduzem as percepções que podem ser encontradas tanto nos visitantes quanto naqueles que são visitados.

Já os impactos socioculturais negativos podem ser classificados desde o efeito demonstração – a negação da cultural local e incorporação de outros traços culturais alheios à sua realidade, alterações da moralidade e posterior exploração sexual de crianças e adolescentes, neocolonialismo a partir da ocupação de lugares tradicionais por pessoas que vieram como turistas e passaram a residir na localidade, descaracterização e posterior homogeneização do artesanato, vulgarização das manifestações tradicionais com a inserção de elementos que não são tipos daquela cultural e, por fim e não menos importante, a arrogância cultural, quando se acredita superioridade de uma cultura em detrimento de outra. Pode, ainda, atuar provocando massificação na comercialização de certos hábitos culturais, banalizando a encenação da cultura popular local, estimulando um sentimento e uma prática de vulgarização dos costumes locais. A procura frequente por costumes e hábitos culturais conduz à comercialização de cerimônias e rituais tidos como sagrados pela população anfitriã, que acabam por encenar verdadeiros espetáculos à custa de suas próprias tradições, de forma limitada e muitas vezes distorcida de sua própria história (COOPER, 2001; BRITO, 2004).

Em certa medida, o sentimento de pertencimento a uma tradição ou cultura local pode ser ameaçado, como identificado por Brito (2004), quando a própria população não aceita mais suas tradições e práticas culturais. Assume-se um papel, uma encenação da cultura, por força do trabalho desempenhado na promoção do entretenimento para o turista. Acabam se criando referências icônicas que induzem o visitante a ser uma caricatura do habitante local, quando na verdade esse exercício induz ao fortalecimento de uma ilusão, algo feito apenas para turista ver. Esse comportamento questionável revela-se quando é exigida, tanto da população quanto de sua cultura, agenda de exposição das tradições em oportunidades, eventos e situações que criam uma superexposição desses costumes, se que seja dada a devida atenção para a forma como isso é executado. Considerando que a cultura é algo vivo e presente na vida das pessoas, a de se questionar se o excessivo acesso a essa exposição pode acabar por prejudicar a própria essência do que aquela representação cultural traduz para sua gente e para aqueles que a contemplam.

No que se refere ao contexto ambiental, a natureza é um elemento essencial à atividade turística. Isto porque este busca no patrimônio ambiental existente em determinadas localidades, a obtenção do máximo de rendimentos capazes de serem

auferidos, fazendo convergir os interesses dos turistas aos anseios do mercado. Entretanto, a partir do momento em que o turismo passa a ser agente de modificações no meio natural, seja para facilitar o acesso ou mesmo para ampliar a experiência do turista, inevitavelmente a condição requerida de equilíbrio ambiental será quebrada, proporcionando um efeito negativo e que pode ser sentido em todo ecossistema, como destaca Swarbrooke (2000).

Os aspectos relacionados à qualidade da água, do ar, do solo, da vegetação e das espécies faunísticas são impactados de forma significativa pela ação do desenvolvimento turístico. As leis ambientais vigentes em todo território brasileiro e, particularmente, em todas as unidades estaduais e municipais estabelecem as políticas e as diretrizes que devem ser seguidas, visando o pleno atendimento do equilíbrio ambiental. A legislação brasileira é reconhecida como uma das mais avançadas do mundo, já que estabelece critérios claros de aproveitamento da fauna e da flora, visando a manutenção da simbiose entre os produtores e consumidores de recursos naturais. No entanto, vale salientar que os interesses que movimentam o turismo podem se tornar determinantes na requalificação de muitas dessas leis. Os espaços naturais, seu papel e função, acabam sendo reavaliados em função de uma conjuntura emergente de desenvolvimento, em todas as esferas. Isso leva a crer que os agentes promotores do território assumem os riscos por conta do avanço do homem sobre os recursos. Apesar disso, esse custo ambiental é dividido para todas as parcelas da sociedade.

Os trabalhos de Coriolano (2003), Guedes (2005), Lima (2006) e Silva (2010) demonstram que esses determinantes foram constituídos como essenciais na defesa do crescimento das atividades econômicas relacionadas ao turismo sobre o meio natural, superpondo-se os interesses financeiros aos ambientais. O custo de exploração dessas atividades sobre o meio natural afeta a reprodução da flora e, conseqüentemente, da fauna local. Além disso, a busca por espaços naturais, visando o aproveitamento para o turismo, cria áreas privativas onde deveria haver um aproveitamento público por parte de alguns empreendimentos. O crescimento dessa prática leva a contaminação dos solos e dos lençóis freáticos, já que muitas dessas áreas nativas não dispõem de infraestrutura de saneamento básico ou coleta de resíduos sólidos. A ação dos atores econômicos e sociais, envolvidos com o turismo, é sentida quando são comparados os anseios e interesses destes em detrimento do meio natural, levando a crer que o peso exercido pelo turismo e por

toda sua constituição é capaz de influenciar as decisões cristalizadas pela legislação.

Em todos os contextos apresentados anteriormente, foram discutidas circunstâncias marcantes ao processo que relaciona desenvolvimento e turismo, os aspectos positivos que devem ser considerados e, também, os negativos que precisam ser evitados ou minimizados. Constitui-se como importante, desse modo, conhecer como esta condicionado todo processo pelo qual a atividade turística pode se pautar.

2.1 Condicionantes da atividade turística

Ante essas interações, os elementos que condicionam e conferem identidade ao que se conhece por turismo, por sua vez, carregam em seu sentido referências que orbitam em parte dos aspectos mencionados anteriormente. Buscam perspectivas que elucidem o que se constitui como turismo pode ter suas limitações, pois muitas questões que margeiam esse escopo atribuem a esta atividade uma visão proativa, positiva, imediatista.

Haja vista o volume de disposições necessárias para se conferir um escopo preciso a esse respeito, isto é, aspectos relacionados à economia, cultura, história, geografia e antropologia, entre outros. O turismo foi definido por Oscar de La Torre como sendo:

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica e cultural (OSCAR DE LA TORRE *apud* IGNARRA, 1999, p. 24).

Apesar das discussões estabelecidas no circuito acadêmico se pautarem nas limitações existentes no conceito formulado para definir o turismo, adotou-se o contexto apresentado pela Organização Mundial do Turismo – OMT, organização vinculada às Nações Unidas, como premissa ao conceito de turismo. Assim, segundo publicação da OMT (2007), o turismo é definido como:

O deslocamento e as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias, bem como, as relações que surgem entre eles, em lugares distintos de seu ambiente natural, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, principalmente com fins de lazer, negócio e outros (OMT, 2007, p. 46).

Tal definição remonta o contato social estabelecido entre povos distintos, por conta do encontro realizado entre estes por meio do turismo, situado em um espaço geográfico ambientado num contexto local, sob o controle permanente do tempo dispensado na visitação e já estabelecido na forma de um pacote turístico, tendo uma motivação determinada por um fim ou atrativo específico, levando o visitado a se preparar para receber o visitante e dele obter divisas por conta do consumo de produtos e serviços empreendidos, objetivando atender a tal movimentação. Entre ambas as conceituações, propostas por Oscar De La Torre (*apud* IGNARRA, 1999) e a OMT (2007), é importante destacar que houve uma maior reflexão no entendimento da motivação das viagens, estas contemplando negócios e, obviamente, a necessidade de viajar para exercer uma atividade remunerada, o que antes não compatibilizava com o propósito do que se entendia por turismo como sinônimo de lazer.

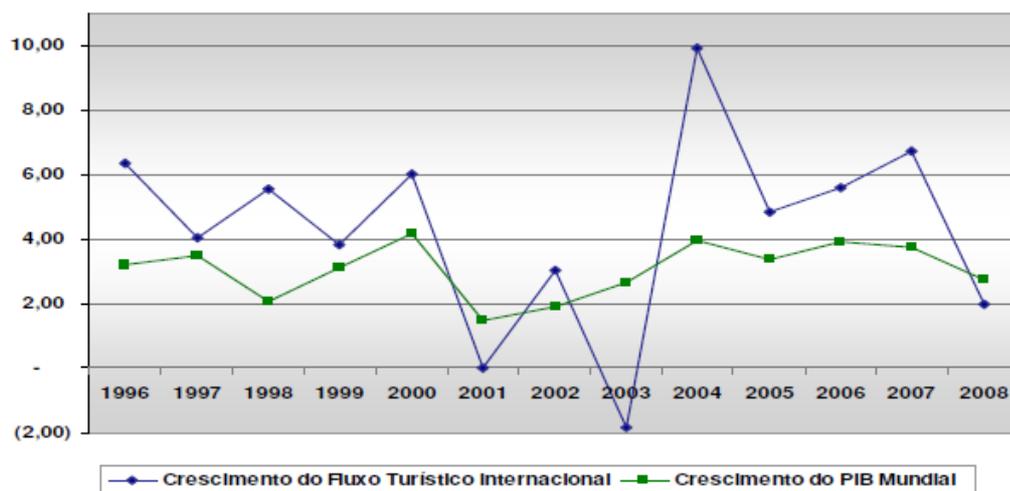
Um dos motivos que levou a OMT a incluir a categoria “negócio”, como foco das viagens, está no aumento da importância desta frente aos indicadores decorrentes das viagens contemporâneas, já que os deslocamentos motivados por negócios ativam em igual forma a estrutura à disposição da atividade turística. Desta forma, observa-se que o turismo passa a ser entendido como importante atividade, a qual pode se associar a dezenas de outras, viabilizando um suporte necessário ao atendimento das interações advindas do cenário turístico e demandadas por estes públicos.

No âmbito mundial, setores como o de transporte, hospedagem, comércio, lazer, cultura, além dos serviços públicos prestados na localidade são os principais vetores que respondem pela atividade turística, representando um campo em crescimento, já que contempla muitas áreas distintas. As viagens internacionais cresceram 4,2% entre 2000 e 2008, perfazendo um total de 922 milhões de turistas somente no ano de 2008, gerando uma renda estimada em US\$ 5 trilhões. O continente Europeu concentrou, em 2008, cerca de 52,9% das viagens internacionais, seguido pela América do Norte com 11,6%, Ásia e o Pacífico com

21%, o Oriente Médio com 7%, a África com 6,1% e, por fim, a América do Sul com 2,2% do fluxo turístico internacional (OMT, 2009).

Comparado ao crescimento do Produto Interno Bruto – PIB mundial, o fluxo turístico internacional demonstra alto grau de instabilidade, sobretudo por conta de fatores relacionados à conjuntura social e econômica mundial. As crises econômicas, os problemas relacionados às epidemias em escala global e as variações advindas do câmbio, de acordo com dados obtidos junto ao Fundo Monetário Internacional – FMI e a OMT, são capazes de gerar variações nas viagens e na visitação de determinados destinos turísticos. Tal circunstância pode ser observada no gráfico 01, a seguir.

Gráfico 01 – Taxa de crescimento do turismo e da economia mundial – 1996/2008



Fonte: OMT e FMI, 2009

O ano de 2003 significou uma grande queda nos fluxos turísticos mundiais por conta da deflagração da guerra dos Estados Unidos da América contra o Iraque, no oriente médio, marcando uma situação de grande instabilidade e insegurança nas viagens internacionais para aquela região e toda Europa, um dos principais destinos turísticos do mundo. Nesse mesmo ano, com a prisão do presidente iraquiano Saddam Hussein, a confiança e a sensação de segurança nas viagens internacionais foram retomadas, de forma que o mercado voltou a operar dentro das condições de normalidade e a demanda, reprimida durante todo período de guerra em 2003, promoveu um salto gigantesco no montante de viagens turísticas no ano seguinte. Após a reeleição do presidente norte americano George W. Bush, já em

2004, e a instalação de diversas normas de segurança, visando o combate ao terrorismo internacional, os fluxos turísticos voltam a um patamar de normalidade, se comparados aos períodos que antecederam a guerra no Iraque. Outro importante fato que marcou a queda desses fluxos, desta vez em 2008, foi o início da crise econômica mundial, a qual afetou seriamente o mercado Norte Americano e repercutiu em diversos mercados por todo o mundo. Isso causou uma grave crise no setor de turismo, promovendo a redução das viagens e impactando, novamente, todo setor turístico mundial. A partir da análise dessa conjuntura, observada nos anos de 2003 e 2004, é possível constatar que o setor pode se apresentar bastante frágil frente aos marcantes fatos que se fizeram presentes na história mundial (PORTAL UOL, 2011).

Analisando uma perspectiva global, os países com maior visitação turística registrada no ano de 2010, segundo a OMT (2009) foram: França, Estados Unidos da América, China, Espanha, Itália, Reino Unido, Ucrânia, Turquia e Alemanha. O Brasil ocupa a 52^o colocação neste ranking. Isto significa que o país não desponta, até o momento, como um dos grandes destinos turísticos do cenário internacional. A pequena presença do produto turístico brasileiro, da forma como está concebido, ainda não é capaz de atrair significativos fluxos de turistas internacionais. Tal fato denuncia, em certa medida, a precariedade de muitos setores que se prestam ao turismo no Brasil, como a limitada oferta de vôos internacionais, a falta de fluência em outros idiomas, os altos níveis de insegurança e o crescimento da criminalidade, além do custo relativamente alto de se viajar para o Brasil, já que outros destinos oferecem maior qualidade a preços bem menores (PORTAL UOL, 2011).

De acordo com dados do Ministério do Turismo – MTUR, a atividade turística vem perfazendo um roteiro de crescimento no país (BRASIL, 2010c). No ano de 2009, desembarcaram mais de 06 milhões de turistas estrangeiros no Brasil, quando já em 2010 esse número saltou para 7,2 milhões. Os gastos desses turistas cresceram, quando comparados os indicadores de 2009 e 2010, ficando este último na ordem de US\$ 5,305 bilhões, um valor 11,58% superior ao registrado em 2009. Segundo o Banco Central um recorde histórico, desde quando o índice passou a ser medido em 1947. Já os desembarques nacionais – isto é, o número de vôos domésticos no Brasil – no ano de 2010 registraram saldo de 61 milhões de passageiros, ampliando em 13% o número obtido no ano de 2009 (BRASIL, 2011a).

A partir da projeção da imagem do Brasil no cenário internacional, por conta da realização dos dois maiores eventos do planeta – a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016 – os fluxos turísticos começaram a identificar o país como um interessante destino a ser visitado, mesmo como uma forma de reconhecimento do lugar que sediará esses mega eventos. Já no que tange ao cenário interno, com o crescimento da economia nacional, da geração de empregos, da estabilidade do Real e do poder de compra do brasileiro, este passou a viajar mais pelo próprio país.

Além disso, as viagens realizadas utilizando o transporte aéreo fizeram com que mais empresas começassem a operar nesse setor no país, permitindo um amplo crescimento do turismo em todos os mercados nacionais e viabilizando a perspectiva de crescimento em longo prazo, já que mesmo após a realização desses eventos haverá um crescimento do turismo internacional, de forma idêntica ao que foi identificado na África do Sul, em 2010, com a realização da Copa do Mundo.

Estes números demonstram o crescimento do Brasil enquanto cenário propício e competitivo frente ao desenvolvimento do turismo internacional e nacional. Considerando tal parcela ainda pequena, além de uma colocação tímida frente aos demais destinos internacionais mencionados, as instâncias políticas de âmbito nacional manifestaram preocupação com relação à política pública nacional de turismo, especialmente no que se referia ao planejamento e organização do setor no país (BRASIL, 2008). Isso porque a ausência de uma regulamentação específica para vários setores que atuam no turismo faz com que cada um, indistintamente, desenvolva formas particulares de gestão, atentando contra a padronização mundial de serviços que são demandados por mercados de viagens mais avançados. Exemplo disso pode ser identificado na classificação hoteleira que, por conta da falta de normatização, é incapaz de distinguir quais as características que diferenciam hotéis de pousadas, o que aos olhos do visitante somente se distinguem pelo preço cobrado nas diárias e pela estrutura operacional que cada um congrega. Situação idêntica é observada no setor de transporte rodoviário, guiamento turístico ou mesmo informação turística, onde a falta de sincronia entre diferentes instâncias organizacionais, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, não estabelecem condicionantes claros para a estrutura e operação do turismo.

Por conta disso, o governo brasileiro passa a definir a política de desenvolvimento turístico como “um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes e objetivos de desenvolvimento e promoção que fornecem uma estrutura na qual

são tomadas decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias” (GOELDNER, RITCHIE e MCINTOSH, 2002, p. 294) dentro de um destino. Essa política tem por escopo garantir a receptividade dos visitantes por meio da estruturação da atividade turística nacional, buscando minimizar os efeitos, custos e impactos negativos acarretados por ações não planejadas nos contextos econômico, sociocultural e ambiental.

Esses elementos tornaram-se importantes frente ao cenário plural e competitivo que é o setor turístico. As políticas nessa área procuram conduzir o desenvolvimento da atividade, de modo a fomentar outros setores relacionados com o turismo, tais como transporte, hotelaria, cultura e lazer, entre outros.

Sob o ponto de vista que demanda atenção por parte da esfera política, destacam-se dois eixos que são: a prática social, que lhe é inerente, e as ações hegemônicas que são tomadas decorrentes do desejo de atender a satisfação do turista, artífice do todo processo.

A prática social refere-se ao desejo da população em ocupar postos de trabalho e auferir rendimentos por conta do turismo, o que, por sua vez, é capaz de ampliar o referencial de qualidade de vida que pode ser sentido na comunidade. Esse sentimento coletivo torna-se o objetivo das políticas e os governos buscam promover ações que concretizem esse desejo.

Já as ações hegemônicas referem-se às decisões que são tomadas pelo governo de acordo com a visão política estes tem em mente, realizando medidas capazes de fomentar o crescimento do turismo local de forma unilateral, sem ouvir o que a comunidade almeja ou mesmo que deseja que fosse realizado, visando o bem comum. Por conta do potencial papel pulverizador de renda, fortalecedor das economias locais, aglutinador de uma considerável parcela da sociedade de baixa renda, além da fragilidade e das carências que muitas comunidades apresentam, o turismo acaba tornando-se numa importante vertente de ações que estão no centro da discussão sobre política pública nacional.

A forma como a atividade passa a ser apresentada traduz os anseios que a sociedade projeta nas localidades: um ambiente desenvolvido, onde todos podem trabalhar, seja direta ou indiretamente. Para isso, os governos procuram empreender ações e estabelecer políticas para o setor, proporcionando matrizes de expansão do turismo de forma a responder rapidamente a ocupação dos espaços por empresas do segmento turístico.

A partir disso, são criadas facilidades para a ocupação dessas empresas, entre elas estão: a redução ou mesmo isenção total de impostos por um período de tempo, a promoção de cursos com o intuito de qualificar a mão de obra local que ocupará alguns dos postos de trabalho que serão criados e o investimento em serviços públicos como pavimentação, manutenção da rede coletora de detritos, entre outros serviços. A formulação, em maior ou menor grau, de ações que visem atender a esses eixos se dará de acordo com a dimensão das redes de interesses que os agentes promotores do turismo puderem formar.

Integrar o turismo em tantas e complexas redes de interesses distintas é dificuldade abrangente, como discute Butler (2002). A questão perpassa desde as demandas propostas pelos agentes locais, até temas de maior complexidade, como a infraestrutura aeroportuária. Tais temas requerem do arranjo político institucionalizado um amplo debate e proposições que procurem traduzir e materializar os anseios de toda uma coletividade. Dada a complexidade desse processo, sugere-se que sejam eleitas as prioridades de trabalho, a escala em que se processam as intervenções, o estágio ou mesmo a velocidade com que se percebe o desenvolvimento e, ainda, os conflitos que serão derivados dessas intervenções presentes, causando graves impactos nos contextos envolvidos com a política de turismo mal sucedida.

Isso porque no turismo não existe apenas atividades voltadas à sua manutenção exclusiva, mas tantas outras que atuam a serviço da própria comunidade residente. Obviamente que essas interações são por demais significativas para o turismo, para as atividades instaladas no local e para a própria comunidade, de modo que faz-se necessário haver um posicionamento representativo e consensual entre tantas e tamanhas representações sociais, econômicas e políticas. Assim, é importante destacar que “o desenvolvimento do turismo [...] é uma expressão que inclui não apenas destinos, origens, motivações e impactos, mas também as ligações complexas existentes entre todas as pessoas e instituições daquela engrenagem” (DANN, 2002, p. 25).

Diante disso, a partir dos reais interesses que são conduzidos pela estruturação e gestão da política de turismo, foi institucionalizada no Brasil a criação do Ministério do Turismo no ano de 2003. O planejamento estratégico da atividade passou a ser elaborado dentro de matrizes operacionais que objetivavam fomentar a atividade em todo território nacional. Neste mesmo ano, foi lançada a primeira

versão do Plano Nacional de Turismo – PNT, representando os anseios de muitos agentes econômicos, sociais e políticos voltados a profissionalizar a atividade turística no Brasil. No entanto, é importante frisar que a política de turismo pensada naquele momento, traduzia os interesses, dos agentes hegemônicos do país, já que as especificidades locais e regionais não foram inteiramente contabilizadas na formatação do referido plano (BRASIL, 2008).

Em sua primeira versão, o plano tinha por finalidade “explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor Turismo” (BRASIL, 2003, p. 15). Tal planejamento propôs-se a engendrar os anseios de um amplo número de setores produtivos relacionados com a atividade, buscando estruturar as destinações turísticas por meio de uma política pública que desenvolvesse o turismo. Apesar disso, o papel desempenhado pelos agentes locais relacionados com o turismo não foi, nesse momento, abordado.

Já em sua segunda versão, o PNT (BRASIL, 2007) objetivou desenvolver o produto turístico brasileiro contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais, promovendo o turismo como fator de inclusão por meio da geração de emprego e renda, além de fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro no mercado nacional e internacional.

Vale considerar que esta segunda perspectiva atende ao que discutem Baidal (2004), Aref, Redzuan e Gill (2009) e Mohammadi, Khalifah e Hosseini (2010), quando defendem que a política de turismo deve ser planejada de forma a atender os anseios locais, ciente de que os resultados esperados pela mesma apresentem-se de forma diferenciada, pois cada localidade é detentora de suas particularidades e especificidades próprias, que a definem de forma singular umas das outras.

Nesse sentido, o contexto regional vem fortalecendo as bases do turismo em cada localidade do país, cada uma delas com suas especificidades, problemas e potencialidades, requerendo uma atenção especial em cada realidade turística vislumbrada no país. No entanto, isso não se traduz em investimentos maiores nas regiões mais carentes, mas, numa constatação clara de que as disparidades regionais são amplas e históricas. Por isso mesmo, o planejamento do turismo regional precisa ser focado não só sobre o prisma do mercado, mas na promoção da melhoria e qualidade de vida das populações que atuam tanto em regiões turísticas quanto naqueles que não despertam esse mesmo interesse.

Tal conjuntura pensada de forma integrada se associa a elementos que vão desde a agricultura, a moradia, a assistência médica e a indústria na estruturação da atividade turística. O processo de planejar o turismo remete-se a todas as esferas governamentais, contribuindo com os anseios de distintos setores e atores sociais. A abrangência desse processo remete às dimensões pelas quais o turismo passou a ser visto sob um jogo de interesses, possibilitando a inserção de um número cada vez maior e mais complexo de cenários a serem trabalhados em todo país em também, de atores e fatores que figuram nessa perspectiva.

A análise e os debates sobre o papel do turismo passou a assumir múltiplos vieses, acrescido de situações encontradas em outras áreas – tais como antropologia, história, geografia e sociologia – possibilitando um amplo debate envolvendo os principais campos e setores da atividade, os quais podem contribuir com uma perspectiva mais plural de participação política nas definições e escopo do turismo nacional, voltada para o âmbito local. Entre essas bases de discussão do desenvolvimento turístico nacional, definidas pelo PNT, destaca-se neste trabalho as que se seguem, já que as mesmas são responsáveis pela promoção da conjuntura que se analisa na sequência deste trabalho. São elas: a geração de emprego e renda, o fomento à iniciativa privada e a infraestrutura pública.

Na definição das metas operacionais, o PNT apontou o caminho pelo qual os setores produtivos deveriam fortalecer as bases do desenvolvimento turístico. Na geração de emprego e renda o plano projetava, em seus quatro anos de operação, a criação de 1,7 milhão de empregos e ocupações. Já no que tange ao fomento à iniciativa privada, estavam previstas ações que se dedicavam à atração de investimentos – incentivando a construção de equipamentos turísticos por meio da oferta de linhas de crédito – de modo a ampliar a oferta suporte e de serviços turísticos, fortalecendo o mercado interno, captando investidores para projetos situados em regiões de reconhecido potencial e que ainda não estivessem desenvolvidas nem mesmo consolidadas no mercado turístico nacional.

Em relação à infraestrutura pública, o plano previa uma série de ações voltadas a identificação e quantificação das necessidades de infraestrutura para o atendimento ao setor turístico. Os objetivos contemplavam desde a melhoria da qualidade de vida nos destinos turísticos, a criação de condições de implantação de equipamentos turísticos até a potencialização dos benefícios decorrentes do

desenvolvimento do turismo nas localidades onde estivessem sendo trabalhados (BRASIL, 2007).

Esses três contextos tornam-se importantes nesta análise, tendo em vista que os mesmos fomentaram, a partir das experiências locais, uma série de ações que convergiram para o crescimento do turismo em algumas localidades. As condições necessárias para a ocupação das localidades por empreendimentos turísticos foram projetadas atendendo a esses pressupostos.

A esfera local dessas dimensões, caracterizada pelo lócus municipal, passou a representar o eixo central das propostas e das Políticas Públicas de Turismo vigentes no país, sobretudo no sentido de alcançar suas metas estipuladas. Isto porque “os municípios passaram, desde então, a ter mais autonomia política, administrativa e financeira” (BRASIL, 2008, p. 149), assumindo mais responsabilidades na execução de propostas e na construção das políticas direcionadas ao desenvolvimento do turismo. Reside no município o cerne do debate a cerca do planejamento e do formato que deve assumir o turismo local, já que seus agentes locais são capazes de externar seus anseios e viabilizar, na forma de ações, as perspectivas que precisam ser orientadoras do turismo local.

De forma homônima pensam Ultramari e Duarte (2009), quando destacam que “se agora a competitividade passa a ser proeminente, mais do que nunca cabe ao município a responsabilidade de atrair investimento para o interior de seu território” (ULTRAMARI E DUARTE, 2009, p. 23). Essa estratégia vem promovendo em muitos destinos turísticos do Brasil, de forma que os municípios, na figura de seus gestores, vêm apresentando todo potencial capaz de ser absorvido pela edilidade local, destacando cenários, projetos e desafios ao desenvolvimento particular de cada localidade. Elementos como a proximidade de grandes centros urbanos, oferta da malha aérea e viária local e localização geográfica, além de belezas naturais como praias, rios ou montanhas tornaram-se, entre tantas outras, moeda de valor muito importante frente ao desenvolvimento de atividades relacionadas com o turismo. A captação de investimentos para os municípios passou a ser prioridade nacional no PNT, permitindo que estes primeiros realizassem parcerias com o governo federal visando a promoção de infraestrutura local por conta da aquisição desses investimentos.

Mesmo assim, muito desse esforço local em promover o desenvolvimento turístico – viabilizando a captação de investimentos por meio das melhorias na

infraestrutura local e aliando diversos setores e atores econômicos, sociais e políticos relacionados ao turismo – com vistas ao atendimento do planejamento nacional não foram aceitas de forma pacífica pelas instâncias e agentes locais relacionados ao turismo. Mais do que captar somente novos investimentos externos em benefício do desenvolvimento turístico local, é necessário viabilizar condições para que funções chave na dinâmica do desenvolvimento local sejam atendidas. Entre elas destacam-se as áreas de saúde, educação, saneamento, segurança pública e assistência social, entre tantas outras demandas igualmente importantes, as quais se encontram diferenciadas em vários municípios por todo Brasil.

Nesse sentido, Coriolano (2006) afirma que o turismo submete o estado em favor do mercado. No momento em que as instâncias de gestão municipal não conseguem perceber a lógica na qual cada área deve funcionar dentro da esfera municipal, as demandas apresentadas pelos agentes planejadores do cenário turístico se sobrepõem às necessidades mais emergenciais e básicas no interior dos municípios. Nisso surgem formas de gestão do turismo diferentes em diversas localidades, tanto por força das diferentes realidades locais quanto por conta do paradigma adotado na condução da organização do turismo. Assim, o crescimento desses interesses antagônicos demonstra a força com que os agentes hegemônicos do turismo, representados pelos governos e por grandes grupos ligados ao setor turístico, conduzem o planejamento local dessa atividade.

São esses agentes que promovem o surgimento de destinos turísticos no âmbito municipal, atuando no sentido de empreender rumo ao crescimento do mercado turístico local, criando e estimulando a motivação das viagens dos turistas a partir do poder de compra dessas classes consumidoras. Os municípios acabam desencadeando o surgimento de novos produtos e serviços especializados no setor, na tentativa de atrair mais atenção e se destacar em um cenário competitivo. Muitas facilidades acabam sendo agregadas às viagens, com vistas a fomentar um estilo de consumo diferenciado nos pacotes turísticos, resultando em amplos investimentos empregados tanto pelo setor público quanto pelo setor privado. Isso ocorre, de tal forma e com tamanha força, que até mesmo as comunidades – elemento particular entre tantos outros no contexto do turismo – se projetam como atrativos turísticos no cenário nacional e internacional. Isso faz com que o turismo acabe tornando-se um instrumento capaz de fomentar essa projeção, já que os mercados globalizados não oferecem mais fronteiras ao consumo do território turístico (DOWBOR, 1996).

Além disso, a atual conjuntura é testemunha de uma busca constante do mercado turístico por novos destinos, já que “produzir e produzir espaço são sinônimos, a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço” (SANTOS, 2000, p. 1537). A lógica vigente trabalhada pelo turismo é que o espaço se transmuta na principal mercadoria a ser consumida pela atividade. No entanto, não é todo lugar que interessa e se presta ao desenvolvimento do turismo, mas apenas parte dele.

A construção do perfil, condicionantes e dimensões daquilo que se define como espaço culminou com a estruturação do espaço artificial, definido como sendo “aquela parte da crosta terrestre em que predomina todo tipo de artefatos construídos pelo homem” (BOULLÓN, 2002, p. 78), figurando como elemento central desse contexto as cidades, concebidas ainda pelo título de espaços urbanos.

É nesse sentido que a organização local do turismo passa a ser constituída pelo conjunto de cristalizações erguidas pela ação do trabalho social, de modo que a própria sociedade cria seu espaço geográfico de atuação, onde nele se realizam, cristalizam e reproduzem formas duradouras de vivência social, econômica e política.

Essa questão, atrelada ao turismo, conflui no que se define por espaço turístico, sendo este uma “consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos [...] do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turísticas” (BOULLÓN, 2002, p. 79), necessárias para promover o desenvolvimento da atividade em um determinado local.

Assim, diversos cenários modificados pela força das políticas, dos agentes locais e do próprio mercado procuram promover novos territórios e o potencial turístico que pode lhe ser conferido, conforme apresentado na figura 02. Estes se tornam a primeira instância de contato dos turistas com o lugar no qual estes estão visitando. Por isso mesmo é que esses cenários, ou conjunturas, passam a se tornar o centro da atratividade dos lugares para o turismo (CRUZ, 2002). Na medida em que o turismo vai se aproximando do meio ambiente, por exemplo, ocorre a modificação deste último pelo primeiro, condicionando a transformação da paisagem nativa em um produto turístico.

Figura 02 – Relação entre turismo e meio ambiente



Fonte: Elaboração própria, 2011

Observa-se que na medida em que o turismo e toda estrutura que lhe é inerente buscam se aproximar do meio ambiente, enquanto atrativo, haverá uma conversão da paisagem de modo a atender as demandas que são oriundas do mercado turístico. As riquezas naturais e a paisagem, a cultura, os hábitos locais além da própria economia vêm sendo utilizadas de maneira crescente por esses agentes, pelo mercado e ainda nas próprias políticas de turismo.

Essa prática acabou conduzida e utilizada nos mais recônditos destinos pelo mundo. Isto foi possível graças às ações continuadas, fomentadas pelas vocações turísticas de cada região e, especificamente, em localidades distintas, amparadas por um amplo leque de políticas de incentivo e fomento ao turismo. Apesar de ser considerada uma atividade plural e participativa, nem sempre o turismo pode ser visto como tal. Como afirma Urry (2000):

Uma das perguntas que devem ser formuladas sobre o desenvolvimento do turismo é *desenvolvimento para quem?* Muitas das facilidades que resultam do crescimento do turismo como atividade econômica – aeroportos, campos de golfe, hotéis de luxo e outros – são de pouco benefício para a massa da população indigente. A maior parte da riqueza que é gerada é assimetricamente distribuída, e a maior parte da população dos países em desenvolvimento participa de uma pequena parcela dos benefícios. A maioria dos empregos gerados nos serviços relacionados ao turismo é relativamente de baixa capacitação e pode reproduzir o servilismo característico dos regimes coloniais. Deve-se perguntar, entretanto, se muitos países têm outras alternativas ao turismo como uma estratégia de desenvolvimento (URRY, 2000, p. 64).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se utiliza das definições espaciais também faz uso dos elementos sociais. No entanto, é importante se contestar para quem serão direcionados todos esses benefícios, ou mesmo se eles existem de fato.

Criar e estimular a demanda e, simultaneamente, produzir novos lugares turísticos a um custo baixo de instalação e manutenção são as diretrizes trabalhadas pelo mercado. Dada a fragilidade sociocultural e ambiental de muitos lugares, a escassez de oportunidades e o vasto contexto econômico de possibilidades que podem ser inseridas, essa vertente acaba ganhando força junto ao desenvolvimento do turismo, sem que se façam os devidos questionamentos a respeito das reais benesses que são criadas pela atividade.

Por conta desses fatores, aliado ao desejo de mudança da conjuntura local vigente, acaba se criando um sentimento de aceitação do paradigma de desenvolvimento trazido à sombra do turismo. Além disso, vive-se num período onde a mídia está presente a todo o momento e em cada parcela da sociedade, enfocando que “haveria, por conseguinte, uma produção de lugares turísticos alicerçada, em grande parte, na elaboração de um discurso que contribui para [...] uma fetichização de certos pontos no território” (SILVEIRA, 2002, p. 36). A força com que se projetam no imaginário público os discursos e as intenções do mercado ganha uma nova conotação por meio dos recursos midiáticos.

O sentido dessa ação está em imprimir na própria população o sentimento de que, com a chegada do turismo, todos os problemas deverão ser esquecidos, já que uma nova perspectiva se projeta no horizonte local. São esses mesmos espaços que acabam tornando-se um centro de atração para o turismo, configurados como destinação turística.

2.2 Destinações turísticas: Núcleos receptores

Reunidos em um campo geográfico de atuação, seja ele municipal ou regional, as destinações turísticas congregam um conjunto de setores produtivos, tanto relacionados ao turismo quanto a outros setores da sociedade e da economia local, os quais são passíveis de visitação e promoção no mercado. Constitui-se, por definição, no local onde as instalações e os serviços foram projetados, ou não, para atender às necessidades e motivações do turista. Representam o rol de serviços e produtos vocacionados ao atendimento do turista, mobilizando a construção da imagem da localidade, além de demandar das políticas públicas a assistência nas questões de infraestrutura, como manutenção de vias públicas, sinalização turística, oferta de água portátil e saneamento básico, entre outros.

As destinações são constituídas por características próprias e traduzem suas necessidades, seu funcionamento e parte das ativações econômicas, sociais, estruturais e ambientais que dispõem, buscando otimizar a prestação desses serviços para que o atendimento aos fluxos turísticos garantam mais qualidade na estadia e o aumento da permanência dos turistas.

De acordo com Cooper (2001), as destinações são uma composição de premissas. São amálgamas; constituídos de experiências culturais; de forma inseparável, e; de utilização múltipla. Considerar as destinações como amálgamas parte do princípio de que estas se tratam de um núcleo composto por atrações que promovem entretenimento, amenidades – tais como hospedagem, alimentos e bebidas, comércio e outros serviços – acesso, seja ele por via terrestre, aérea ou marítima, e os serviços auxiliares, na forma de outras empresas e organizações locais, voltadas para suprir as demandas tanto dos turistas quanto da própria comunidade local.

As experiências culturais referem-se ao planejamento das paisagens e de suas características próprias, permitindo um maior aproveitamento do potencial natural e viabilizando a construção da experiência do turista. Por isso, a vivência e a cultural local são trabalhadas de modo a oferecer um aproveitamento único, da forma que é possível reter certas lembranças e situações na memória estando naquela localidade, usufruindo da experiência proposta pelos elementos que fazem o destino.

Já no que se refere à inseparabilidade, diz-se que é algo característico da própria natureza do turismo, pois o mesmo só é consumido onde é produzido. Não existe uma forma de produção, estocagem e despacho para o consumidor. O turismo é, em si, uma experiência momentânea, que só se permite ser usufruída no próprio local onde a mesma se situa.

Daí se conferir à destinação esta característica ímpar, de inseparável, inexistente fora de onde a mesma se origina. Com relação à utilização múltipla, o conceito advém do fato que tanto os visitantes quanto os seus residentes se utilizam daquela localidade e daquilo que lhe constitui. É possível, por meio desta característica, definir se a localidade será utilizada parte por visitantes e residentes, somente residentes ou exclusivamente ao atendimento do turista que a visita.

Naturalmente podem coexistir outras atividades que não necessitam, obrigatoriamente, do envolvimento exclusivo com o turismo. Até certo ponto, pelo

fato da múltipla utilização, podem ser gerados conflitos nesta localidade por conta de interesses divergentes entre essas múltiplas atividades. De concreto nisso é preciso compreender que as destinações não podem ser muradas exclusivamente para o desenvolvimento de uma única atividade, como é o caso do turismo, já que outras vertentes podem estar estabelecidas a muito mais tempo do que o turismo.

Quando esses locais passam a ser tomados pelo turismo acredita-se que a ação desempenhada por seus agentes aliados ao fato de que destinos, outrora consolidados, já apresentam sinais de decadência, fazendo com que o mercado busque pela existência de outros produtos voltados ao turismo, levando os agentes produtores do território turístico – constituído pelo território inventado e produzido para os turistas – a lograrem êxito quando decidem pela formatação desses cenários turísticos desejados pelo imaginário do turista.

A dinâmica territorial é constituída de uma constante criação e recriação de territorialidades. A força exercida pelos agentes do território estabelece essa transformação e a escolha pelo composto territorial que o lugar acabará assumindo. Isso porque os agentes que operam frente ao desenvolvimento local estabelecem diretrizes de ação em diferentes formas e em diferentes segmentos econômicos, socioculturais e políticos.

2.3 Agentes locais e mercado

É possível afirmar que a dinâmica territorial é sempre criação e recriação de territorialidades. A questão repercute diretamente na força exercida entre os atores sociais hegemônicos da localidade, já que parte deles as decisões em instalar ou não grande empreendimentos nos lugares com vocação turística, estabelecendo, assim, a escolha pelo composto territorial que o lugar deverá assumir (RODRIGUES, 2006).

Considerando isso, Knafou (1996) acredita que a produção do território turístico é resultante da ação de três agentes bem distintos. São eles: o turista, o mercado e os planejadores ou promotores territoriais. É preciso também salientar que ambos atuam em órbitas distintas de formulação dos cenários turísticos, dentro de suas especificidades, convergindo para os anseios de um amplo número de interesses envolvidos. O turista está situado sob o foco da demanda, buscando por destinações ofertadas no mercado e tidas como propícias ao atendimento dos seus

desejos, motivações e interesses. O grande leque de interesses e motivações desses turistas faz surgir, por sua vez, um grande número de destinos turísticos que se propõem a atender essa demanda. Por conta disso, existem destinos que oferecem desde praias e locais paradisíacos à grandes urbes, as quais dispõem de uma programação capaz de atender a esse público durante 24 horas por dia. A grande pressão que exerce o turista por força de seus desejos faz com o mercado responda em igual medida, ofertando serviços cada vez mais distintos e especializados.

Desse modo, o mercado se vê induzido a buscar novos destinos que atendam, ou mesmo despertem, novas tendências junto ao seu público consumidor. Isso implica dizer que cada vez mais a resposta dos investidores, empreendedores e especuladores dos interesses no turismo atuam no sentido de oferecer um conjunto maior de atrativos – na forma de destinações – que seduzem os turistas, estimulando a buscar essas novas experiências.

Isso porque a relação entre o turista e o destino visitado “é sempre transitória, passageira e, em grande parte das vezes, fugaz e superficial” (CRUZ, 2002, p. 109). Por meio da grande abrangência com a qual a atividade turística é capaz de mobilizar – já que 55 setores da economia podem ser beneficiados – o mercado assume um peso representativo na disputa pela formatação do destino turístico, dado o montante de interesses e interessados em adquirir com o turismo parte dos insumos, investimentos e lucros que são gerados.

A força desses dois agentes acaba por mobilizar o terceiro produtor do território turístico, os planejadores ou promotores territoriais. Representado pela figura dos gestores públicos – estejam eles posicionados na esfera nacional ou municipal – assumem a responsabilidade de constituir à destinação o status e o perfil ideal de atendimento desta perspectiva. Desde o planejamento de obras e serviços que subsidiem uma infraestrutura necessária, a instalação de equipamentos capazes de desenvolver uma determinada localidade até a promoção deste mesmo destino em mercados nacionais e internacionais especializados, os agentes planejadores do território detêm um papel fundamental nesse processo: promover e mediar o desenvolvimento local a partir de suas próprias potencialidades.

O quadro apresentado pela figura central do turismo perfaz o seguinte contexto: os turistas desejam estar num local que reúna todas as condições elencadas pelos mesmos como ideais e aprazíveis; os empresários identificam esse

desejo e projetam suas ações na construção desse cenário ideal e que é o objeto de desejo desses turistas; por fim, o governo procura fomentar a ocupação do seu território efetivando um cenário turístico que é planejado pelos empresários e, paralelamente, desejado pelos turistas. Desta forma, o apoio integral de tantos interessados na instalação ou ampliação do cenário turístico é vislumbrado, sendo capaz de mobilizar novos mercados e conduzir à reprodução desse modelo de turismo, amplamente consolidado em regiões carentes de oportunidades econômicas e fragilidade sociocultural e ambiental. No entanto, nem sempre é possível fazer somar os anseios dos turistas e do mercado junto aos planejadores locais. Isso porque a este último também cabe a defesa dos interesses daqueles que residem na localidade e que, certamente, recebem algum impacto decorrente da pressão resultante da exposição de anseios e ações geradas pelo turismo, pesando nos residentes os esforços empreendidos pela ação dessas múltiplas forças.

Ante a isto, a atividade turística e as próprias destinações acabam ganhando força, prevalecendo o discurso da geração de emprego, renda, melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento local e captação de recursos que venham a ser investidos localmente. Muitos desses grandes interesses serão atendidos, em detrimento de outros considerados menores, sob a figura da chamada reterritorialização dos espaços, definida por Santos (1985).

Tal situação ocorre quando se recriam novas configurações territoriais numa determinada localidade, diferentes daqueles que ocupavam este espaço anteriormente. Aquela atividade, antes empreendida no território, perde sua atratividade para outra. Após a instalação dessa nova atividade no lugar de sua antecessora, é possível promover uma nova conotação, tanto econômica quanto social e política, aumentando de forma significativa os recursos gerados por esta nova forma de produtividade do território.

Acaba por ganhar força, nesse contexto, o discurso do desenvolvimento turístico local e a ele se aliam diversos agentes que atuam no universo dos interesses que podem ser gerados. A idéia toma forma por meio da modernização dos aspectos locais que passaram a atender o turismo.

Esta conjuntura perpassa um âmbito global de interesses, pois percebe-se o esforço governamental em incentivar as frentes produtivas locais com vistas ao turismo, configurando tentativa de modernização local, já que opera na perspectiva de receptividade a todos os povos e captação de investimentos e dividendos

econômicos, em detrimento de qualquer circunstância social ou ambiental que possa vir a divergir desse escopo (CORIOLANO, 1998). Disso denota um grande esforço, por parte dos planejadores e agentes locais, em buscar reterritorializar a destinação turística, contando com os anseios do mercado consumidor – ainda mais se este for internacional – que virá a compor o cenário turístico local, usufruindo o espaço, suas paisagens, sua cultura e sua gente, dividindo o campo de atenção com todos os agentes turísticos locais. Parte desses planejadores são pessoas comuns da própria comunidade as quais, diante das novas dimensões que se abrem com o turismo, passam a buscar seu espaço nessa cadeia produtiva, investindo em produtos e serviços que se prestam ao atendimento do turismo.

Esse esforço, caracterizado pelo desenvolvimento de natureza endógena, configura o destino turístico na perspectiva de uma maior pluralidade social e econômica. Os agentes locais, por si mesmos, mostram-se capazes a modificar suas percepções e limitações locais, buscando atender e se aliar aos anseios e interesses instalados por força do turismo.

Com o avanço desse paradigma e o próprio desenvolvimento turístico nas localidades, surgem investidores ávidos por novas perspectivas de aproveitamento do potencial local, enxergando no turismo e em determinadas destinações a oportunidade ideal de obter ganhos relevantes. Daí que nesta destinação o capital externo se apropria de equipamentos, produtos e até serviços com o intuito de se lançar na produção e potencialização do espaço turístico. O desenvolvimento endógeno acaba cedendo espaço, posteriormente, ao exógeno.

Por conta da natureza desses investimentos, pela procura do turista em obter produtos com padrão de qualidade superior e muitas vezes encontrado apenas no cenário internacional, deduz-se que os investimentos externos ganham força e campo amplo no mercado local. As grandes empresas começam a instalar-se em boa parte da localidade, por meio dos circuitos financeiros e pelo próprio estímulo gerado pela ação dos agentes locais, movimentando dólares para qualquer parte do globo, desde que sejam do seu interesse, submetendo todos a uma cultura global (CORIOLANO, 1998).

Outro aspecto, relacionado a este ponto, diz respeito à domesticação do lugar, já que em muitos casos os visitantes podem estar em um determinado local sem que haja qualquer contato com a comunidade local. Assim, o turismo acaba tornando-se “uma cultura mundial, reproduzindo, em várias partes do mundo, um

mesmo sistema homogêneo de espaços artificializados [...] que representam aspectos contemporâneos movidos pelo capital global” (BORBA, 2005, p. 34). Tais padrões, tidos como mundiais, encontram-se alheios à cultura e aos costumes locais, instalados e elevados ao status de retórica local.

A lógica do turismo, no âmbito local, é aquela em que o espaço se transmuta na principal mercadoria do turismo. Enquanto a comunidade busca uma solução para fomentar o desenvolvimento do turismo, por meio da sua própria capacidade de mobilização e empoderamento, o poder público procura fomentar a chegada de novos investimentos, muitos desses de capital internacional, procurando com isso promover uma tentativa de recolonização da localidade. Em uma mesma localidade coexistem, no âmbito do turismo, desde empresas de natureza familiar e sem uma linha hierárquica de gestão clara, até grandes empreendimentos multinacionais com uma política de trabalho e gestão institucional padronizada.

Em ambos os casos, é perceptível a múltipla atuação de atores distintos em um mesmo cenário local, objetivando atuar na perspectiva do desenvolvimento turístico e oferecendo produtos e serviços aos visitantes. Apesar dos interesses convergentes – desenvolver turisticamente determinada destinação – as práticas e os resultados constituem-se bastante diferentes, já que as perspectivas locais se voltam ora para o desenvolvimento endógeno, ora para o exógeno.

É por meio do discurso a cerca do desenvolvimento local, sobretudo no que se refere aos padrões de desenvolvimento turístico, que se reproduzem localidades com condições idênticas de exploração e conjuntura. A intenção é de tornarem-se destinos turísticos de qualidade internacional, conduzindo determinados cenários à inerente turistificação, em cujas bases se dá a padronização dos serviços, atrativos e estruturas de suporte ao turismo, de certo modo em dimensões bastante antagônicas frente ao contexto do seu entorno local.

A composição da destinação vai sendo analisada sob a égide mercadológica de exploração do seu valor paisagístico e turístico, de suas características topográficas, proximidade dos centros de suporte regionais, beleza cênica, infraestrutura instalada e necessária para viabilizar a operacionalização de equipamentos turísticos, além do apoio político que pode ser obtido, por meio da ação dos atores governamentais em suas esferas de promoção de poder.

Não só as empresas, mas também os gestores públicos vêm intensificando a aceitação dessa idéia, já que os múltiplos olhares que convergem para o

desenvolvimento atuam em múltiplas propostas. Frente ao contexto nacional de organização do setor turístico, os municípios passaram a operar numa mesma perspectiva, desenvolvendo secretarias ou departamentos responsáveis pela gestão institucional do turismo no âmbito local, respectivamente, buscando construir bases necessárias ao desenvolvimento da atividade em suas representações.

Todo esse empenho despendido vem resultando em ações interdisciplinares, as quais procuraram priorizar o desenvolvimento do turismo aliado, de modo intersetorial, a áreas como de saneamento básico, abastecimento de água, rede coletora de resíduos, energia elétrica, pavimentação, segurança, saúde, educação e emprego no âmbito local, priorizando parte de infraestrutura necessária ao desenvolvimento local voltado para o turismo.

Esse suporte é de extrema importância para a localidade, tendo em vista a necessidade de se instalarem equipamentos e empreendimentos necessários ao pleno desenvolvimento local, o qual se volta inexoravelmente para o turismo. Assim, a infraestrutura permite a chegada e ocupação da superestrutura, viabilizando por conta das políticas de desenvolvimento turístico nas destinações o amplo acesso aos recursos que projetam o turismo no campo local.

Entre tantas atividades que podem viabilizar o projeto de desenvolvimento do turismo local, em especial, é responsável por abranger e demandar um amplo conjunto de elementos, tanto da infraestrutura quanto da superestrutura. Os meios de hospedagem representam significativa parcela desse contexto e de boa parte do desempenho deste. Tal perspectiva será melhor abordada a seguir.

3 TURISMO E MEIOS DE HOSPEDAGEM

Considerado um dos setores mais representativos na atividade turística, os meios de hospedagem detêm uma relação histórica importante frente ao desenvolvimento desta atividade em todo o mundo. Por conta da envergadura que mobiliza, é correto afirmar que se trata de um amplo campo de promoção econômica, sociocultural e política da atividade turística, já que a empresa hoteleira é “um dos elementos essenciais da infraestrutura turística, constituindo um dos suportes básicos para o desenvolvimento do turismo num país” (BENI, 1998, p. 17).

Indo mais além dessa perspectiva, a hospedagem pode ser caracterizada como o maior setor na economia turística e ainda o mais presente. Isso porque “os turistas querem um lugar que possam descansar e recuperar suas energias durante as viagens ou estadas em uma destinação” (COOPER, 2001, p. 350). Tem-se a hospedagem como uma estrutura essencial na promoção do desenvolvimento turístico e da própria destinação, na medida em que divisas, capital social, recursos naturais e investimentos são gerados, permitindo que essas instalações cumpram seu papel de fomentar a atividade do turismo em cada localidade.

O ponto que marca inicialmente a utilização da hospedagem voltada à promoção do turismo é considerado por muitos autores – Cooper (2001), Beni (1998), Borba (2005), Oliveira (2002), Ignarra (1999), Castelli (1992) e Rejowski (2002) – como o início dos Jogos Olímpicos. Milhares de visitantes dirigiam-se para a Grécia antiga com o intuito de assistir aos jogos, os quais duravam vários dias. Eles permaneciam alojados em balneários e hospedarias, muitas das quais oferecendo alimentação junto à estalagem no local. Os deslocamentos desse grande número de pessoas eram executados pelas estradas que, mais tarde – com a ocupação e expansão do Império Romano – tornaram-se outro importante mecanismo de desenvolvimento para o turismo. Por meio da expansão do império junto às cidades conquistadas, os Romanos dominavam o tráfego pelas estradas, tornando-as importante meio de escoamento dos suprimentos aos exércitos e comunicação (CASTELLI, 1992).

No entanto, dadas as grandes distâncias que passaram a ser percorridas entre as cidades conquistadas, logo se viu a necessidade de oferecer um maior número de hospedagens aos viajantes. Após a construção da Via Appia, pelo

Imperador Romano Apio Claudio no século IV a.C., e dos demais caminhos que levavam a Roma, os deslocamentos passaram a demandar melhores condições de estalagem, pois até este ponto os viajantes permaneciam em casas particulares, templos pagãos dominados pelo exército ou em acampamentos fora das estradas. O crescimento do número de vias acarretou igualmente no aumento do número de hospedagens, já que a Pax Romana – de 29 a.C. até meados de 180 d.C. – assegurou o desenvolvimento dessas estruturas. Surge nesse momento os centros de tratamento termal, os quais acabaram viabilizando a conjunção entre deslocamento, hospedagem e descanso. Dadas as condições dos meios de transporte, que não percorriam mais do que 60 quilômetros diários, as viagens acabavam durando alguns dias, o que, por sua vez, viabilizou o crescimento de uma gama de estalagens que ofereciam tais facilidades aos viajantes (CNC, 2005).

Entre as obrigações que os proprietários das estalagens tinham de cumprir para com o exército estavam: a vigília permanente à noite, garantindo a segurança dos hóspedes; o registro do nome, a procedência e a nacionalidade dos mesmos, além do destino para o qual sua viagem estava sendo conduzida. Por conta das conquistas e da expansão do império muitos hábitos dos povos conquistados foram se incorporando aos usos e costumes empregados na hospitalidade. Com o fim do Império Romano e o advento do Cristianismo crescem as peregrinações e com elas um grande número de fiéis, havidos por visitar as localidades sagradas para o cristianismo. Os locais, dados ao repouso desses peregrinos, passaram a ser chamados de pousadas, configurando uma nova mudança no paradigma da hospitalidade até então. Nesse momento, os próprios hóspedes cuidavam dos serviços que deveriam se utilizar, tais como alimentação, iluminação e roupas de dormir na estalagem, não havendo qualquer cobrança de taxas ou impostos por isso (OLIVEIRA, 2002).

Tempos depois, os serviços oferecidos passaram a ser cobrados aos viajantes que usufríssem dessas estalagens, tornando a atividade, de certa forma, um pouco mais profissionalizada, já que eram oferecidas algumas amenidades aos viajantes, tais como comidas, bebidas, massagens e outras peculiaridades, de modo que surgiram muitos equipamentos desse tipo em toda Europa. Com isso, a ordem religiosa cristã passou a oferecer aos jovens ricos uma experiência de conhecimento por outras culturas, permitindo que estes jovens adquirissem um grande volume de conhecimentos sobre diferentes campos do saber, das artes e da cultura em geral.

Eram promovidos os chamados *Grand Tours*, onde acompanhados de seus tutores, os jovens teriam condições de absorver o máximo de conhecimento que essas experiências pudessem oferecer (CNC, 2005).

O desenvolvimento dos meios de transporte, sobretudo por conta do crescimento das vias férreas e dos trens em meados de 1840, fez com que a hotelaria se modernizasse, já que os grandes fluxos de passageiros trazidos por essas máquinas iriam deslocar um grande volume de potenciais hóspedes para esses equipamentos. Igualmente nas zonas portuárias a quantidade de pousadas e albergues multiplicava-se, dado o grande volume de navios e passageiros que passaram a se deslocar por todo planeta. O crescimento da hotelaria foi interrompido pela primeira Guerra Mundial, em 1914. No entanto, já em 1920, grandes investimentos foram executados, desta vez no mercado hoteleiro dos Estados Unidos da América, com a inauguração de luxuosos hotéis, equipados com a mais moderna estrutura disponível na época, além de um amplo rol de serviços disponíveis aos hóspedes. Este mercado foi, sem dúvida, o mais expressivo no que tange ao desenvolvimento dos meios de hospedagem. Foi justamente após a Segunda Guerra Mundial (1931 a 1941) que o setor hoteleiro norte americano obteve maiores ganhos com o crescimento do setor, já que milhares de americanos trabalharam muito para permitir a construção e inauguração de muitos hotéis por todo país, dadas as condições favoráveis que a venda de armamentos para fomentar a guerra estavam sendo negociados. Nesse momento, surge o conceito das redes hoteleiras, que trabalhavam no sentido de estabelecer padrões de qualidade para todos os empreendimentos relacionados à sua marca ou bandeira (CASTELLI, 1992).

No Brasil da década de 1970, o setor hoteleiro mostrou-se muito promissor por meio da ampliação do número de leitos, no crescimento da qualidade e diversidade de meios de hospedagem. Outro fato marcante deu-se por conta da chegada das cadeias hoteleiras internacionais, responsáveis por grande parte dessas transformações, além dos investimentos na área. Instala-se, em São Paulo, no ano de 1975 a primeira cadeia hoteleira internacional, a Hilton. Na época, gerenciando 400 apartamentos, a rede hoteleira empreendeu uma nova filosofia no âmbito nacional. Outras redes também se instalaram no país, a exemplo da Holiday Inn (1975), Sheraton (1975) e as francesas Meridian (1975), Novotel (1976) e Club

Mediterrané (1977), destacando a forte tendência do Brasil em captação de capital internacional (REJOWSKI, 2002).

Diversos cenários marcaram o desenvolvimento da atividade turística no âmbito internacional. Isto, por sua vez, permitiu que o turismo passasse a ser trabalhado sob uma perspectiva internacional de qualidade e gestão. Muitos elementos desta trajetória foram amplamente incorporados ao setor hoteleiro, o qual hoje opera com base em muitos destes princípios instituídos na história da atividade. O registro dos hóspedes e sua procedência, a duração de sua estada, os serviços que podiam lhes ser oferecidos, o valor desses serviços, todos estes elementos aliaram-se ao composto operacional dos equipamentos hoteleiros e permitiram que a dinamização no mercado internacional aportasse em empreendimentos nacionais. Justamente o peso exercido por este setor acaba por projetar, em muitos mercados globais, a estrutura que demanda padrões internacionais de trabalho, operação e gestão para os diversos meios de hospedagem que podem ser encontrados em operação.

Sua segmentação é bastante variável, constituída por hotéis padrão – aqueles em que simplesmente é possível passar a noite; hotéis de praia – equipamentos onde é possível usufruir deste tipo de recurso natural como principal motivação para lazer ou recreação; hotéis de montanha – localizados nas encostas ou no alto de montanhas, novamente com a utilização do recurso natural como principal estímulo à visitação; hotéis fazenda – onde é possível retomar parte da vida do campo durante alguns dias, já que a rotina nas grandes cidades não permite mais tal convivência; hotéis especializados em eventos e convenções – nos quais a visitação está condicionada à participação de alguma atividade ou compromisso previamente agendado e em grupos; hotéis em terminais de transporte – equipamentos localizados próximos ou mesmo dentro de aeroportos, portos, estações de metrô, rodoviárias ou ferrovias, para viajantes que se encontram em trânsito ou aguardando o deslocamento; hotéis de estação de inverno – situados em regiões frias e que exploram as atividades recreacionais relacionadas com a neve; eco-hotéis – equipamentos situados em áreas naturais protegidas pela legislação ambiental, florestas, balsas flutuantes, onde é possível se obter maior contato com a natureza; hotéis de saúde – destinados exclusivamente a atender pacientes em tratamento restrito ou regulado, e; hotéis resort – caracterizados por se localizarem em áreas de

forte potencial turístico e que oferecem uma ampla variedade de produtos e serviços aos seus hóspedes (OLIVEIRA, 2002).

Todos estes empreendimentos dispõem de especificidades definidas pela localização, potencial turístico existente no destino onde estão instalados, capacidade de suas acomodações, números de serviços ofertados, grau de desenvolvimento local e infraestrutura local de suporte disponível. A partir disso é possível mensurar o contexto em que se dá o grau de interação econômica, sociocultural e ambiental integrada a cada um desses meios de hospedagem. É importante destacar que, por se tratar do setor mais representativo para a atividade turística, seu gerenciamento resulta em múltiplas relações que podem ser constituídas no destino turístico, seja pelo seu volume de participação na economia local, na geração de empregos, na captação de novos investidores e empreendimentos de suporte, seja pela participação social resultante de seu funcionamento.

Apesar de serem concebidos exclusivamente para hospedar os viajantes oriundos de regiões longínquas, os meios de hospedagem servem também aos residentes, na forma de empregos, recursos captados para a localidade e na movimentação da economia local.

3.1 A hotelaria: Significativo elo da cadeia

Os empreendimentos turísticos são integrados por equipamentos e pelas instalações turísticas. O primeiro inclui todos os estabelecimentos administrados pelo poder público, os quais se dedicam à prestação de serviços básicos. Já o segundo diz-se das construções especiais, cuja função é facilitar a prática de atividades puramente voltadas ao atendimento do turismo. Neste último destacam-se os meios de hospedagem, tais como os hotéis, pousadas e outros equipamentos hoteleiros. O hotel é, por natureza, um dos equipamentos mais significativos em termos de operação dentro da constituição dos meios de hospedagem. Dedicam-se, exclusivamente, a prestação de serviços àqueles que se hospedam em suas instalações, inserindo-se no setor terciário da economia. Hospedar viajantes constitui-se numa das mais importantes atividades do mundo, e também uma das mais antigas.

Os meios de hospedagem podem operar a partir de um pequeno escritório gerencial até por amplos e complexos departamentos administrativos, responsáveis pela gestão partilhada de vários setores do empreendimento. Isso vai depender do tamanho do empreendimento e das demais estruturas de suporte que serão demandadas. Entre esses setores, alguns se destacam como essenciais ao funcionamento do hotel, de acordo com Castelli (1992). São eles:

- Recepção – responsável por receber, registrar e orientar a estadia dos hóspedes, tanto na chegada quanto na saída destes;
- Reservas – responsável pelo controle de ocupação e acomodação dos hóspedes junto à sua estrutura;
- Governança – responsável pela higienização dos ambientes comuns do equipamento, além da limpeza e organização de cada unidade habitacional;
- Alimentos e bebidas – responsável pela gestão de bares, restaurantes ou outras estruturas existentes no empreendimento e responsáveis pela alimentação aos hóspedes;
- Segurança – responsável pela vigilância das áreas comuns e pela seguridade do local;
- Lavanderia – cuida da manutenção e higienização de peças de uso dos hóspedes e dos demais ambientes do equipamento;
- Manutenção – responsável por zelar por todos os equipamentos e demais áreas comuns no empreendimento;
- Eventos – setor comum apenas para grandes empreendimentos hoteleiros, cujo objetivo é de organizar todas as demandas referentes à organização de eventos nas imediações do equipamento;
- Esportes e lazer – responsável por produzir uma série de atividades e vivências visando o lazer e entretenimento dos hóspedes.

Toda essa estrutura precisa ser operacionalizada por um amplo capital social. Por conta disso a hotelaria “emprega pessoas para cobrir praticamente todas as atividades em todos os setores, e por isso qualquer escassez de mão-de-obra tem reflexos imediatos e diretos em seu funcionamento” (BENI, 1998, p. 195). A ampla segmentação do mercado hoteleiro tornou-se uma realidade consolidada, de modo que há uma grande variedade de equipamentos com serviços, estrutura e facilidades

diferenciadas, de acordo com sua gestão operacional. São hotéis econômicos, com reduzida tarifa e preços de serviços, até mega resorts de luxo, cujos serviços ofertados podem ser vistos como um diferencial e tornam-se na própria motivação que fomenta sua visitação. Até a instalação desses equipamentos vem sendo facilitada pela ação governamental. Os investimentos que parte dos bancos estatais – sobretudo no contexto brasileiro – subiram mais de 500% desde o ano de 2003. Muitos dos empréstimos que foram liberados destinaram-se a investimentos em obras, instalações e maquinários, além de capital de giro e outros usos no setor hoteleiro (R7, 2011).

No mercado turístico atual, um dos maiores produtos hoteleiros comercializados são os resorts. Tanto que sua expansão acabou formando uma nova designação para as viagens turísticas, já que a motivação da demanda fomentou o crescimento do turismo de resorts em todo o mundo, de modo que os empresários do setor investem em modelos de empreendimentos hoteleiros de grande porte como esses (MILL, 2003). Associado ao fato de se obter capital estatal que financie esses empreendimentos e com a chegada de grandes grupos de investidores estrangeiros no Brasil, o crescimento do turismo de resorts tornou-se uma realidade cada vez mais presente em vários destinos no país.

3.2 O turismo de resort

Os resorts perfazem uma trajetória de origem incerta. Fundadas a partir dos banhos públicos no século II a.C. essas instalações localizavam-se próximo a fontes de água mineral, por conta dos fins terapêuticos que esses locais ofereciam. Algumas atividades eram voltadas ao lazer e ao esporte, “praticados em espaços abertos e com excelentes condições climáticas” (BORBA, 2005, p. 32). Estes empreendimentos, com as parte das características que lhe constituem, surgiram na Europa, especificamente na Inglaterra e França, por volta do século XVIII. Já no século XIX surge nos Estados Unidos e começam a se proliferar por todas as cidades costeiras daquele país, promovendo potencial desenvolvimento turístico destes meios de hospedagem. Devido ao amplo nível de competitividade no mercado mundial, os resorts tendem a se instalar, preferencialmente, em locais caracterizados pelo segmento turístico “sol e mar”. São destinos com forte atração turística tais como balneários, parques nacionais ou ainda em regiões exóticas e

pouco exploradas. A expansão desse tipo de meio de hospedagem remonta a uma tendência de expansão do próprio turismo, pois em diversas partes do mundo “construíram-se hotéis e resorts como edifícios isolados [...], muitos cercados por novas construções, levantados em loteamentos colocados no mercado com antecedência para aproveitar a mais-valia gerada nas terras adjacentes por tais empreendimentos” (BOULLÓN, 2002, p.231). Após a instalação desse tipo de equipamento turístico, uma onda de valorização imobiliária em seu entorno é amplamente sentida pela comunidade local e por todos aqueles que habitam nas proximidades destes hotéis.

Constituídos por amplas áreas de lazer e recreação, permitem que os clientes desfrutem longos períodos de tempo apenas estando dentro de suas imediações, tornando desnecessário ou mesmo dispensável a saída do equipamento para obter qualquer relação com o seu entorno. Todos os serviços necessários no interior do resort, e ao pronto atendimento do hóspede, estão disponíveis durante toda estadia, não sendo cobrados valores extras para o pagamento desses serviços.

Os mesmos já foram embutidos no preço previamente pago pelo hóspede no ato da entrada no empreendimento ou, por conta da compra de um pacote turístico – onde podem ser obtidos todos os serviços, passeios e demais amenidades necessárias na viagem, a um custo fixo. Isso leva a crer que “os resorts são, talvez, a forma organizacional turística mais moderna que centraliza um conjunto de serviços” (SILVEIRA, 1999, p.41). Muitos desses resorts vêm adotando esse sistema que permite ao hóspede pagar de uma só vez todos os serviços oferecidos pelo empreendimento. Esse sistema foi designado de *All Inclusive* (do inglês, tudo incluso).

Lançado em 1976 por John Issa, Presidente da cadeia de resorts jamaicana Super-Clubs, rapidamente esse sistema foi implantado em todos os hotéis de sua propriedade, situados no Caribe. A aposta deu-se na inclusão de todos os serviços oferecidos no equipamento, pagos previamente pelo hóspede, que iam desde qualquer prato da gastronomia disponível no resort até toda ampla rede de facilidades e serviços disponíveis, tais como aulas de equitação, competições no campo de golf, sauna, piscina, tratamentos de beleza e recuperação no *Spa*, passeios a cavalo, entre outros (OLIVEIRA, 2002). Logo, o sistema foi amplamente bem aceito pelo mercado americano e canadense – os maiores consumidores de viagens e turismo do mercado caribenho na época – de modo que todos os demais

equipamentos dessa categoria hoteleira passaram a oferecer o mesmo sistema de funcionamento. Muitos resorts, inaugurados após essa iniciativa, começaram exclusivamente operando dessa forma. Isso exigiu dos equipamentos vigilância permanente em toda estrutura, de modo que o padrão de qualidade oferecido não ficasse a desejar em decorrência da promessa de fartura e total liberdade de consumo.

Por sua envergadura e organização operacional, os resorts podem ser descritos sob diversas tipologias, tais como resorts litorâneos, de campo, montanhas, ecológicos, entre outros. Na sua essência, essas instalações são compostas por uma série de serviços que podem ser desfrutados pelos hóspedes, com uma variabilidade em sua oferta que vai desde a arrumação do quarto a qualquer tempo que seja solicitado pelo hóspede, até a permanente disponibilidade de atividades recreativas para todos os membros de uma família. Atribui-se ao conceito de resorts da atualidade, de acordo com Resorts Brasil, uma série de características que conferem a identidade e o leque de serviços que são oferecidos na estrutura desses equipamentos. A partir do próprio posicionamento de mercado trabalhado pelo marketing turístico desse equipamento, os resorts brasileiros adotaram a seguinte definição:

Empreendimentos hoteleiros de alto padrão em instalações e serviços, fortemente voltados para o lazer em área de amplo convívio com a natureza, na qual o hóspede não precise se afastar para atender suas necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento (RESORTS BRASIL, 2010).

Já o MTUR, desde 2009, vem trabalhando na classificação, características e estrutura hoteleira que definem este tipo de empreendimento e todos os demais meios de hospedagem em operação no país. O resultado foi a publicação de uma série de cartilhas que apresentam as características desses empreendimentos. Segundo o mesmo, o intuito é de criar mecanismos que possam auxiliar os turistas na escolha pelos equipamentos que atendam suas necessidades ou motivações. Sendo assim, foram criadas várias cartilhas que contemplam os mais distintos meios de hospedagem em operação no país, nas quais estão descritas todas as informações que constituem cada equipamento. Segundo a cartilha de classificação que define um resort, este empreendimento define-se como “hotel com infraestrutura

de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento” (BRASIL, 2010b).

Em cada uma destas conceituações há similaridades e limitações, sobretudo no que se refere aos serviços que são oferecidos no empreendimento. A paridade entre ambos aponta, certamente, para o conjunto de estruturas necessárias ao atendimento das demandas de lazer, recreação e entretenimento. Já no que tange as suas limitações, fica caracterizado que o primeiro conceito acredita que todas as necessidades dos hóspedes podem ser supridas no interior do equipamento, sendo desnecessária a saída deste para buscar qualquer motivação ou interesse fora do equipamento. O segundo conceito não evidencia esta circunstância, sobretudo porque partindo de uma política pública fomentada pela instância máxima de gestão do turismo nacional, é perceptível que quanto maior for a pluralidade de produtos e serviços pelos quais os hóspedes puderem desfrutar, melhor será para a economia e para os setores produtivos fora da estrutura do resort, isto é, toda comunidade local.

Os resorts dispõem de características distintas aos demais meios de hospedagem em operação, seja pelo porte estrutural que congregam seja pela gama de serviços prestados. Tal distinção se deu por conta dos requisitos exigidos, ao longo do tempo, pela demanda, de modo que os hóspedes solicitavam ou sugeriam determinadas condições e serviços, os quais passaram a se incorporar ao conceito do equipamento. Além disso, estes meios de hospedagem passaram a operar com um número mínimo de Unidades Habitacionais – UH’s para lhe conferir mais uma característica específica. A UH é o local destinado ao uso privativo do hóspede dentro do equipamento, constituindo-se num apartamento, chalé ou quarto usado para fins de estadia e repouso (SOUZA e CORRÊA, 2000). Visando ponderar com maior especificidade as características que constituem um resort o MTUR (BRASIL, 2010b) estabeleceu vários requisitos que devem ser atendidos por um equipamento dessa natureza. Entre eles destacam-se:

- Serviço de recepção aberto 24 horas;
- Serviços de mensageiro no período de 24 horas;
- Serviços de cofre em 100% das UH’s para guarda dos valores dos hóspedes;
- UH com 25m²;
- Colchões das camas com dimensões superiores às normais;
- Medidas de sensibilização aos hóspedes relativas à sustentabilidade;
- Pagamento com cartão de crédito ou de débito.

A partir do exposto, percebe-se que um dos principais fatores de diferenciação dos resorts – comparado a outros meios de hospedagem – refere-se aos serviços prestados. A oferta destes, durante todo dia e a noite, concede ao hóspede maior liberdade de usufruto sem que seja necessário regular horários de funcionamento ou mesmo condicionar o uso ao horário estabelecido pela administração do empreendimento Segundo Mill (2003), a maior condição que deve ser respeitada pelo resort, junto aos seus clientes, constitui-se no total atendimento das suas motivações e desejos, garantindo plena satisfação e suporte necessários ao hóspede, resultando num trabalho voltado à qualidade de todos os elementos existentes no empreendimento. Outro importante elemento que compõe a ampla estrutura dos resorts é a gastronomia, uma vez que por estarem um pouco mais afastados dos centros urbanos é preciso que este setor trabalhe no pronto atendimento de todas as refeições, bebidas e serviços relacionados à área.

Dada essa especificidade ao cenário turístico, atribuída pelos resorts, em face de sua ampla dimensão econômica, sociocultural e ambiental de crescimento, é importante considerar as repercussões e os impactos oriundos da instalação desses empreendimentos em determinados destinos turísticos. Esses empreendimentos acabam tornando-se um ícone desejado pelos mercados turísticos em muitos destinos. Dessa forma, ocorre uma prática mercadológica de nivelar os destinos turísticos – como se todos detivessem características uniformes, comuns – traduzida numa tentativa de promover comparativos sob a ótica do desenvolvimento turístico, insuflando novas diretrizes de planejamento, cujo objetivo é promover a expansão do mercado de resorts em muitos destinos, enxergando nestes uma matriz positiva de desenvolvimento. Assim, muitos autores afirmam que o turismo de resorts constitui-se nessa matriz, oferecendo um lazer elitizado, já que provê resposta às necessidades humanas de uma minoria, atendendo sumariamente aos interesses do capital e de seus investidores (CORIOLANO, 2006).

A lógica global concebida pelo princípio da exploração do turismo de resorts é comandada pelas grandes corporações, as quais se sobrepõem a autonomia governamental, ditando a forma de consumo do espaço turístico. Tal lógica assume um peso decisório e crucial, tanto para os investidores quanto para os governos constituídos. Isso porque, a implantação de um equipamento desse porte em determinada localidade significa um importante passo rumo ao crescimento e

desenvolvimento econômico local. No entanto, esses empreendimentos, por sua vez, mantêm relações mínimas com a comunidade local e a cultura nativa. Muitas dessas, resultando em sérios impactos na transformação de costumes e tradições locais, as quais acabam sendo utilizadas no entretenimento dos turistas, não contribuindo de forma significativa para a qualidade de vida dos residentes (CORIOLANO, 1998).

Os resorts constituem-se, como sugere Augé (1994), em espaços desprovidos de identidade, de relações sociais e de história própria, de forma que os pontos de trânsito e de ocupação provisória – a exemplo dos hotéis – consistem no que o autor classificou de “não-lugar”. Muitos estudos acabaram associando a idéia de não-lugar (BARBOSA, 2001; THEOBALD, 2002; CARDOSO, 2005; SOUSA, 2005; LIMA, 2006) ao conceito atribuído aos resorts, pois os mesmos consistem em equipamentos de padrão globalizado, em cenários paradisíacos, prontos para receber os visitantes a qualquer dia do ano, operados por grupos internacionais e sob uma égide antagônica de desenvolvimento na localidade ao qual está instalado. Estes empreendimentos buscam concentrar a produtividade turística num único atrativo, que é ele próprio, de forma que sua implantação em determinada região acarreta em impactos de diversas ordens – econômico, sociocultural e ambiental – por conta de seu funcionamento e da forma como são gerenciados.

A esse respeito Gunn (1988 *apud* MENDONÇA JÚNIOR, GARRIDO e VASCONCELOS, 2000) afirma que, o verdadeiro motivo que acarreta os impactos desse tipo de não-lugar não se refere apenas ao crescimento do turismo, mas a ausência de políticas e planos específicos que possam consolidar o desenvolvimento local – entendido como o processo de empoderamento dos atores de um determinado local para, a partir de seus ativos, potencialidades e vocações nativas, construir um projeto de desenvolvimento com participação social, equidade e sustentabilidade.

No entanto, a materialização de conflitos de interesse no local se dá de forma múltipla, por meio da acumulação crescente de impostos pelo estado sem o devido retorno para aquela comunidade, o lucro obtido pelas empresas turísticas à custa dos ativos endógenos, as formas de competição e inflação do espaço entre os residentes e os investidores externos e o estímulo ao crescimento desse paradigma de desenvolvimento turístico sem que sejam ouvidas as bases locais que residem nestes destinos turísticos. Diante deste contexto, o processo de “segregação social

e espacial das populações nativas, bem como a degradação dos recursos ambientais, são resultado da inexistência de ações públicas racionais no setor” (MARCELINO, 1999, p. 181). É nesse âmbito que o não-lugar ganha espaço.

Dessa perspectiva surge uma derivação de lugar, produzida por conta das espacialidades, ou seja, os espaços produzidos através das relações e tensões de poder que se estabelecem de forma contraditória. Assim, o modelo de desenvolvimento desejado pelo turismo de resorts vê no litoral, aliado ao turismo de “sol e mar”, um amplo campo de expansão.

Observa-se, com isso, a avançada ocupação espacial de solos menos nobres nas cidades litorâneas, o que por sua vez vem acarretando segregação espacial e expulsão de comunidades inteiras para campos mais longínquos de residência. Assim, na “medida em que o valor do solo se eleva, o espaço construído se amplia e áreas de uso potencial adequado à preservação e/ou conservação são degradadas em virtude da implantação de estradas e outros fatores típicos da expansão urbana” (MARCELINO, 1999, p. 180). A ocupação do território litorâneo, para fins de fomento pelo turismo de resorts, requer controle governamental e participação da sociedade. Isso porque setores que se prestam ao suporte logístico do turismo, como a infraestrutura viária, acabam favorecendo a ocupação desordenada do solo e dos núcleos populacionais. Tal fato, associado à ausência de um planejamento urbano direcionado a ordenar o desenvolvimento turístico, acarreta na degradação do ambiente costeiro e conseqüente deterioração da qualidade de vida da população residente (CORIOLANO, 2006).

Dito isto, tem-se que “todo el litoral pasa a ser considerado zona apta para el crecimiento turístico”, já que “se levantan hoteles, apartamentos y zonas residenciales em todas las zonas posibles”, passando o local a ser considerado, mercadologicamente, um bem de consumo (LLINAS, 1996, p. 195). O turismo é uma atividade composta por um rol de antíteses antagônicas, e com o crescimento do turismo de resorts não é diferente. Muitas das práticas sociais opostas, nesse ínterim, se dão entre os empresários (associados aos governos) e a comunidade e pequenos empreendedores locais. Apesar de ser uma atividade plural – capaz de envolver diversos elos dentro de contextos bem distintos, anteriormente explicitados – também pode ser considerada como extremamente segregadora.

Este cenário, particularmente no Brasil, apresenta características bem distintas e preocupantes, de acordo com as condições e o nível de desenvolvimento pouco consolidados em seus destinos turísticos.

3.3 Os resorts no Brasil e no Nordeste

O cenário brasileiro, para esses empreendimentos, veio se mostrando bastante favorável desde a implantação do primeiro resort, segundo relatório da BSH Travel Research (2007). Considerando toda extensão do litoral do Brasil é “cada vez maior o número de resorts de praia, principalmente destinado ao segmento de lazer” (BSH, 2005, p. 6). As belezas naturais e as condições climáticas encontradas em toda costa, o estágio relativamente recente de desenvolvimento turístico no país e os interesses convergentes dos agentes produtores do turismo, aliados às políticas públicas de fomento para o setor, traduzem os anseios pela implantação desses equipamentos no país.

Tais circunstâncias promoveram no Brasil uma expansão do turismo de resorts, cujo conceito estabelece que o mesmo ocorra quando se realiza um deslocamento para uma determinada localidade, motivada pelo propósito de hospedagem em um equipamento que congregue uma gama de produtos e serviços situados em um único complexo turístico, não havendo a necessidade do hóspede se deslocar para atender quaisquer necessidades que sejam fora desse equipamento. Aliada a esta perspectiva, a imagem do paradisíaco – que vem sendo associada ao turismo de resorts – traduz-se no ideal de refúgio, recuperação e revitalização que esses empreendimentos desejam consolidar.

Por sua vez, o intuito de motivar turistas a buscar destinos pouco conhecidos acaba por consolidar o forte apelo ao cenário das praias, enquanto local intacto à ação humana, fazendo do litoral brasileiro um dos mais ricos do mundo nesse segmento. As próprias ações do Ministério do Turismo, por meio do PNT (BRASIL, 2007) afirmam que o segmento turístico “sol e mar” consiste no grande produto turístico nacional. Consoante a esta proposta, os resorts acabaram ganhando amplo espaço no cenário turístico do Nordeste brasileiro, região detentora das mais belas praias de todo país.

Os primeiros empreendimentos deste tipo foram iniciados no Brasil em 1940, com a inauguração do Grande Hotel Águas de São Pedro, o Grande Hotel Campos

do Jordão, o Tropical das Cataratas Eco Resort & Experience e o Tropical Araxá Spa & Resort Experience, este último localizado na região Sudeste, estado de Minas Gerais (BORBA, 2005 e BSH, 2005).

Na década de 1970, o país contava com 14 empreendimentos dessa natureza, responsáveis pela criação de 4.000 UH's. A predominância de localização dos equipamentos, naquela época, era majoritária no interior do país (75%), enquanto que no litoral (25%) o mercado ainda aguardava maiores investimentos que pudessem viabilizar essa expansão.

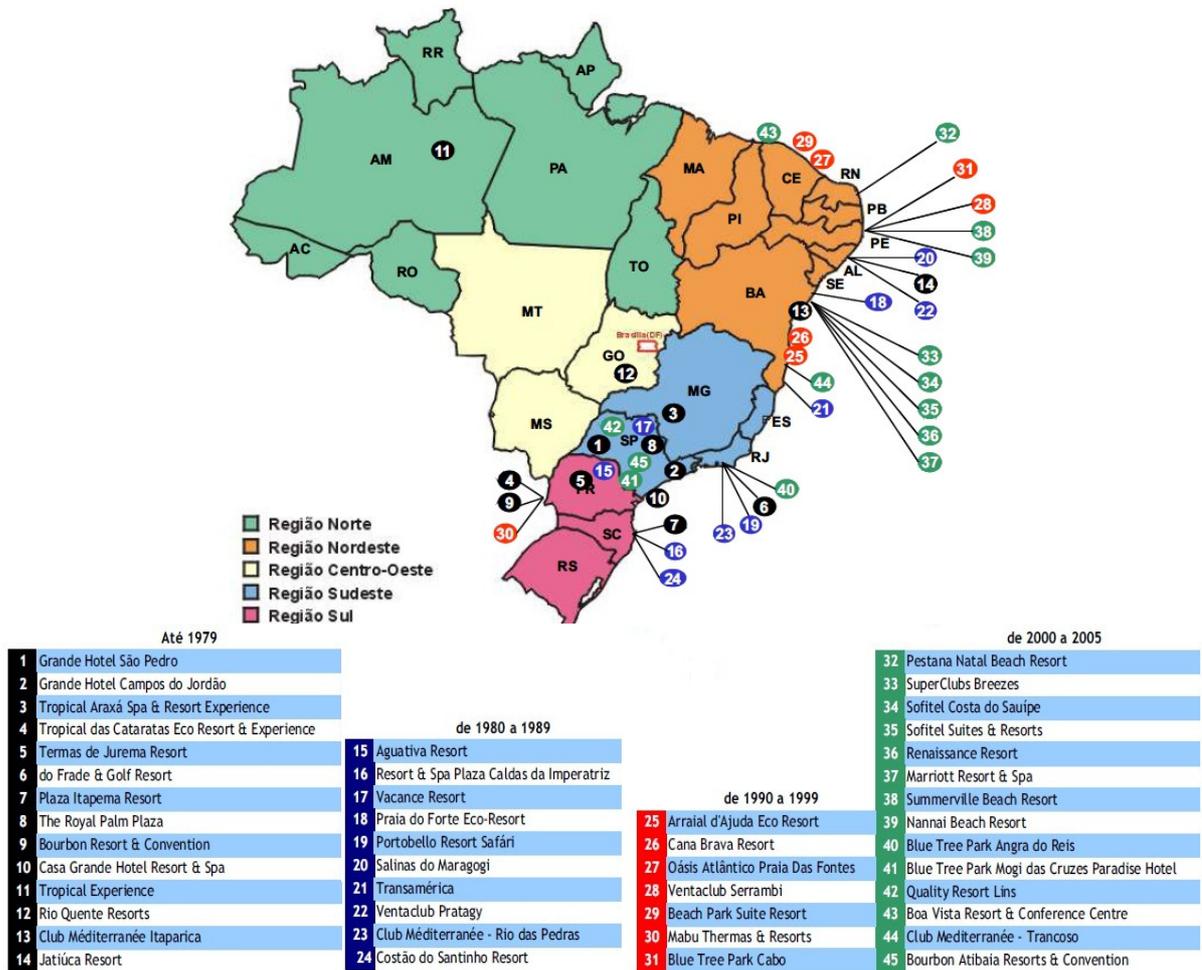
Já na década de 1980, o crescimento do setor foi na ordem de 59% da oferta de novas unidades habitacionais, perfazendo um aumento de 2.352 UH's. Naquela ocasião ocorreu uma inversão no número de empreendimentos no interior em relação aos situados no litoral, sendo 78% dessa nova oferta encontrada em regiões de praia, enquanto 22% concentravam-se no interior.

A região Nordeste, naquele momento, despontou como uma grande promessa na captação desses equipamentos e nos investimentos decorrentes (BSH, 2005), como pode ser constatado na figura a seguir, que ilustra a expansão do turismo de resorts em todo Brasil.

Na década de 1990 o país encontra-se cercado por sérias crises e mudanças na conjuntura econômica e política, permitindo que o setor cresça apenas 22%. Apesar disso a região Nordeste mostrou ampla representatividade nesse segmento, respondendo por 35% da oferta total de resorts do país (BSH, 2005).

Decorridos dez anos dessa conjuntura, já entre 2000 e 2007, foram lançados novos empreendimentos no mercado, respondendo por um crescimento de aproximadamente 48% das UH's em todo país. A partir daí, desde a inauguração do primeiro empreendimento deste tipo até os idos de 2007, a localização dos resorts no litoral brasileiro se consolida de maneira significativa, como pode ser visto na figura 03 (BSH, 2008).

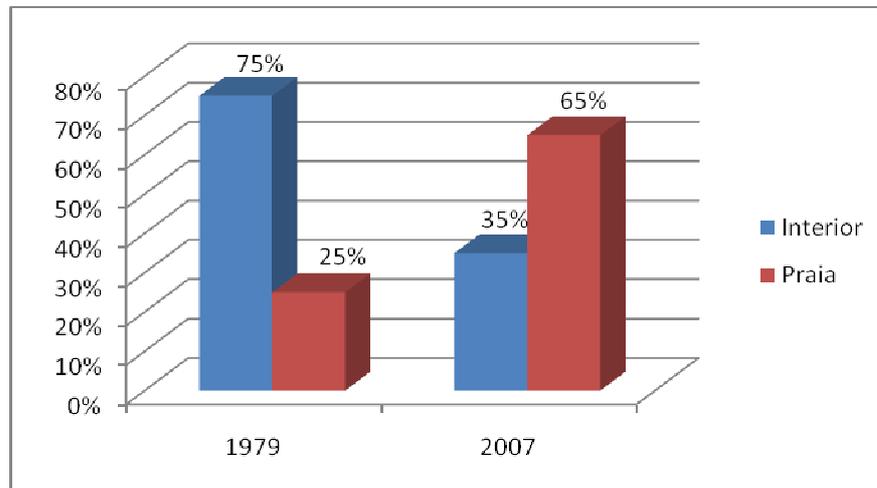
Figura 03 – Ocupação dos resorts no litoral Brasileiro



Fonte: BSH Travel, 2005

Naquele momento, o Nordeste ganhou amplo destaque na captação de novos resorts, além do forte crescimento do setor turístico. Entre os motivos responsáveis por esta conjuntura estão: extensas faixas de praias e suas belezas naturais; clima estável e propício à visitação durante todo o ano; proximidade dos principais mercados emissores mundiais, tanto da Europa quanto dos Estados Unidos da América; incentivos financeiros e fiscais subsidiados pelos governos – federal, estadual e municipal – para projetos na área de turismo e hotelaria; fornecimento de infraestrutura necessária à instalação dos meios de hospedagem advinda de políticas públicas de desenvolvimento, como no caso do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR-NE, e; ampliação da malha aérea, o que aumentou o número de vôos nacionais e internacionais (BSH, 2005 e FONSECA, 2005).

Gráfico 02 – Distribuição de UH's por segmentação – 1979/2007

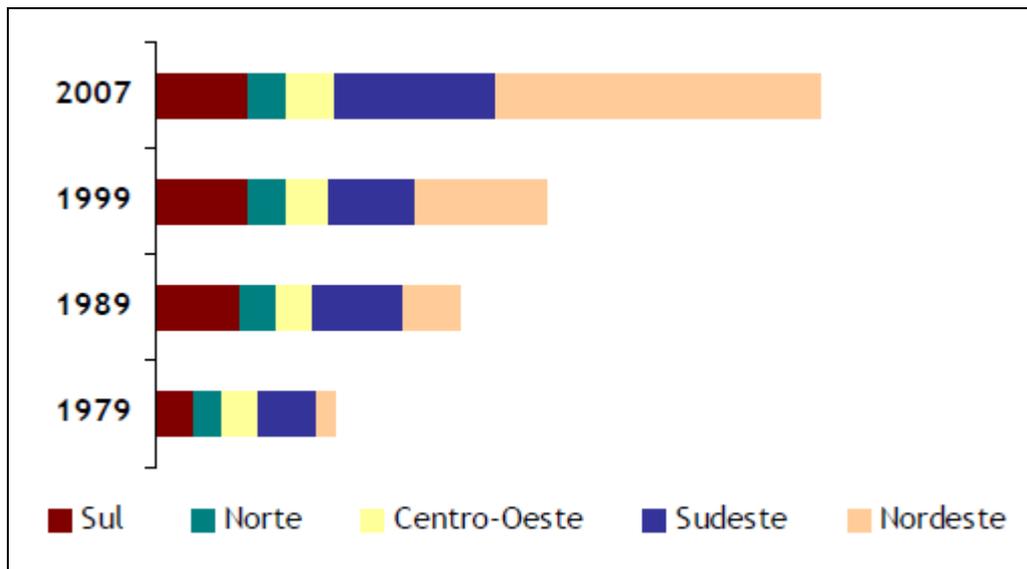


Fonte: BSH Travel Research, 2008

Assim, nos últimos 30 anos, o crescimento do número e na localização geográfica dos resorts no Brasil foi superando as expectativas projetadas por seus investidores. A região Nordeste é detentora de mais de 48% da oferta desse tipo de empreendimento no país, um crescimento estimado em 176% do número de UHs construídas. O destaque ficou por conta da grande balneabilidade apresentada pela região, permitindo que o cenário litorâneo se concretizasse no grande diferencial de motivação para o turismo, como ilustra o gráfico 02.

No que se refere à geração de empregos, estima-se que para cada R\$150.000,00 investidos na construção de um resort um emprego é gerado no mercado, de forma que cerca de 90% desses empregos são ocupados pela comunidade local. A uma variação na contratação dessa mão de obra local que oscila, entre a alta e a baixa estação, entre 2,5 a 1,0 empregado por UH existente no empreendimento, respectivamente. Com um total de 31 resorts instalados, em 2008, a Região Nordeste é constituída por um montante de 7.257 UH's, o que equivale a quase a metade do número total de resorts instalados em todos países, como ilustra o gráfico 03 (BSH, 2008).

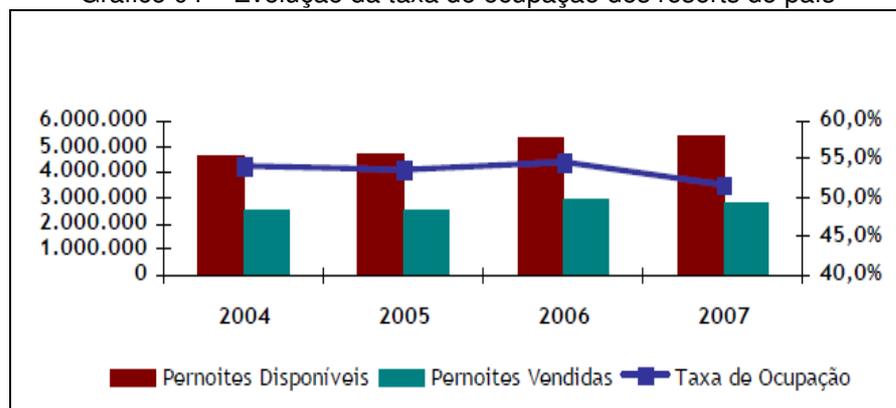
Gráfico 03 – Evolução das UH's de resorts por região



Fonte: BSH Travel Research, 2008

No que se refere à aceitação deste produto, por parte do mercado consumidor nacional, pesquisas da BSH (2008) indicaram que o montante de pernoites disponíveis e vendidas frente à taxa de ocupação dos equipamentos não apresentou um cenário otimista aos investidores, conforme ilustra o gráfico 04. Com um aumento na ordem de 6% ao ano na oferta de UH's, de 2004 à 2007, a demanda não respondeu em igual medida, chegando a registrar um crescimento de 4% ao ano.

Gráfico 04 – Evolução da taxa de ocupação dos resorts do país



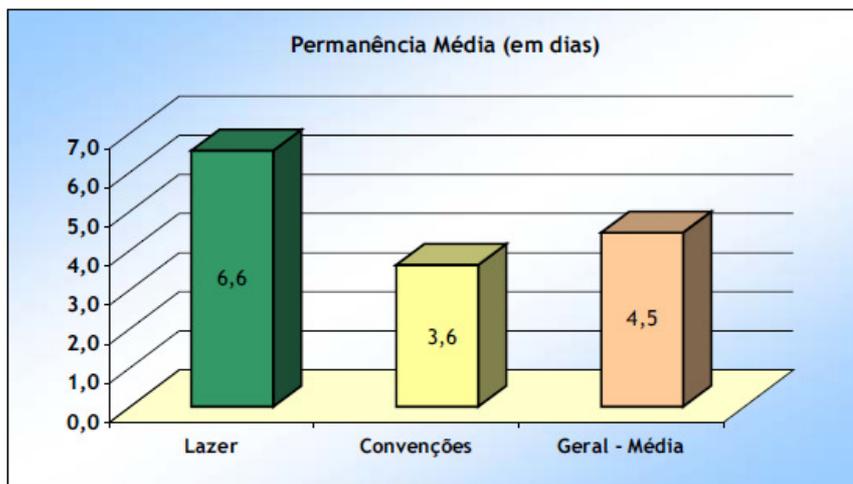
Fonte: BSH Travel Research, 2008

Este dado pode ser explicado por meio do tipo de cada empreendimento e de sua localização, já que outros setores não cresceram em igual medida, como é o caso do setor de transporte aéreo e sua malha no Nordeste – tanto pelo número de

companhias em operação quanto pela rede e localização dos aeroportos – chegando a tornar-se um fator limitador do crescimento da demanda. Outro importante dado refere-se à permanência dos hóspedes no equipamento, já que, de acordo com a BSH (2008), a permanência média dos hóspedes nesses equipamentos estava na ordem de 4,5 dias. Com base na motivação da viagem, foi possível observar que o número pôde passar para 6,6 dias, caso a motivação fosse advinda da busca por lazer, e 3,6 dias no caso destes turistas estarem hospedados por conta de algum evento que venha a ser sediado nas instalações do equipamento, como destaca o gráfico 05.

O volume de dias, relativos à permanência motivada por lazer, expressa o grande número de equipamentos e serviços que se encontram disponíveis para utilização dentro da estrutura dos resorts à disposição dos hóspedes. Além disso, por estarem localizados longe dos centros urbanos e dada a dificuldade de acesso a algumas localidades, houve uma tendência de crescimento da permanência média, o que acabou contribuindo para o aumento no valor cobrado nas diárias.

Gráfico 05 – Permanência média nos resorts, por segmentação



Fonte: BSH Travel Research, 2008

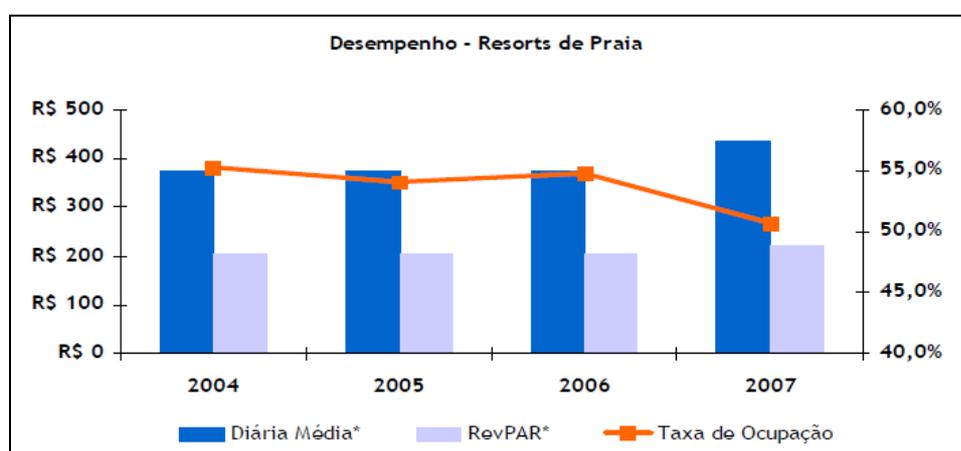
Geralmente, por força da chamada economia de escala – quando o processo produtivo é organizado de maneira que se alcance a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos buscando como resultado baixos custos de produção – acaba tornando-se mais vantajoso aumentar a permanência média nos resorts, já que isso pode reduzir o valor cobrado pela diária e todos os serviços oferecidos.

O valor atribuído aos preços das diárias sofreu variações que chegaram a atingir 16,6% no ano de 2007 em relação à 2006, chegando ao valor de R\$436,91. De acordo com a BSH (2008), o RevPAR - *Revenue per Available Room* (do inglês, receita por quarto disponível) atingiu o montante de R\$222 em 2007, como destaca o gráfico 06.

Significa dizer que, descontados todos os custos operacionais e tributos gerados pela ocupação da UH, o lucro obtido atingiu este patamar. No entanto, comparado à taxa de ocupação e os valores obtidos pelas diárias, não houve um aumento na receita obtida pela ocupação na UH entre os anos de 2004 e 2007 nos resorts de praia, como pode ser observado no gráfico que se segue.

A ampliação ou redução da taxa de ocupação nos resorts está relacionada a diversos fatores que podem explicar essa variação. As flutuações cambiais, redução de empresas aéreas que operam no país, malha aérea limitada ou mesmo a operação de outros produtos no cenário turístico nacional são capazes de competir diretamente frente a oferta do turismo de resorts. No Nordeste, principalmente, o crescimento desse setor tem relação direta com diversas nuances apresentadas até o momento.

Gráfico 06 – Evolução da ocupação dos resorts no Nordeste



Fonte: BSH, 2008

O primeiro resort de praia, instalado no Nordeste, situou-se no Estado de Alagoas, no ano de 1979 nas proximidades da capital Maceió, denominado Jatiúca Hotéis e Resort, na época com 96 UHs. No mesmo ano foi inaugurado também o Club Méditerranée em Itaparica (BA), na época com 330 UHs (BORBA, 2005). Após a instalação destes meios de hospedagem, houve uma expansão do setor para

outros Estados da região, tais como: Ceará (1990), Rio Grande do Norte (1996), Pernambuco (1997), Bahia (2001), Sergipe (2007), Maranhão (2007) e Paraíba (2009). Em todo Brasil, são mais de 60 resorts em operação, segundo o portal Resorts Brasil.

É importante destacar o projeto de resort que, de certa forma, significou o marco para o setor na região Nordeste, e em todo Brasil. A construção do Complexo Costa do Sauípe, instalado na Bahia no ano de 2001, representou para o setor a maior aposta que esse tipo de empreendimento tem grande potencial no mercado nacional, como destaca a foto 01. O resort situa-se a 90 Km da cidade de Salvador e a 76 Km do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães. Sua estrutura foi instalada numa área de seis quilômetros de praias, dunas, lagoas, restingas e manguezais, cobrindo 01 milhão e 720 mil m² de área de proteção ambiental.

Foto 01 – Complexo Costa do Sauípe



Fonte: www.costadosauipe.com.br, 2010.

Em todos os projetos dessa natureza é unânime a opinião dos especialistas (BSH, 2008; BORBA, 2005; PEARCE, 2003; GUTHERY e PHILLIPS, 2000) que a realidade brasileira demanda uma participação fundamental do Estado enquanto promotor do desenvolvimento turístico. É a partir da presença e das ações institucionalizadas pela gestão pública, em suas distintas esferas, que a iniciativa privada obtém fomento à instalação de infraestruturas que permitam a ocupação de localidades disponíveis ao turismo.

Ante a essas circunstâncias, será apresentado o quadro encontrado no Município do Conde, litoral sul da Paraíba, especificamente no distrito de Jacumã. O cenário, características, localização, infraestrutura e demais dados relativos ao destino, sua população, economia e o próprio turismo de resorts serão apresentados de forma detalhada na sequência.

4 O PERFIL REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CONDE

Localizando na região Nordeste, ocupando uma área de 56.584,6 Km², o Estado da Paraíba é conhecido por sua posição mais oriental do território brasileiro. Situa-se entre os estados do Pernambuco (sul), Ceará (oeste), Rio Grande do Norte (norte) e é banhado pelo Oceano Atlântico (leste). Segundo dados do mais recente censo demográfico publicado pelo IBGE (2011) sua população é de 3.753.633 habitantes. O estado é constituído por 223 municípios situados nas regiões do sertão, agreste, borborema e mata paraibana.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba – IDEME (2008a), sua economia baseia-se na produção agropecuária, na indústria de couro e no turismo. Na agricultura, destaca-se a produção de cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, algodão herbáceo, algodão arbóreo e bananas. No que se refere à pecuária, o estado tem um rebanho de, aproximadamente, 1,4 milhões de cabeças de gado, criações de suínos, ovinos e eqüinos. Além de artigos de couro, também são industrializados produtos alimentícios e têxteis, açúcar, abacaxi e álcool.

A atividade turística, na Paraíba, inicia-se oficialmente no ano 1973 pela hotelaria, com a inauguração do Tropical Hotel Tambaú, localizado na Praia de Tambaú em João Pessoa, capital do Estado, por iniciativa do Governo Estadual (LEAL, 2001; VIDAL, 2009).

Além deste, outros empreendimentos hoteleiros foram lançados em todo estado pela mesma diretriz, ou seja, financiados e gerenciados com verba estadual, procurando contribuir com o estímulo ao desenvolvimento turístico. Esta perspectiva, a qual estruturou instalações essenciais ao desenvolvimento da atividade, viabilizou uma oferta hoteleira mínima, buscando estimular a vocação turística da Paraíba por meio da oferta de meios de hospedagem.

Daquele momento até hoje, muitos fatos na história do turismo no estado marcaram seu sucessivo processo de crescimento e estagnação, de forma que o turismo paraibano nunca prosperou da maneira que os demais destinos no Nordeste se desenvolveram. A questão central para tal justificativa esta referenciada nas mudanças oriundas do cenário político estadual, que por diversas vezes alteraram as propostas basilares do desenvolvimento turístico paraibano. Os extratos

temporais do poder público alternavam-se juntamente com o foco adotado por essas políticas, dividindo-se entre investimentos empreendidos em promoção e divulgação turística e a tentativa de construir grandes equipamentos capazes de estimular o turismo e toda sua estrutura, conforme registra Vidal (2009).

A densidade hoteleira do Estado está concentrada na região da Zona da Mata paraibana, especificamente no litoral. Aliado ao segmento turístico classificado como “sol e mar” – referindo-se à principal motivação das viagens turísticas ao litoral paraibano – a rede hoteleira vem crescendo nos últimos anos, motivada por alguns fatores. Entre eles, destacam-se: a ampliação da oferta de vôos para os destinos do Nordeste; crescimento do número de companhias aéreas que operam na região; aumento do poder de compra do brasileiro; redução de custos operacionais das empresas aéreas; crescimento da promoção turística de destinos; crescimento da oferta de meios de hospedagem e consequente, barateamento dos pacotes turísticos. Somado a esses fatores, é importante destacar os esforços empreendidos pelos gestores turísticos no âmbito governamental – tanto das esferas municipais quanto da estadual e federal – buscando promover os destinos do litoral paraibano nos principais mercados emissores de turistas ao estado, além de ampliar a oferta e natureza dos equipamentos turísticos do estado.

Foto 02 – Distrito de Jacumã, Conde - PB

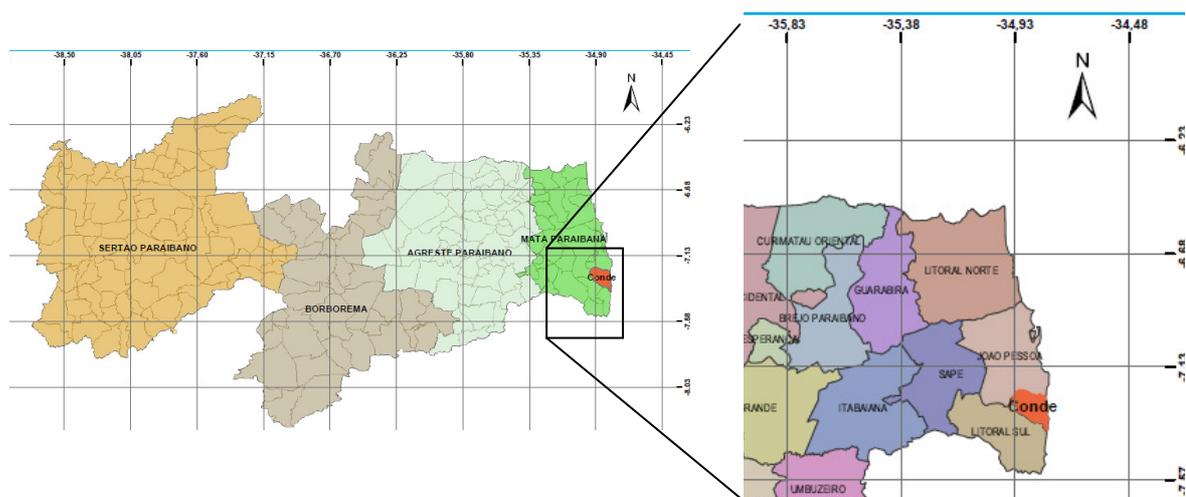


Fonte: www.pousadadalua.com, acesso em 25/01/2011

A Paraíba dispõe de nove municípios costeiros, são eles: Mataraca, Baía da Traição, Rio Tinto, Lucena, Cabedelo, João Pessoa (capital), Santa Rita, Conde e Pitimbú. Destes, o município do Conde está localizado na micro-região do litoral sul do Estado e mesorregião da Zona da Mata Paraibana. Insere-se nos paralelos 7° 15' 00" e 7° 22' 30" de Latitude Sul e os meridianos de 34° 45' 00" e 34° 52' 00", de Longitude Oeste.

O Conde, de acordo com o mapa 01, faz limite com os municípios de João Pessoa, ao Norte; Alhandra e Pitimbú, ao Sul; Santa Rita e Alhandra, a Oeste e com o Oceano Atlântico, a Leste. As altitudes variam de 0 a 112 metros e sua área é de 172,35 km². Dista 22 km da capital João Pessoa e dispõe, além da sede municipal, de áreas rurais e do Distrito de Jacumã, este último visto pela foto 02 . Na zona rural operam seis assentamentos que foram regularizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e pela Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba – EMEPA. São eles: Frei Anastácio, Dona Antônia, Rio D'ouro, Gurugi II, Barra de Gramame, Rick Charles e Assentamento Tambaba e os povoados rurais: Caxitu, Cedro, Amparo, Pituaçu, Salsa, Ipiranga, Guaxinduba, Paripe, Baraúna, Tabuleirinho, Capim-açu, Os Bodes, Mata da Chica, Garapu, Utinga, e Boa Vista.

Mapa 01 – Localização do Conde no Estado da Paraíba

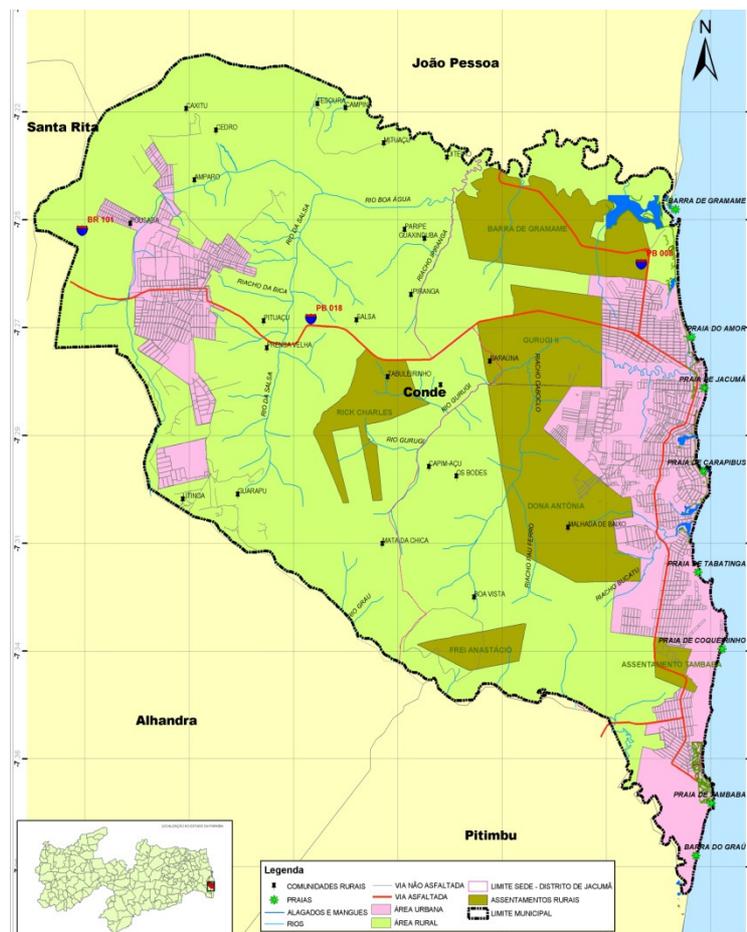


Fonte: SEPLAN – Conde, 2010

As principais vias de acesso, conforme o mapa 02, são pela BR-101, pelas rodovias PB 018 e pela litorânea PB-008 Ministro Abelardo Jurema, esta última inaugurada em 2001 por meio de projeto executado pelo PRODETUR I/NE.

Localizado a 8 km da sede municipal, na região costeira do Conde, está o Distrito de Jacumã, entre as coordenadas 07°16' 00" e 07° 20' 00" de latitude Sul e 34° 47' 36" e 34° 49' 08", de longitude Oeste, constituído numa área de 84,63km². A parte urbana do distrito é de 25,39km², o equivalente a 30% da sua área total e 14% da área de todo município. Nessa área estão concentradas nove praias do Conde. São elas, sentido norte-sul: Barra de Gramame, Praia do Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho, Surfista, Tambaba e Barra do Graú.

Mapa 02 – Município do Conde



Fonte: SEPLAN – Conde, 2010

O Plano Diretor municipal do Conde considerou como área urbana todos os espaços loteados e aprovados pela prefeitura, como pode ser constatado no quadro

02. A principal característica desses loteamentos é a presença maciça de vazios urbanos, os quais demonstram a forte especulação imobiliária na localidade (SILVA, 2010).

Quadro 01 – Loteamentos aprovados pela PMC

ÁREA	LOTEAMENTO	DONO DO LOTEAMENTO	ANO DO PROJETO
LITORAL	CIDADE BALNEÁRIO NOVO MUNDO	Jeranil Lundgren	1968
	ENSEADA DE JACUMÃ	Constromob - Const. Imob. Coqueirinho Ltda	1975
	VILLAGE DE JACUMÃ I, II	C. H. Emp. Imobiliários	1978
	COLINAS DO CONDE	Rio Tinto Negócios Imobiliários	1979
	NOVO CONDE	Terra Mar	1979
	ENSEADA DE GARAÚ	Lundgren Montenegro Emp. Imob. Ltda	1980
	PRAIA DE JACUMÃ I, II	Nilson Albino (Jacumã Emp. Imob.)	1982
	COLINAS DE JACUMÃ	Arcelina Clea de Vasconcelos	1982
	BARRA DE JACUMÃ (BARRAMARES)	Arcelina Clea de Vasconcelos	1982
	GRANJAS CONDENSES	Priscila Maria Leite Batista	-----
	COLINAS VERDES	Wallace Soares Moreira	1985
	LOT. PLUS FERRO (GRANJAS)	Constromob	1986

Fonte: PDDM, 2001

A expansão urbana da cidade iniciou com a aprovação dos primeiros loteamentos pela Prefeitura Municipal, datada de 1968, por meio do loteamento denominado Cidade Balneário Novo Mundo, de propriedade do senhor Jeranil Lundgren. Este loteamento está situado na região da Praia de Tabatinga, foto 03, no Distrito de Jacumã.

Foto 03 – Praia de Tabatinga



Fonte: Acervo do autor, 2010

A área que hoje compreende o município do Conde conta com indícios da presença de tribos Tabajara e Potiguara nas últimas décadas do século XVI, precisamente em 1585. Quando os holandeses tomaram a Capitania da Paraíba, a região onde se localiza a sede municipal era habitada por uma tribo de índios Tabajaras. Em 1636, por ordem do governador holandês, todos os habitantes foram se alojar na cidade de Frederica, a capital do Estado, João Pessoa. De regresso, encontrando as aldeias primitivas em ruínas, fundaram um novo povoado que recebeu o topônimo de Mauricéia, em homenagem ao Conde Maurício de Nassau. O comando do novo povoado era do capitão inglês John Harrison (CAVALCANTI, 1996).

Quando é restaurado o governo português o topônimo foi mudado para Conde, o que não deixava de ser uma recordação ao Conde Nassau. A freguesia foi criada em 1668, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição e seu progresso foi rápido, chegando ao ponto de tornar-se Vila e Sede da Comarca. Em 14 de setembro de 1768 chegou à categoria de Vila e, em 1831, se tornou sede da Comarca. Em divisão administrativa datada de 1911, o distrito de Conde figura no município de Paraíba. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, figura no município de Paraíba o distrito de Conde de Pitimbú, não figurando o distrito de Conde.

Pela lei estadual nº 700, de 1930, o município de Paraíba passou a denominar-se João Pessoa. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito permanece com a denominação de Conde e ligado ao município de João Pessoa. Continuou desta forma nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Conde passou a denominar-se Jacoca. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito já denominado Jacoca, figura no município de João Pessoa. Pela lei estadual nº 7 318, de 07 de janeiro de 1949, o distrito de Jacoca passou a denominar-se Vila do Conde. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1950, o distrito já denominado Vila do Conde, figura no município de João Pessoa. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960.

Elevado à categoria de município com a denominação de Conde, pela lei estadual nº 3.107 de 18 de novembro de 1963, foi desmembrado de João Pessoa com sede no atual distrito de Conde, sendo instalada em 31 de dezembro de 1963.

Permaneceu assim até a divisão territorial datada de 15 de julho de 1997. Pela lei municipal nº 184, de 27 de junho de 1997, é criado o distrito de Jacumã e anexado ao município de Conde. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de dois distritos: Conde e Jacumã, os quais permanecem até hoje.

Desde sua emancipação, muitos acontecimentos marcaram a sua economia, a qual basicamente de caráter rural, passou de unidades produtivas arrendadas à modalidade de foreiros em forma de minifúndios, respondendo aos incentivos do pró-álcool para plantio de cana-de-açúcar e assistindo a um crescente processo de loteamento comercial. Instala-se uma tendência de constituição de minifúndios e do desmembramento de terras em lotes para ocupação residencial e de pequenas granjas. No início da década de 1970 vários loteamentos foram autorizados e começaram a ser habitados sem qualquer infraestrutura (OLIVEIRA, 2009).

Com o início da atividade imobiliária no município, muitas propriedades foram negociadas a preços baixos. Além do acesso fácil pela Rodovia PB-018, a estrutura do distrito de Jacumã passou a ser configurada por moradias de segunda residência, a qual acolhia uma nova demanda de moradores de fins de semana e feriados prolongados. Isso gerou um processo de urbanização rápida, muito desejado na cidade, já que o fluxo sazonal produzia bastante mobilidade urbana e econômica. Tal fato levou a comunidade local a cobrar uma maior participação do poder público municipal, já que o grande número de visitantes começaram a demandar dos serviços públicos nas temporadas, acarretando, em muitas ocasiões, na escassez de serviços públicos essenciais, como o abastecimento de água e eletricidade (GUEDES, 2005).

A comunidade, tradicionalmente formada por pescadores e pequenos agricultores, foi cedendo espaço ao crescimento da oferta e demanda turística em seu litoral. Com a oficialização da praia de Tambaba – primeira praia dedicada exclusivamente à prática do naturismo no Nordeste do Brasil – em janeiro de 1981, houve uma nova perspectiva para o turismo local. A demanda por mais infraestrutura cresceu significativamente na região de Jacumã, já que esta localidade passou a figurar como ponto central dessa destinação turística. O distrito de Jacumã é formado por praias de coqueirais e piscinas naturais, falésias, maceiós e manguezais. A temperatura média anual sofre variação entre 23°C e 26°C, registrando mínimas médias mensais de 19°C e máximas médias mensais de 32°C.

Os meses mais frios são julho e agosto, já os mais quentes são dezembro e janeiro. A umidade relativa do ar registrada é em torno de 80% (SILVA, 2010).

4.1 Indicadores do desenvolvimento do Conde

A população municipal, segundo dados do IBGE (2011), é de 21.369 habitantes. Comparando esses dados aos do último censo, de 2000, houve um crescimento populacional nos últimos dez anos na ordem de 30,19%, em média 3% ao ano. Uma taxa considerada alta se comparados os indicadores no estado, na região Nordeste e no Brasil.

Tabela 01 – Crescimento populacional, segundo Censo

	2000	2010	Crescimento (%) 2000 – 2010
Brasil	169.799.170	190.732.694	12,33
Nordeste	47.741.711	51.871.449	11,18
Paraíba	3.443.825	3.753.633	9,38
Conde	16.413	21.369	30,19

Fonte: IBGE, 2010

A constituição do gênero populacional é formada por uma pequena maioria masculina (50,14%) em relação à feminina (49,86%). A grande maioria da população vive nas áreas urbanas do município (67,8%) em comparação às áreas rurais (32,2%).

Tabela 02 – Indicadores sociais do Conde

Município	Total de Homens	Total de Mulheres	População Urbana	População Rural
Conde	10.773	10.645	14.495	6.923
	50,14%	49,86%	67,8%	32,2%

Fonte: IBGE, 2010

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, formado por uma composição de indicadores que servem de comparação entre países, cujo objetivo é medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população, no município do Conde apresenta a seguinte configuração:

Tabela 03 – Índice de Desenvolvimento Humano do Conde

	1991	2000
IDH-M	0,507	0,613
IDH-M Renda	0,445	0,539
IDH-M Longevidade	0,599	0,642
IDH-M Educação	0,478	0,657

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

Entre os anos de 1991 e 2000 o IDH-M do Conde cresceu 20.91%, passando de 0.507 em 1991 para 0.613 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 56.6%, seguida pela Renda, com 29.7% e pela Longevidade, com 13.6%. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano – a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH – foi reduzido em 21.5%. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o município figura entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano – IDH entre 0,5 e 0,8.

Em relação aos outros municípios do Brasil o Conde ocupa a 4416^a posição, sendo que 4415 municípios (80.2%) estão em situação melhor e 1091 municípios (19.8%) estão em situação pior ou igual ao município do Conde. Comparado aos demais municípios da Paraíba, o Conde ocupa a 57^a posição, sendo que 56 municípios (25.1%) estão em situação melhor e 166 municípios (74.9%) estão em situação pior ou igual.

No que se refere à economia local, o setor industrial concentra-se ao longo da BR 230, no trecho que vai da entrada para Sede Municipal de Conde até o limite municipal com a capital do estado, João Pessoa. As vias de acesso para a entrada e saída de matéria-prima e produção permitem a facilidade no deslocamento, tanto desta quanto de mão-de-obra.

A economia do município do Conde baseia-se nos seguintes setores (PDDM, 2001):

- Atividades relacionadas com a pesca e aqüicultura;
- Atividades agropecuárias, em especial aquelas relacionadas com o cultivo e processamento de cana-de-açúcar;

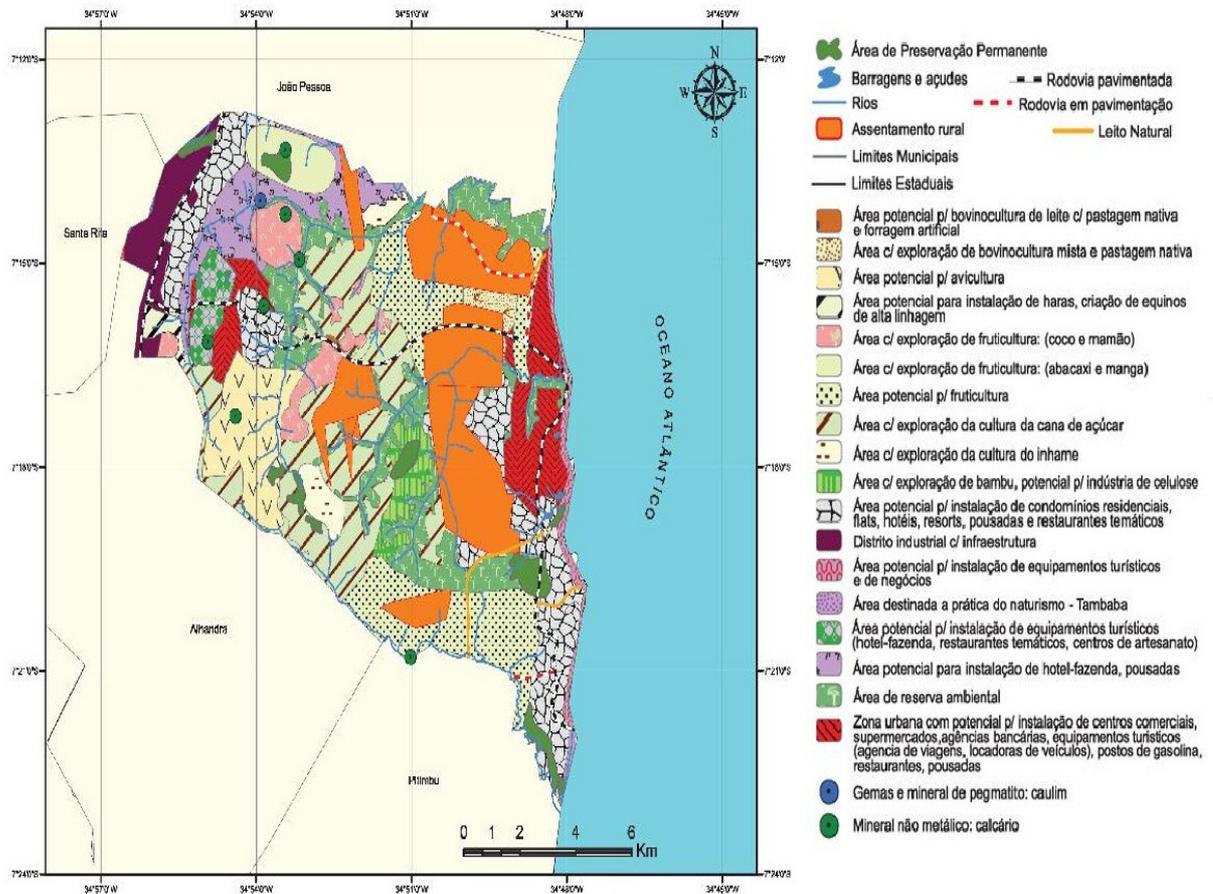
- Atividades relacionadas ao turismo de sol e mar, com hotéis, pousadas, restaurantes, bares, passeios e outras afins ao segmento;
- Atividades imobiliárias, com a implantação de loteamentos, construção, compra e venda de imóveis, tanto na faixa de praia, onde há uma concentração de residências de veraneio, como na zona rural, onde é significativa a existência de granjas e chácaras.

Levantamento recente, empreendido pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP (2009) apresenta no mapa 03 a composição de várias oportunidades de atividades produtivas, as quais podem ser desenvolvidas no município do Conde. As referidas áreas são:

- Área potencial para bovinocultura de leite com pastagem nativa e forragem artificial;
- Área potencial para avicultura, instalação de haras e, criação de equinos;
- Área com exploração de fruticultura (coco, mamão, abacaxi e manga);
- Área potencial para a instalação de condomínios residenciais e meios de hospedagem;
- Área potencial para instalação de equipamentos turísticos e de negócios.

Em todas as áreas mencionadas tanto pode se encontrar algumas atividades já em operação quanto outras ainda em estágio inicial ou mesmo em fase de projetos, conforme o mapa 03.

Mapa 03 – Caracterização das potencialidades do Conde



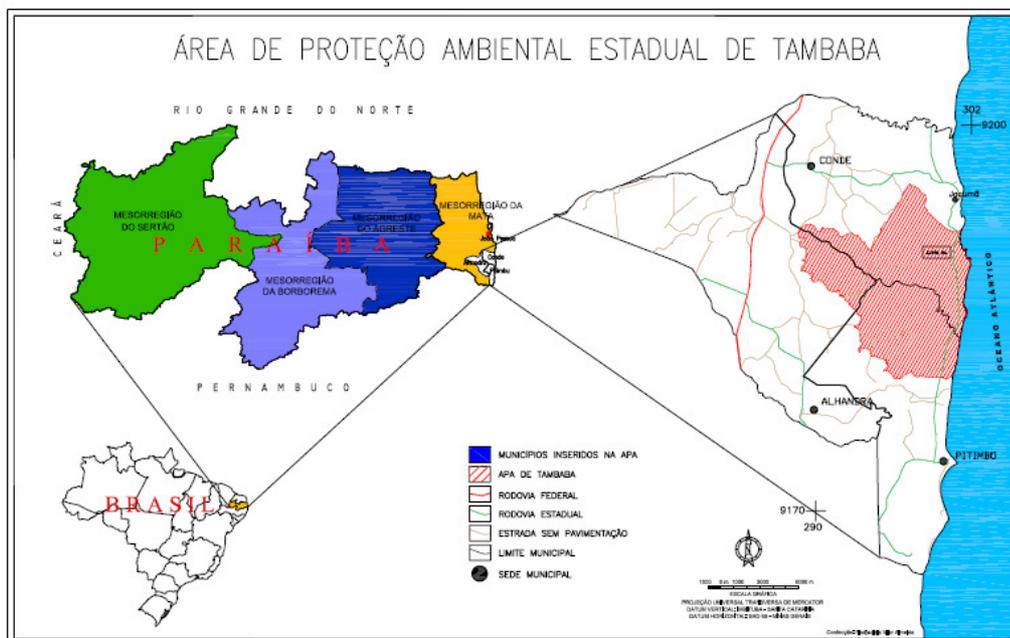
Fonte: FIEP, 2009

Com relação ao setor de serviços na economia local, os dados serão apresentados a seguir, na parte destinada ao estudo do turismo no município.

No que se refere à proteção dos espaços naturais, o município do Conde é detentor de uma Área de Proteção Ambiental – APA, denominada APA de Tambaba, de acordo com o mapa 04. Criada em 26 de março de 2002 pelo Decreto Estadual nº 22.882, é administrada pela Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente da Paraíba - SUDEMA/PB. Está situada numa área entre os paralelos 7º 25' 00" e 7º 16' 30" Latitude Sul, e entre os meridianos 34º 55' 00" e 34º 47' 30" Longitude Oeste, distribuída entre os três municípios da seguinte forma: 45,72% dentro dos limites da cidade do Conde, 39,55% em Pitimbu e os demais 14,73% no Município de Alhandra (SANTOS, SOUSA e SILVA NETO, 2010). A APA Tambaba define-se por ser uma Unidade de Conservação Estadual, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, categoria de unidades de uso

sustentável, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentado dos recursos naturais existentes em sua área.

Mapa 04: Localização da APA Tambaba



Fonte: LEPAN - UFPB, 2006

A referida área é de essencial importância para este bioma, tendo em vista a necessidade de proteger a cobertura vegetal, as espécies botânicas endêmicas e a fauna existente.

O abastecimento de água inseriu-se na região da bacia hidrográfica do Rio Gramame. Os principais cursos d' água são os rios: Gramame, Água Boa, Gurugi e Garaú, além dos riachos: da Bica, Ipiranga, Estiva e Pau Ferro. O principal corpo de acumulação é o Açude Gramame/Mamuaba, com 56.937.000m³. O abastecimento de água, tanto para a Sede do município quanto para o Distrito de Jacumã, é realizado pela Companhia de Águas e Esgoto da Paraíba - CAGEPA, utilizando a reserva da bacia hidrográfica do Rio Gramame. As demais áreas são abastecidas através de poços artesianos gerenciados pela Prefeitura (IDEME, 2007).

Dados fornecidos pela CAGEPA informam que existem 2.446 pontos de abastecimento de água cadastrados na Sede do Município, sendo 1.848 ligações com hidrômetro. No distrito de Jacumã, são 1.578 pontos cadastrados, sendo 1.120 ligações com hidrômetro (LIRA e PEREIRA, 2010).